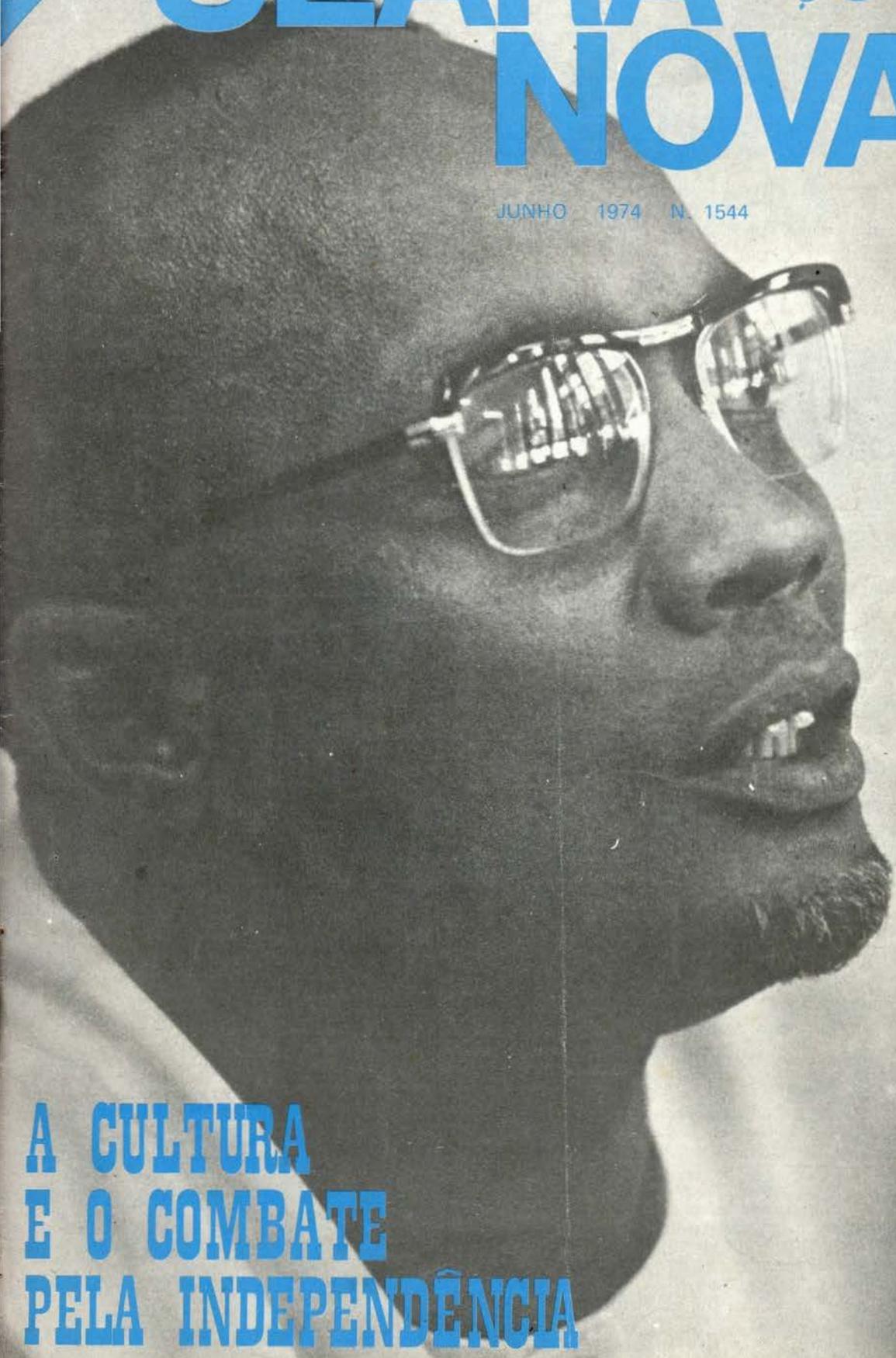


UM TEXTO
DE AMÍLCAR CABRAL

SEARA NOVA



JUNHO 1974 N. 1544



A CULTURA
E O COMBATE
PELA INDEPENDÊNCIA

Ford Consul Ford Granada Mais é esbanjar.



Ford Consul, o poder sem esforço. O rodar silencioso. O conforto envolvente. O espaço generoso.

Ford Granada, um dos máximos no mundo Ford. (Ou seja, no mundo automóvel). Mais potência. Mais luxo. Assentos anatômicos.

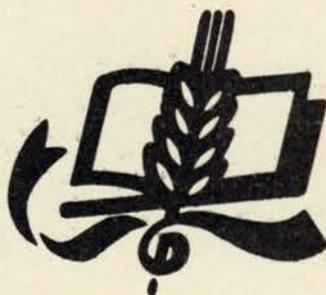
Ambos com travões de disco e servo-freio.
Ambos com suspensão independente às quatro rodas.

Versões: 2 e 4 portas e «Leva-Tudo».

Diga à sua secretária para telefonar ao Concessionário Ford, a marcar uma demonstração.



FORD À FRENTE!



JUNHO 1974 N. 1544

DIRECTOR: RODRIGUES LAPA

DIRECTOR-ADJUNTO: VASCO MARTINS

SUMÁRIO

EDITORIAL		2
Ulpiano Nascimento	O choque da revolução na economia nacional	3
Amílcar Cabral	A cultura e o combate pela independência	5
	Arquivo: o dia 25 de Abril	9
PARA A HISTÓRIA DO FASCISMO		
Rodrigues Lapa	Resposta a um convite do sr. ministro da Educação	13
Sarmiento Pimentel	Resposta ao Ministério do Exército	14
Aquilino Ribeiro	Um inédito	15
MOVIMENTO DAS IDEIAS		
Orlando Ribeiro	Reflecções sobre o ensino das ciências humanas	17
Natividade Correia	Preparemos os nossos filhos para uma sociedade nova	19
DE LESTE A OESTE		
Miguel Urbano Rodrigues	Entrevista com o general Alvanado	20
Edgar Valles	África: colonialismo e socialismo	26
Miguel Arraes	A situação no Brasil	32
LETRAS, ARTES, ESPECTÁCULOS		42
CORRESPONDÊNCIA		46
	João Sarmiento Pimentel	contracapa

Proprietária e Editora: Empresa de Publicidade «SEARA NOVA»

Redacção R. LUCIANO CORDEIRO, 103, 1.º-E. — Telef. 5 13 02 — LISBOA/Administração: R. BERNARDO LIMA, 23, 1.º-E. — Telef. 53 08 69 — LISBOA

Composição e impressão: Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L.—Rua de «O Seculo», 41 — LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA — CONTINENTE - 6 números: 55\$00; 12: 100\$00 — ILHAS E ULTRAMAR - 12 números: 100\$00

ESTRANGEIRO - 12 números: 120\$00

ASSINATURAS POR VIA AÉREA: Preços indicados a pedido

Distribuidores: Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L. •
SAI TODOS OS MESES

PREÇO DO NÚMERO AVULSO - Continente, Ilhas e Ultramar: 10\$00

Todos os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Sempre que um governo de tendência popular alcança o poder num país de estrutura capitalista, as forças conservadoras procuram movimentar contra ele os meios de pressão económica de que dispõem. A crise fomentada a vários níveis, com as consequências habituais de que se acompanha no plano das carências de todo o género, desde o desemprego à míngua de abastecimentos e à subida em flecha dos preços, é explorada até à exaustão para lançar o descrédito sobre os dirigentes, seus programas, seus métodos.

Num clima deteriorado pela dura realidade de um dia a dia que, para muitos, se tornará áspera luta pela sobrevivência, aparecerão, inevitavelmente, nostalgias dos tempos idos e actos desesperados de rebelião.

As condições subjectivas para o surto contra-revolucionário criadas, por uma recessão não tardarão a ser exploradas por grupos de provocadores convenientemente enquadrados e coordenados. Assim sucedeu no Chile de Allende e ninguém ignora a pavorosa carnificina que a direita reaccionária lá impôs para selar o seu triunfo.

Depois de 48 anos de fascismo e de repressão das classes trabalhadoras, não espanta que em Portugal as reivindicações operárias se revistam, por vezes, de um carácter desarticulado e pouco realista, atentas as reais possibilidades do país. É compreensível que assim aconteça, dado que uma visão integrada das relações de força em presença só poderá firmar-se numa consciência de classe desperta para os verdadeiros problemas através de organizações de sindicatos representativos e estruturados. Para que estes enquadrem de facto a vontade dos trabalhadores e a mobilizem num sentido positivo, necessário se torna, ainda, uma certa sedimentação na prática doutrinária e

organizativa. Largo caminho já foi percorrido neste campo e num bem curto intervalo. Mas mais largo caminho falta percorrer ainda, não haja ilusões a tal respeito.

Entretanto, tirando partido da falta de estruturação de alguns sectores e tomando a senda resvaladiça das reivindicações desarticuladas, grupos activos tomam aqui e acolá o comando do processo, formulando as suas exigências isoladamente do contexto em que, queiram ou não, estão inseridos.

A direita reaccionária está atenta ao fenómeno e há indícios de que procura explorá-lo rapidamente a seu favor. É fácil aos grandes potentados económicos satisfazerem temporariamente altos níveis salariais se pelo horizonte de tal cedência vislumbrarem a quebra das pequenas empresas concorrenciais e, por conseguinte, a saciedade do seu apetite monopolista. É fácil aceder às exigências do operariado menos esclarecido, indo até mais além do que lhes venha a ser pedido, se desse modo puderem mais depressa amadurecer a situação em seu proveito.

Para inverterem o estado de coisas em detrimento dos verdadeiros interesses populares, nem precisarão, como no Chile, duma sublevação militar, que em Portugal, de resto, não teria no presente qualquer viabilidade. Para tanto, bastar-lhes-á jogar apenas no desencanto que uma crise económica instilará nos espíritos e fazer vir à tona, quando da próxima Assembleia Constituinte, uma poderosa força conservadora.

Moldadas por ela as instituições que passarão a reger o país, ficarão criadas as condições para uma brusca travagem da marcha que o povo português desejou tão ardentemente encetar em 25 de Abril.

Há, pois, que estarmos vigilantes e denunciarmos a todos os níveis o terrível risco que se desenha.

O CHOQUE DA REVOLUÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL

por Ulpiano Nascimento

1 — O passado ainda está presente

"A ditadura em Portugal era o único sério obstáculo ao arranque do processo de desenvolvimento sócio-económico nacional."

E porquê? Porque durante meio século, precisamente num período em que se operaram no mundo tão grandes transformações sócio-olíticas, incluindo uma grande guerra mundial e uma revolução tecnológica, Portugal consumou e institucionalizou um sistema posto exclusivamente ao serviço duma classe minoritária privilegiada e de seus interesses.

No final do fascismo português, a economia do País encontrava-se convertida num autêntico monstro. A sua herança é um Portugal subdesenvolvido, cheio de assimetrias regionais e sectoriais, de desigualdades sociais.

Os mecanismos estatais e para-estatais estabelecidos, e as instituições geradas pelo obsoleto regime, endurecidos e rígidos, através de cinco décadas de plena e total vigência, necessitam agora: uns, de serem eliminados, outros, corrigidos, e outros, ainda, de serem substituídos, para que a economia nacional ganhe flexibilidade e operacionalidade, o que reclama por parte de todos nós e, particularmente, do Governo Provisório um esforço total e abnegado e muita imaginação.

Com o condicionamento industrial, a protecção à indústria nacional (pauta aduaneira), uma política fiscal e financeira favorecendo as grandes empresas e monopólios, com os sindicatos privados de

liberdade e banido o direito à greve, o regime fascista derrubado assegurava eficazmente a individualização dos lucros e a socialização dos gastos, em manifesto prejuízo da comunidade nacional e, mais particularmente, das classes trabalhadoras.

Durante esta importante tarefa de revisão, saneamento e racionalização, e depois dela, há necessidade, por outro lado, de reeducar a gente, criar uma nova mentalidade sobre a vida, coexistir humanamente, romper com as artificiais hierarquias salazaristas que o poder e a fortuna radicaram neste País.

Não esqueçamos que o poder corrompe, mas o poder absoluto, esse — é dialéctico — corrompe absolutamente.

A súbita solução de continuidade que surpreendeu a marcha do regime fascista representou o desmonoramento do grande obstáculo que se opunha ao real e nacional desenvolvimento do País, constituído este por todos os gargalos de estrangulamento relativos à mobilidade social, à promoção de valores e ideias, à livre iniciativa, à livre expressão e crítica, e até à própria mobilidade do capital aonde se favoreciam certos grupos em detrimento de outros, etc... Esta situação conduziu o País, em linha recta, ao vexame e ao subdesenvolvimento, que o colocou no fim da escala dos países europeus, em todos os índices económicos e sociais elaborados pelos organismos oficiais internacionais da especialidade.

2 — A emoção e a confusão não servem a economia

Evidentemente, tratando-se dum corpo doente e débil, será preciso, para o restaurar,

eliminar todas as suas deformidades e fraquezas, utilizando para tal uma terapêutica cautelosa e racional que condene desde logo tudo que seja tratamento irreflectido e impulsivo, para que assim o corpo possa ganhar saúde e libertar-se das maselas e das monstruosidades adquiridas. Que a terapêutica seja adequada e aplicada com medida, que não peque por excessos, por paixões, porque pode dar-se o caso, eventualmente, de salvar-se o corpo do mal, mas ser ele afectado pelos remédios.

Não esqueçamos que o País é, de facto e acima de tudo, capitalista, independentemente da brotoeja corporativa com que o sistema se cobriu durante a sua existência, copiando o fascismo italiano. Os meios de produção e o processo de distribuição dos rendimentos encontram-se nas mãos dos capitalistas e os preços dos bens e do trabalho formam-se, mal ou bem, no mercado, mediante a confrontação da oferta e da procura.

Esta realidade obriga-nos a reflectir cuidadosamente sobre a maneira de conduzir a Revolução, que agora começou, no seu choque com a situação, com os interesses adquiridos e perspectivas destes.

Numa economia de mercado ou capitalista — que é aquela que se processa no País —, o mais leve indício de insegurança, qualquer pequena desconfiança na estabilidade futura ou risco na aplicação de capitais, pode afectar, directa ou indirectamente, a vontade e o processo de investir.

Ora, o investimento é essencial à sobrevivência e ao desenvolvimento de

qualquer tipo de sistema económico, seja ele capitalista ou socialista.

Se nós, por um lado, eliminamos a rigidez do mercado, se desoneramos, em parte, os custos corporativos, se acabamos com o compadrio e certo tipo de parasitismo, se se estabilizou a inflação e se a especulação acabou, estamos, contudo, por outro lado, a criar a desconfiança e a instabilidade no mercado, e outros efeitos, imprevisíveis e não controláveis. Então, sinceramente, não estamos a ser serenos e a ter bom senso na condução dos problemas agora levantados, porque o resultado é necessariamente negativo para os superiores interesses do País e, em particular, para os da Revolução.

Assim, o que se conseguiu com uma mão perde-se com a outra.

A Revolução é uma empresa na qual todo o povo investe; é uma grande empresa, que integra todas as outras, não só no domínio económico como também no domínio social, cultural, moral e espiritual. Esta grandeza e responsabilidade obriga-nos, no campo prático, antes de tudo, a comparar vantagens, a estabelecer prioridades e a formular opções.

3 — Os sindicatos devem tomar nas suas mãos as greves

Sendo assim, se o governo fascista capitulou e as suas principais cabeças silenciaram; se o seu aparelho repressivo desapareceu; se uma vida política sã irrompeu, diversificando-se espontânea e democraticamente, com forte representação dos partidos populares; se o mecanismo corporativo se encontra em pleno desmantelamento; se o trabalho adquiriu inequivocamente força sindical; se a imprensa, a rádio e a televisão são instrumentos ao serviço agora da Revolução, e tudo obtido com o menor custo, podemos afirmar que esta Revolução está sendo um êxito, decorridos que são apenas trinta dias.

Com a formação e posse do Governo Provisório e a participação dos partidos populares mais representativos, a Revolução institucionalizou-se praticamente e, dentro dela, o trabalho, o qual passa a dispor de organização adequada — os sindicatos, autênticos, com atribuições específicas de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Agora, quando todo o esforço da Revolução se empenha, numa corrida contra relógio, na reorganização das estruturas governamentais, em assegurar o funcionamento normal da vida económica nacional, em estabelecer condições democráticas, procurar pôr termo à guerra colonial e fazer parar a inflação, a acção e os efeitos das greves são, a todos os títulos, indesejáveis.

Em termos gerais, na presente conjuntura portuguesa, quais os efeitos das greves?

a) Podem perturbar o bom ritmo da produção, baixar o nível de emprego, afectar o normal abastecimento do mercado e agravar os preços, repercutindo-se este

fenómeno no processo inflacionista herdado.

b) Podem retrair a vontade do investidor, diminuindo em geral a propensão ao investimento com efeitos negativos a curto, médio e a longo prazos, em conformidade com a reprodutividade do capital utilizado.

c) Podem baixar o poder de compra da população, em geral, reflectindo-se este facto também sobre a vontade de investir, etc, etc.

Bem entendido, são naturais estas explosões reivindicativas. Elas inserem-se, estamos em crer, no momento emocional que hoje se vive, na alegria da libertação, mas representam também falta de preparação no uso das liberdades, agora abundante e subitamente outorgadas à população, a qual durante meio século esteve impedida de as usufruir.

Esta acção interventora da população trabalhadora nos seus destinos representa só um aspecto do que pode ser a sua acção em moldar e edificar a sua própria vida, no sentido da qualidade.

O povo está a aprender por si mesmo, tomando consciência do seu novo mundo e também das responsabilidades que esse mundo comporta para si. Mas porque certos aspectos globais, de divisão de trabalho e de competências, de coordenação, no plano económico, social e político, lhe fogem ao conhecimento, importa que estes movimentos e manifestações, que podem encerrar graves riscos para a segurança e o futuro da Revolução, sejam devidamente acompanhados e controlados, de maneira a orientá-los no bom caminho, pelos canais adequados a soluções autênticas.

4 — A fixação dum salário mínimo é acto de muita responsabilidade

Consideremos agora o caso concreto da reivindicação do salário mínimo dos 6.000 escudos, formulada por alguns trabalhadores portugueses. A este respeito, de facto, não podemos ser categóricos, por escassez de informação sobre o assunto. Mas a existência de alguns indicadores e o conhecimento de que o programa de Mitterrand (frente esquerda unida) propunha para os trabalhadores franceses um salário mínimo de 1200 Frs. para 40 horas de trabalho semanal, equivalente em dinheiro português a 5.700 escudos, indica-nos, desde logo, que o salário mínimo reclamado por alguns dos nossos trabalhadores se fixou num nível bastante alto.

Mas não é tudo.

Sabido que, independentemente do tamanho do mercado, a racionalização da produção e o nível tecnológico em França são superiores aos nossos, o que se reflecte na produtividade das suas actividades, isso pode significar, como de facto significa, que os custos de produção franceses, por unidade, são relativamente mais baixos que os nossos. Nestas condições, a indústria e serviços franceses podem pagar salários mais

altos aos seus trabalhadores do que a indústria e serviços portugueses. Daqui, poder concluir-se, por estimativa, que os 6000 escudos solicitados por esses trabalhadores é, efectivamente, elevado e deve ser revisto cuidadosamente em relação a cada sector, em termos nacionais e segundo o nível de produtividade.

Neste caso, muita coisa pode acontecer. Mas vejamos o essencial, esquematicamente, a título exemplificativo.

Nas empresas tradicionais, definidas por baixo nível tecnológico, dificilmente poderão pagar os salários cujos níveis mínimos se fixam nos 6000 escudos, em particular naquelas empresas em que a mão-de-obra tem um grande peso nos custos de produção.

Neste caso, não aumentando no mercado os preços dos produtos acabados e considerando os outros elementos que formam o custo de produção constante, os lucros brutos da empresa diminuirão necessariamente, ficando-lhe pouca margem para promover o auto-financiamento a nível conveniente, de maneira a assegurar a posterior actividade da empresa e o seu desenvolvimento. Os lucros pessoais dos capitalistas diminuirão também, talvez a um ponto que será para eles pouco incentivador manter a empresa activa e independente. Nesta situação, o empresário pode decidir fechar a empresa, ou então negociar um empréstimo, ou ainda procurar associar-se com outras, geralmente maiores, com o fim de conseguir viabilidade económica e não perder tudo. Se fecha, a produção global decai, com o concomitante crescimento do desemprego e real possibilidade de afectar o abastecimento do mercado, o que, em face duma procura crescente, provocará o aumento de preços. Se não fecha e se associa ou toma um empréstimo, pode perder automaticamente a independência económica e financeira, favorecendo assim a concentração do capital, o monopólio.

Em relação às grandes empresas, apoiadas em tecnologias modernas, exibindo altos níveis de produtividade, elas poderão cobrir essa reivindicação medida pelo salário mínimo de 6000 escudos por mês, seguras de que o facto se reflectirá a seu favor, como se fosse um autêntico "maná", no sentido de fortalecerem as suas actividades através do fenómeno da concentração industrial, referido anteriormente, provocado pela inviabilidade económica das pequenas e médias empresas que não podem satisfazer os encargos salariais derivados daquele elevado nível do salário mínimo.

Mas que o trabalho esteja descansado, porque agora as condições são muito outras. Enquanto as forças armadas e o Povo se mantiverem fiéis e unidos aos princípios que conformaram o Programa das Forças Armadas, pode garantir-se que não haverá contra-revolução que possa demolir a muralha erguida pela determinação e o poder dessa aliança. ■

A CULTURA E O COMBATE PELA INDEPENDÊNCIA

Por AMÍLCAR CABRAL

Amílcar Cabral nasceu em 1925 em Bafatá. Tirou o curso de engenheiro agrónomo em Lisboa, cidade onde, em 1954, fundou o Movimento Anticolonialista. Em 1956 criou o P.A.I.G.C., que em 1963 inicia a luta armada na Guiné-Bissau. Em circunstâncias ainda por esclarecer, foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973, em Conakry. Amílcar Cabral não foi só o organizador e guerrilheiro, chefe incontestável da luta do seu povo; foi também o teórico e o intelectual cujo nível o artigo que publicamos bem documenta. Trata-se de um extracto do estudo que apresentou à Unesco em Julho de 1972, no decorrer de uma reunião de especialistas sobre as noções de raça, identidade e dignidade.

A luta dos povos pela libertação nacional e pela independência tornou-se uma força imensa de progresso para a humanidade e constitui, sem dúvida, um dos traços essenciais da história do nosso tempo.

Uma análise objectiva do imperialismo, enquanto facto ou fenómeno histórico "natural", ou seja "necessário" no contexto do tipo de evolução económico-política dum grande parte da humanidade, revela que o domínio imperialista, com todo o seu cortejo de misérias, de pilhagens, de crimes e de destruição de valores humanos e culturais, não foi senão uma realidade negativa. A imensa acumulação do capital numa meia dúzia de países do hemisfério norte, como resultado da pirataria, do saque dos bens de outros povos e da exploração desenfreada do trabalho desses povos não

O CARÁCTER INDESTRUTÍVEL DA RESISTÊNCIA CULTURAL DAS MASSAS POPULARES FACE AO DOMÍNIO ESTRANGEIRO

provocou apenas o monopólio das colónias, a partilha do mundo e o domínio imperialista.

Nos países ricos, o capital imperialista, sempre à procura da mais-valia, aumentou a capacidade criadora do homem, operou uma profunda transformação dos meios de produção graças aos progressos acelerados da ciência, da técnica e da tecnologia, acentuou a socialização do trabalho e permitiu o ascenso de vastas camadas da população.

Nos países colonizados, onde a colonização bloqueou, em geral, o processo histórico do desenvolvimento dos povos dominados, quando não procedeu à sua eliminação radical ou progressiva, o capital imperialista impôs novos tipos de relações no seio da sociedade autóctone, cuja estrutura se tornou mais complexa; suscitou, fomentou, envenenou ou resolveu contradições e conflitos sociais; introduziu, com o ciclo da moeda e o desenvolvimento do mercado interno e externo, novos elementos na economia; levou ao nascimento de novas nações a partir de grupos humanos e de povos que se encontravam em estados diversos de desenvolvimento histórico.

Não é defender o domínio imperialista reconhecer que deu novos mundos ao mundo, cujas dimensões reduziu, que revelou novas fases de desenvolvimento das sociedades humanas e, em desfavor ou em favor dos preconceitos, das discriminações e dos crimes aos quais deu lugar, contribuiu para dar um conhecimento mais profundo da humanidade, como um todo em movimento, como uma unidade na diversidade complexa das características do seu desenvolvimento.

O domínio imperialista sobre diversos continentes favoreceu uma confrontação multilateral e progressiva (por vezes

abrupta) não só entre homens diferentes mas também entre sociedades diferentes.

A prática do domínio imperialista — a sua afirmação ou a sua negação — exigiu (e exige ainda) o conhecimento mais ou menos correcto do objecto dominado e da realidade histórica (económica, social e cultural) no seio da qual ele se move, conhecimento este que se exprime necessariamente em termos de comparação com o sujeito dominador e com a sua própria realidade histórica.

Um tal conhecimento é uma necessidade imperiosa da prática do domínio imperialista, que resulta da confrontação, em geral violenta, de duas identidades distintas no seu conteúdo histórico e antagonista nas suas funções. A procura dum tal conhecimento contribuiu para um enriquecimento geral das ciências humanas e sociais, apesar do seu carácter unilateral, subjectivo e muitas vezes injusto.

Na realidade, nunca o homem se interessou tanto pelo conhecimento doutros homens e doutras sociedades como no decurso deste século de domínio imperialista. Uma quantidade sem precedentes de informações, hipóteses e teorias acumulou-se assim, especialmente nos domínios da história, da etnologia, da etnografia, da sociologia e da cultura, relativas aos povos ou aos grupos humanos submetidos ao domínio imperialista.

Os conceitos de raça, casta, etnia, tribo, nação, cultura, identidade, dignidade e tantos outros ainda, tornaram-se o objectivo duma atenção crescente por parte dos que estudam o homem e as sociedades ditas "primitivas" ou em "evolução".

Mais recentemente, com o incremento dos movimentos de libertação, surgiu a necessidade de analisar as características dessas sociedades em função da luta realizada e de determinar os factores que

provocam ou travam essa luta. Os investigadores concordam em geral que, neste contexto, a cultura reveste-se duma importância especial. Pode-se portanto admitir que qualquer tentativa visando o esclarecimento do verdadeiro papel da cultura no desenvolvimento do movimento de libertação (pré-independência) pode ser um contributo útil para a luta geral dos povos contra o domínio imperialista.

O facto de os movimentos de independência serem em geral marcados, logo na sua fase inicial, por um surto de manifestações de carácter cultural, fez admitir que esses movimentos são precedidos por um "renascimento cultural" do povo dominado. Vai-se mesmo mais longe, admitindo que a cultura é um método de mobilização do grupo, isto é, uma arma na luta pela independência.

A partir da experiência da nossa própria luta e, poder-se-ia dizer, de toda a África, julgamos que se trata de uma concepção demasiado limitada, se não mesmo errónea, do papel primordial da cultura no desenvolvimento do movimento de libertação. Ela provém, pensamos, duma generalização incorrecta dum fenómeno real mas restrito, que se situa ao nível das elites ou das diásporas coloniais. Generalização essa que ignora ou negligencia o dado essencial do problema: o carácter indestrutível da resistência cultural das massas populares face ao domínio estrangeiro.

Com algumas excepções, o tempo da colonização não foi suficiente para permitir, pelo menos em África, uma destruição ou uma depreciação significativa dos elementos essenciais da cultura e das tradições do povo colonizado. A experiência colonial do domínio imperialista em África revela que (exceptuando o genocídio, a segregação racial e o "apartheid") a única solução

A PEQUENA BURGUESIA AUTÓCTONE ESTÁ PRISIONEIRA DAS CONTRADIÇÕES DA REALIDADE CULTURAL E SOCIAL

pretensamente positiva encontrada pelo poderio colonial para negar a resistência cultural do povo colonizado é "a assimilação". Mas o insucesso total da política de "assimilação progressiva", das populações nativas é a prova evidente tanto da falsidade desta teoria como da capacidade de resistência dos povos dominados(1).

Por outro lado, mesmo nas colónias de povoamento, onde a grande maioria da população continua composta por autóctones, a expansão da ocupação colonial, e especialmente da ocupação cultural, está em geral reduzida às zonas costeiras e a algumas zonas restritas do interior. A influência da cultura do poderio colonial é quase nula para além dos limites da capital e doutros centros urbanos. Só se ressentiu de maneira significativa na vertical da pirâmide social colonial - a que o próprio colonialista criou - e exerce-se especialmente sobre o que se pode chamar a "pequena burguesia autóctone" e sobre um número muito reduzido de trabalhadores dos centros urbanos.

Constata-se portanto que as grandes massas rurais, assim como uma fracção importante da população urbana, atingindo um total de mais de 99 por cento da população indígena, permanecem à parte, ou quase, de qualquer influência cultural do poderio colonial.

O que se disse anteriormente implica que, não só para as massas populares do país

dominado, mas também para as classes dominantes autóctones (chefes tradicionais, famílias nobres, autoridades religiosas), não há em geral destruição ou depreciação significativa da cultura e das tradições.

Reprimida, perseguida, humilhada, traída por um certo número de categorias sociais comprometidas com o estrangeiro, refugiada nas aldeias, nas florestas e no espírito das vítimas da dominação, a cultura sobrevive a todas as tempestades para retomar, graças às lutas de libertação, toda a sua faculdade de desenvolvimento.

Eis porque o problema dum "retorno às fontes" ou dum "renascimento cultural" não se põe nem poderia pôr-se para as massas populares: visto que elas são portadoras de cultura, são a fonte da cultura e, ao mesmo tempo, a única entidade verdadeiramente capaz de preservar e de criar a cultura, de fazer a história.

Para uma apreciação correcta do verdadeiro papel da cultura no desenvolvimento do movimento de libertação, é preciso portanto, pelo menos em África, fazer a distinção entre a situação das massas populares, que preservam a sua cultura, e a das categorias sociais mais ou menos assimiladas, desenraizadas, e culturalmente alienadas.

As elites coloniais autóctones, forjadas pelo processo de colonização, apesar de serem portadoras dum certo número de elementos culturais próprios da sociedade autóctone, vivem material e espiritualmente a cultura do estrangeiro colonialista, com o qual procuram identificar-se progressivamente, quer no comportamento social quer na apreciação própria dos valores culturais indígenas.

Ao longo de duas ou três gerações de colonizados, forma-se uma camada social constituída por funcionários do Estado e por empregados dos diversos ramos da

economia (especialmente do comércio), assim como por membros das profissões liberais e por alguns proprietários urbanos e agrícolas.

Esta pequena burguesia autóctone, forjada pelo domínio estrangeiro e indispensável ao sistema de exploração colonial, situa-se entre as massas populares trabalhadoras do campo e dos centros urbanos e a minoria de representantes locais da classe dominante estrangeira.

Ainda que possa ter relações mais ou menos desenvolvidas com as massas populares ou com os chefes tradicionais, aspira em geral a um estilo de vida semelhante, se não idêntico, ao da minoria estrangeira; simultaneamente, enquanto limita as suas relações com as massas, tenta integrar-se nessa minoria, ainda que muitas vezes em detrimento dos laços familiares ou étnicos e sempre em desfavor dos indivíduos.

Mas não chega, quaisquer que sejam as excepções aparentes, a franquear as barreiras impostas pelo sistema: está prisioneira das contradições da realidade cultural e social em que vive, porque não pode fugir, na paz colonial, à sua condição de classe marginal ou "marginalizada". Esta "marginalidade" constitui, tanto localmente como no seio das diásporas implantadas na metrópole colonialista, o drama sócio-cultural das elites coloniais ou da pequena burguesia indígena, vivido mais ou menos intensamente segundo as circunstâncias materiais e o nível de aculturação, mas sempre no plano individual, não colectivo.

É no contexto desse drama quotidiano, sobre o pano de fundo da confrontação geralmente violenta entre as massas populares e a classe colonial dominante, que surge e se desenvolve na pequena burguesia indígena um sentimento de amargura ou um complexo de frustração e, paralelamente,

(1) A percentagem máxima de assimilados é de 0,3 por cento da população total na Guiné-Bissau, após 500 anos de presença civilizadora e 50 anos de "paz colonial"

**AS ÚNICAS SOCIEDADES QUE PODEM
MOBILIZAR-SE CONTRA O DOMÍNIO ESTRANGEIRO
SÃO AS QUE PRESERVAM A SUA CULTURA**

uma necessidade urgente, de que ela toma pouco a pouco consciência, de contestar a sua marginalidade e de descobrir uma identidade. Volta-se então para o outro pólo do conflito sócio-cultural no seio do qual vive: as massas populares nativas.

Daí o "retorno às fontes", que parece tanto mais imperioso quanto o isolamento da pequena burguesia (ou das elites nativas) for grande e quanto o seu sentimento ou complexo de frustração for agudo, como em relação às diásporas africanas implantadas nas metrópoles colonialistas ou racistas.

Não é pois por acaso que teorias ou "movimentos" tais como o pan-africanismo e a negritude (duas expressões pertinentes baseadas principalmente no postulado da identidade cultural de todos os africanos negros) foram concebidos fora da África negra. Mais recentemente, a reivindicação feita pelos negros americanos, duma identidade africana, é uma outra manifestação, talvez desesperada, dessa necessidade de "retorno às fontes", embora nitidamente influenciada por uma realidade nova: a conquista da independência política pela grande maioria dos povos africanos.

Mas o "retorno às fontes" não é, nem pode ser em si próprio, um acto de luta contra o domínio estrangeiro (colonialista e racista) e já não significa necessariamente um retorno às tradições. É a negação, pela pequena burguesia indígena, da pretensa supremacia da cultura do poder dominador sobre a do povo dominado com o qual tem necessidade de se identificar. O "retorno às fontes" não é pois uma tentativa voluntária, mas a única resposta viável à contradição irreductível que opõe a sociedade colonizada ao poderio colonial, as massas populares exploradas à classe estrangeira exploradora.

Quando o "retorno às fontes" ultrapassa o contexto individual para se exprimir através de "grupos" ou de "movimentos", esta contradição transforma-se em conflito (velado ou aberto), prelúdio do movimento de pré-independência ou de luta pela libertação do jugo estrangeiro.

Assim, o "retorno às fontes" só é

historicamente consequente se implicar não apenas um "engagement" real na luta pela independência, mas também uma identificação total e definitiva com as aspirações das massas populares que não contestam somente a cultura do estrangeiro mas ainda, globalmente, o domínio estrangeiro. Doutra modo, o "retorno às fontes" não é mais do que uma solução que pretende obter vantagens temporárias, uma forma, consciente ou inconsciente, de oportunismo político.

É preciso notar que o "retorno às fontes", quer seja aparente ou real, não se produz de maneira simultânea e uniforme no seio da pequena burguesia autóctone. É um processo lento, descontinuo e desigual, cujo desenvolvimento depende do grau de aculturação de cada indivíduo, das suas condições materiais de existência, da sua formação ideológica e da sua própria história enquanto ser social.

Esta desigualdade está na base da cisão da pequena burguesia indígena em três grupos, face ao movimento de libertação: uma minoria que, apesar de desejar o fim do domínio estrangeiro, se une à classe colonial dominante e se opõe abertamente a esse movimento, para defender a sua segurança social; uma maioria de elementos hesitantes ou indecisos; e uma outra minoria cujos elementos participam na criação e direcção do movimento de libertação. Mas este último grupo, que desempenha um papel decisivo no desenvolvimento do movimento de pré-independência, não chega verdadeiramente a identificar-se com as massas populares (com a sua cultura e as suas aspirações) se não através da luta, dependendo o grau desta identificação da forma ou das formas de luta, do conteúdo ideológico do movimento e do nível de consciência moral e política de cada indivíduo.

Uma apreciação correcta do papel da cultura no movimento da pré-independência ou da libertação exige que se faça uma nítida distinção entre cultura e manifestações culturais. A cultura é a síntese dinâmica, ao

nível da consciência do indivíduo ou da colectividade, da realidade histórica, material e espiritual, duma sociedade ou dum grupo humano, das relações existentes entre o homem e a natureza, como entre os homens e as categorias sociais. As manifestações culturais são as diferentes formas pelas quais esta síntese se exprime, individual ou colectivamente, em cada etapa da evolução da sociedade ou do grupo humano em questão.

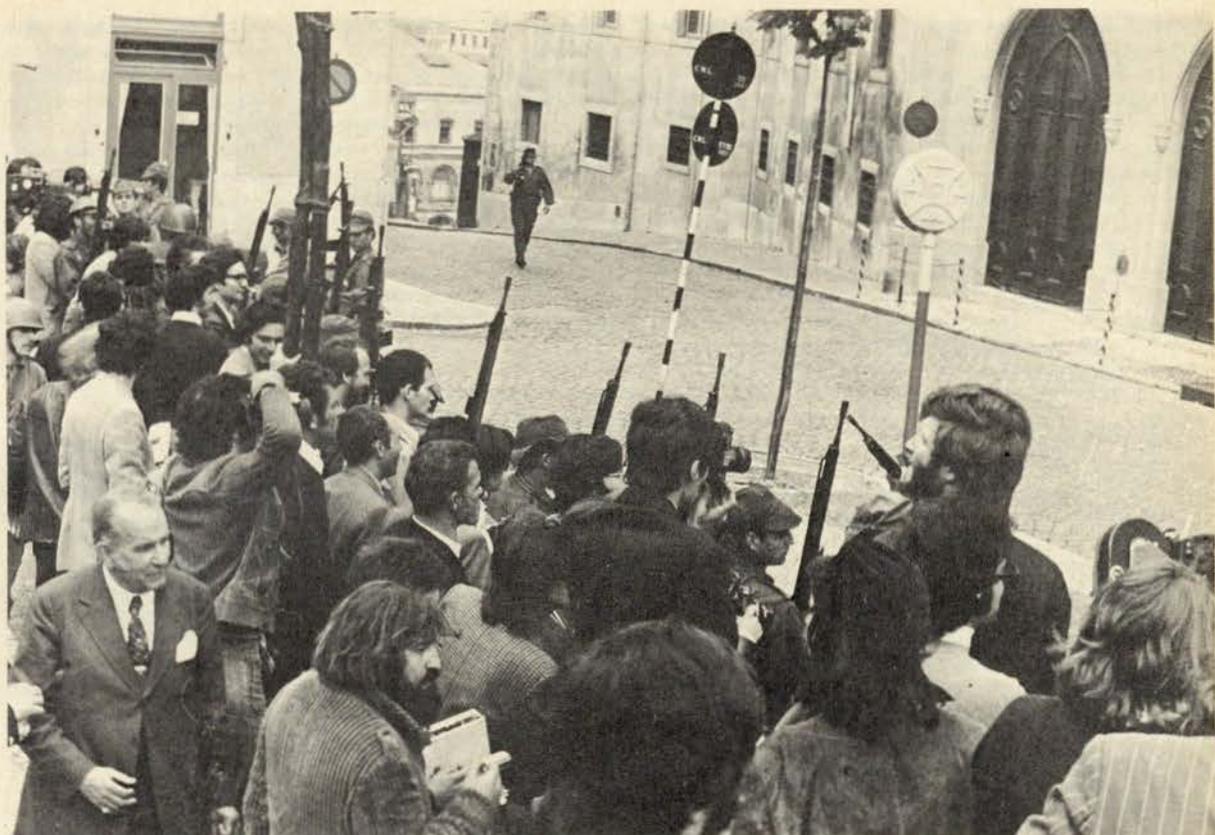
Verificou-se que a cultura é a verdadeira base do movimento de libertação, e que as únicas sociedades que podem mobilizar-se, organizar-se e lutar contra o domínio estrangeiro são as que preservam a sua cultura. Esta, quaisquer que sejam as características ideológicas ou idealistas da sua expressão, é um elemento essencial do processo histórico. É nela que reside a capacidade de elaborar ou de fecundar elementos que assegurem a continuidade da história e determinem, ao mesmo tempo, as possibilidades de progresso ou de regressão da sociedade.

Compreende-se assim que, sendo o domínio imperialista a negação do processo histórico da sociedade dominada, é necessariamente a negação do seu processo cultural. Também — e porque uma sociedade que se liberta verdadeiramente do jugo estrangeiro retoma os caminhos ascendentes da sua própria cultura — a luta de libertação é, antes de mais, um acto de cultura.

A luta de libertação é um facto essencialmente político. Por conseguinte, só podem ser utilizados métodos políticos no decurso do seu desenvolvimento.

A cultura não é pois, nem poderá ser, uma arma ou um método de mobilização de grupo contra o domínio estrangeiro. Ela é bem mais do que isso. Com efeito, é no conhecimento concreto da realidade local, em especial da realidade cultural, que se fundamenta a escolha, a estruturação e o desenvolvimento dos métodos mais

(Continua na pág. 48)



arquivo

O DIA 25 DE ABRIL

24 de Abril, 22.55

Transmissão através dos Emissores Associados de Lisboa da canção "E depois do adeus" na voz de Paulo de Carvalho. Era o sinal de que tudo estava pronto para desencadear o movimento.

25 de Abril

0.30 — Transmissão no programa "Limite" de Rádio Renascença da canção "Grândola, Vila Morena", de Zeca Afonso, que constituiu a senha para o desencadear das operações do Movimento Militar.

Entre as 0.30 e as 3 horas — Prisão do comandante da Escola Prática de Cavalaria de

Santarém, e partida de uma força desta unidade rumo a Lisboa. Simultaneamente, verificaram-se movimentações militares em Tomar, Vendas Novas, unidades da Região Militar de Lisboa (Caçadores 5 e Cavalaria 7), Figueira da Foz, Viseu, Lamego, Mafra, Estremoz e outros pontos.

3 horas — Ocupação simultânea de pontos vitais da capital. Foram tomados quase sem resistência o Aeroporto, o Rádio Clube Português, a Emissora Nacional, a Radiotelevisão Portuguesa e a Rádio Marconi. Ao mesmo tempo, foram cercadas as áreas onde se situam o Quartel-General, em

São Sebastião da Pedreira, e o Quartel-Mestre. É encerrado ao tráfego o Aeroporto de Lisboa.

4.20 — O Rádio Clube Português, transformado em posto de comando, transmite, pela voz do noticiarista Joaquim Furtado, o primeiro comunicado do M. F. A., no qual se pede à população que se mantenha calma, nas suas residências. Manifesta-se o desejo de que não haja incidentes e avisam-se as forças militarizadas que evitem quaisquer confrontos. Pede-se aos médicos que acorram aos hospitais.

4.45 — Novo comunicado, através do R. C. P., reforçando recomendações de prudência às

forças militarizadas e apelando para que os seus elementos regressem aos quartéis. Anuncia-se, entretanto, que os comandantes que conduzirem os seus subordinados à luta com o M. F. A. serão severamente responsabilizados.

5.15 — O terceiro comunicado do M. F. A. renova apelos e recomendações anteriores. Pela primeira vez discrimina as forças militarizadas e outras — potenciais opositores do Movimento: G. N. R., P. S. P., D. G. S. e L. P.

6.45 — O M. F. A. declara, em mais um comunicado transmitido do Posto de Comando do R. C. P., que as

Forças Armadas decidiram tomar a seu cargo a presente situação, pelo que será considerado delito grave qualquer oposição das forças militarizadas e policiais às unidades militares.

Ao princípio da manhã — Quatro tanques "M-47" e 15 camiões com tropas estacionam na Calçada da Ajuda, junto de Lanceiros 2.

7 horas — Forças vindas da Escola Prática de Artilharia, de Vendas Novas, instalam-se no morro do monumento a Cristo-Rei.

7.30 — É emitida uma nota do M. F. A., lida pelo locutor Luís Filipe Costa, na qual se afirma que as F. A. desencadearam de madrugada uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina. Acrescenta ainda que responderá, decidida e implacavelmente, a qualquer oposição que se venha a manifestar. O comunicado terminava com "Viva Portugal".

7.52 — A E. N. suspende a emissão.

8 horas — Forças adversas ao Movimento, vindas de Lanceiros 2, tomam posição na Ribeira das Naus e em frente do cais do Sul e Sueste. Doze "jeeps" da G. N. R. são bloqueados na Rua da Madalena.

8.30 — Pela primeira vez, o comunicado é lido na Emissora Nacional.

Entretanto, pessoas que se dirigiam rotineiramente aos seus empregos são avisadas da situação que se vive na capital e regressam às respectivas casas. Os comboios da linha de Sintra não circulam até à estação do Rossio, terminando as suas viagens em estações intermédias da linha.

No Alfeite é proibida a entrada aos empregados civis.

O Banco de Portugal aparece ocupado, de manhã, por forças militares e os empregados não chegam a apresentar-se ao serviço.

9 horas — No emissor de Miramar do R. C. P. é lido pela primeira vez um comunicado do M. F. A. Mais tarde a emissão sofre uma interrupção que dura até às 11 horas.

Começam a circular boatos desconstruídos, entre os quais o

da prisão do general Spínola. A população, receosa do que pudesse acontecer, começou a abastecer-se de pão e correu com as suas viaturas às bombas de gasolina, originando grandes "bichas".

9.30 — A fragata da marinha de guerra com a matrícula F-473 fundeia em frente do cais das Colunas. Mais tarde levanta ferro em direcção ao Alfeite.

10.15 — Um avião de páraquedistas sobrevoa o Terreiro do Paço, mas os homens não descem. Entretanto, na outra margem do Tejo, dois aviões cruzam sinais de fumo. São fechados os acessos ao Terreiro do Paço e barricadas as ruas Augusta, da Prata e do Ouro.

Detenção do general Louro de Sousa, quartel-mestre-general, à entrada do respectivo serviço.

Entre as 10.30 e as 11.30 — Os ex-ministros da Defesa, do Interior e do Exército participam numa reunião no Ministério do Exército, à qual assiste também o ex-deputado Henrique Tenreiro, além de outros oficiais-generais. Há tiros no Terreiro do Paço, quando um alferes intima o tenente-coronel Ferrand de Almeida a render-se. O tenente-coronel Ferrand de Almeida, comandante de uma das forças de Cavalaria 7, recusava-se a aderir ao Movimento, chegando a disparar dois tiros antes de se entregar.

Os ministros militares e do Interior fogem por um buraco de comunicação entre o Ministério do Exército e o da Marinha. São vistos a tomar lugar num autocarro.

O general Andrade e Silva, ministro do Exército, põe-se em fuga. Outros dirigem-se ao quartel da G. N. R., no Carmo.

11.45 — As Forças Armadas comunicam que, de Norte a Sul, dominam a situação e que em breve chegará a hora da libertação. Chama-se ainda a atenção de todos os estabelecimentos comerciais para que devem cerrar imediatamente as portas. Se a ordem não for acatada será decretado o recolher obrigatório.

12 horas — As forças presentes no Terreiro do Paço subdividem-se e dirigem-se ao Largo do Carmo, à Penha de

França e à Rua António Maria Cardoso.

Milhares de pessoas, que entretanto tinham acorrido às ruas da Baixa lisboeta aclamam a coluna militar que se dirige ao Carmo. É a primeira grande manifestação espontânea de adesão ao movimento. É também, quando o governo ainda não tinha caído, uma clara manifestação antigovernamental e antifascista. A marcha da coluna até ao Carmo é acompanhada por impressionante número de pessoas que gritam "Vitória! Vitória!", "Fim à guerra colonial" "Abaixo o fascismo" e "Liberdade! Liberdade!"

12.30 — Forças militares do R. C. 7, da E. P. C. e da Região Militar de Tomar cercam o quartel do Carmo.

Apenas duas viaturas da G. N. R., vazias, estacionam no largo. As portas e janelas do quartel estão fechadas. Muito povo, dificilmente contido nas ruas vizinhas.

12.45 — Tem início, como habitualmente, a emissão da R. T. P.

13 horas — O M. F. A. informa as famílias dos militares de que eles se encontram bem.

A partir das 13 horas — Uma força da G. N. R. dispõe-se ao longo da rua Nova da Trindade até junto da rectaguarda das forças de Cavalaria que cercam o Carmo. Manifestações hostis do povo à G. N. R. Descendo depois para a rua António Maria Cardoso, centenas de pessoas entoam o hino nacional e aproximam-se da sede da Pide/DGS, de cujas janelas são disparados tiros contra a multidão. Cinco feridos, alguns dos quais com gravidade.

Tentativas de alguns pelotões de forças afectas ao governo para chegarem junto da G. N. R.

14.55 — Um novo comunicado do Movimento das Forças Armadas avisa a população de que os elementos da G. N. R. e D. G. S., que se fazem passar por amigos do Movimento, são adversos às Forças Armadas.

Desespero entre os comandos das forças fiéis ao governo, traduzido nas mensagens via rádio que trocam entre si.

15 horas — O capitão Salgueiro da Maia, comandante das forças que sitiam o Quartel

do Carmo, improvisa uma conferência de imprensa e afirma: "A G. N. R. não tem qualquer hipótese de resistência."

Baseia o seu raciocínio na superioridade bélica das forças que comanda, êxito das operações realizadas no resto do país e no incontestável apoio que milhares de pessoas estão a prestar aos soldados. É dirigido um ultimato de 15 minutos às forças barricadas no quartel-general da G. N. R. Um tanque da tropa toma posição em frente da porta principal do quartel. Sobe a tensão entre os milhares de pessoas que entretanto inundavam as ruas vizinhas e tinham ocupado o edifício em frente do quartel. Sai do quartel o major Veloso, da G. N. R., "por iniciativa pessoal", segundo afirma. Minutos após, o coronel comandante das forças sitiadas penetra no quartel, para conversações. Cerca de 10 minutos depois, o capitão Maia dirige novo ultimato: "Atenção, quartel do Carmo! As conversações estão muito demoradas. Estão muito demoradas."

Como nenhuma resposta chegue, o capitão Maia repete o ultimato e anuncia o início do bombardeamento. Durante alguns minutos a intensidade do tiroteio não deixa saber aos civis se alguns dos tiros provêm ou não do quartel do Carmo, pelo que se registam cenas de grande pânico. O tiroteio fora apenas, afinal, com armas ligeiras e dirigido para a parte superior do edifício e para o ar. O mensageiro dos revoltosos, coronel Correia de Campos, saiu pouco depois do edifício. A um repórter que lhe pergunta o resultado das conversações responde, visivelmente nervoso, com outra pergunta: "Quando uma mulher está a dar à luz vocês também lhe perguntam se tudo está a correr bem?" Ultimato final do capitão Maia (cuja actuação provoca constantes aplausos da multidão que assiste e participa): "Vou contar até três. Devem sair desarmados e com as mãos no ar, senão destruíremos o quartel." Momentos de tensão.

16.10 — São captadas comunicações entre as forças fiéis ao governo. Um

comandante da G. N. R. vive momentos de opereta: "Há cada vez mais auto-metralhadoras. Só nos resta uma saída. Estamos numa situação um tanto ridícula."

Entretanto, no Carmo, o capitão Maia grita: "Um!". Roncam os motores dos carros de combate enquanto os canhões são apontados. Um minutos depois, pelo megafone, ouve-se: "Dois!". Cresce a tensão. Soldados tentam fazer recuar a multidão e aconselham-na a abrigar-se. Em vão.

Quando está eminente o início da destruição, o capitão Maia suspende a ordem de fogo. Do lado da estação do Rossio corre, acompanhados dum militar, os drs. Feitor Pinto e Nuno Távora, da S. E. I. T. Pedem para entrar no Carmo, pois são portadores duma mensagem que poderá acelerar a rendição do governo.

Após a entrada destes funcionários do regime fascista no Carmo, onde se avistariam com Marcelo Caetano, alguns jornalistas penetram nas salas de entrada do quartel. Aí depara-se-lhes um panorama significativo: sobre uma mesa, uma pistola e uma metralhadora, abandonadas. Espalhados pela sala, inúmeros carregadores. Mais ao fundo, numa camarata, refrigerantes e um copo de vinho, a meio.

Segundo entrevista dada por Feitor Pinto, Marcelo Caetano terá insistido em "entregar" o poder ao general Spínola, para que aquele "não caísse na rua".

A Comissão Executiva da C. D. E. de Lisboa distribui um comunicado no qual manifesta o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas.

Saem os mensageiros governamentais, dirigindo-se à residência do general Spínola. Feitor Pinto confirma a presença, dentro do quartel, de Caetano e alguns ex-ministros. Cresce o entusiasmo da multidão que ocupa já o centro do largo, sobe aos ramos das árvores e ocupa as duas viaturas abandonadas pela G. N. R.

17.02 — Os mensageiros saem de casa do general Spínola. Entretanto, Spínola e Marcelo estiveram em contacto telefónico. O general teria afirmado ("Diário de Notícias",

26.4) nada ter a ver com o M. F. A. e que "nunca tentaria o derrube dum governo legal". Exigia por isso a presença dum representante do M. F. A., de patente superior a coronel, que lhe confirmasse a anuência do Movimento.

Continua o "espectáculo" no largo do Carmo. A multidão, que não consegue apreender o significado das idas e vindas dos dois civis, exige a rendição imediata (a apoteose do espectáculo) gritando durante minutos: "Está na hora! Está na hora!". Os soldados têm dificuldade em conter os manifestantes, que formam um meio círculo ao redor da porta principal do quartel. Começa a correr, entretanto, a notícia da chegada próxima do general Spínola, o que provoca novas explosões de entusiasmo entre muitos dos presentes. Os "slogans" dividiam-se entre o aplauso ao antigo governador da Guiné e a entrega do prof. Caetano. Quando o general Spínola, cujo carro fora literalmente submerso por grande multidão que o aclamava e o queria cumprimentar, entrou no quartel do Carmo, redobraram os gritos pedindo a sua vinda à janela. O capitão Maia tenta, em vão, convencer os manifestantes da impossibilidade de o general satisfazer esse desejo, pelo que pede a uma personalidade da oposição democrática (C. E. U. D.) nas "eleições" de 1969, o dr. Sousa Tavares, que explique as razões dessa impossibilidade.

17.45 — A televisão transmite um comunicado sobre os acontecimentos do dia e proclama à nação o seu propósito de a libertar de um regime que a oprime há longos anos.

18.15 — É transmitido um comunicado onde se confirma a rendição do quartel da G. N. R.

18.40 — A televisão anuncia, pela voz do locutor Fernando Balsinha, que o M. F. A. preparava uma edição especial do telejornal. Em seguida Fialho Gouveia lê uma declaração do Movimento.

18.50 — Carros de assalto abandonam o Largo do Carmo e forma-se a coluna militar que conduzirá os detidos.

19.20 — O prof. Marcelo

Caetano e membros do seu governo saem do quartel do Carmo numa viatura blindada "Chaimite" denominada "Bula", logo seguida do automóvel do general Spínola, com destino ao Regimento de Engenharia 1, na Pontinha.

À Baixa começam a afluir centenas de pessoas, vitoriando as Forças Armadas e gritando "slogans" identificadores de várias posições políticas. São apedrejadas as instalações de várias bancas, durante o cortejo que se inicia rumo ao Terreiro do Paço.

19.30 — Uma coluna militar saída de Vendas Novas, da Escola Prática de Artilharia, sobe a Calçada da Ajuda e estaciona entre os aquartelamentos de Cavalaria 7 e Lanceiros 2.

A força aderente ao Movimento era composta por seis camiões "Berliet", três "G. M. C." e um pequeno jipe, que transportavam cerca de duas centenas de homens fortemente armados e comandados por um capitão do exército. Além deste oficial, faziam parte dos comandos mais três tenentes, aspirantes a oficiais milicianos, sargentos e furriéis.

Após o estacionamento, aqueles militares tomaram posições de ataque, rectificadas por um major de Cavalaria 7, por volta das 20 horas.

De acordo com as informações prestadas pelo comandante da coluna, o objectivo era o quartel de Lanceiros 2 (Polícia Militar), cuja posição não estava ainda bem definida, apesar da bandeira branca que os sitiados haviam colocado na porta de armas.

Cerca das 21.45, o oficial de dia ao aquartelamento de Lanceiros 2 saiu à porta de armas e conversou durante alguns minutos com as forças sitiadas, que logo a seguir ocuparam a unidade.

20.30 — Comunicado do Movimento das Forças Armadas. É lida a proclamação ao País, firmada em Santarém pelo comando do Movimento. Anuncia-se que o almirante Tomás foi transportado, de helicóptero, de Lanceiros 2, que já se havia rendido durante a tarde, para as instalações da Polícia da Força Aérea, em

Monsanto. Anuncia-se, ainda, que Marcelo Caetano procedeu à transferência do poder para o general Spínola, que assume o comando das Forças Armadas.

21 horas — A multidão enfurecida dirige-se para a sede da D. G. S. Atiradores desta política dispararam sobre manifestantes na Rua António Maria Cardoso. Há quatro mortos, entre os quais uma jovem universitária, e dezenas de feridos. Ambulâncias e material de socorro convergem para a zona.

As Forças Armadas anunciam que a D. G. S. vai ser cercada e pedem à população que se mantenha calma.

Um agente da D. G. S. é morto pelas Forças Armadas quando tentava fugir, depois de saltar do edifício policial para a rua. Manifestantes concentram-se no Camões e Rua António Maria Cardoso, contidos por cordões militares. A multidão, enraivecida, exige a entrega dos agentes da D. G. S. e grita: "Vinguemos os camaradas mortos".

Só a muito custo as tropas conseguem conter os populares, que recordam angustiadamente os últimos quarenta anos da vida política repressiva do País.

22 horas — A D. G. S. resiste também na prisão de Caxias. Espalha-se o boato de que serão exercidas represálias sobre os presos políticos que ali se encontram ainda.

Entretanto, anuncia-se que a P. S. P. aderiu totalmente ao Movimento e deixou de oferecer qualquer resistência.

23 horas — Anuncia-se que Marcelo Caetano e alguns ex-ministros serão conduzidos para os Açores.

Progressivamente, as bolsas de resistência ao Movimento vão cedendo.

Entretanto, por todo o país espera-se, diante dos televisores ou junto das telefonias, a anunciada proclamação da Junta de Salvação Nacional, assim constituída: capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho; capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo; general Francisco da Costa Gomes; general António de Spínola (presidente); brigadeiro Jaime Silvério Marques; coronel Carlos Galvão de Melo; general Manuel Diogo Neto.

para a história do fascismo

Nesta nova secção da nossa revista incluiremos textos, uns mais antigos, outros menos, que constituem um contributo para a história do fascismo em Portugal. Grande parte dos textos que iremos publicando foram cortados pela censura fascista. É o caso, neste número, do inédito de Aquilino Ribeiro e da "carta aberta" de Rodrigues Lapa ao então ministro da Educação. O texto do nosso director foi cortado pelo "exame prévio" em Agosto de 1973. Em 20 do mesmo mês o nosso director enviou directamente ao sr. Veiga Simão uma prova do artigo acompanhada de uma carta de protesto, mas nunca recebeu qualquer resposta.

RESPOSTA A UM CONVITE DO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Exmo. Sr. Ministro da Educação Nacional

Recebi de V. Exa. amável convite para ir ao Hotel Tivoli participar num almoço, precedido de uma troca de impressões sobre as últimas reformas da Educação e expansão do ensino superior. Como director da revista "Seara Nova", tão afeiçãoada aos problemas pedagógicos, e ainda como antigo professor liceal e universitário, a mim caberia, não há dúvida, a missão de ir a um repasto dessa natureza. É-me porém impossível fazê-lo por algumas razões que me permito ponderar a V. Exa. Espero que as considerações que vou tecer tenham livre caminho, como tiveram aquelas que produzi quando, com outros e sem empeços da Censura, me pronunciei sobre a Reforma Universitária.

Já nessa minha intervenção, em dois artigos do jornal "República", a par dos louvores devidos ao corajoso Ministro, eu opunha algumas razões que me levavam a crer que tal reforma carecia de base sólida para se afirmar, por não atender àquilo que numa reforma dessas tem primeiríssimo lugar: o estatuto do estudante. No articulado do diploma ninguém descobria o escolar universitário: era como se ele não existisse. Claro que se facilitava o acesso do estudante aos cursos superiores, mas continuava a ser o homemzinho tutelado, com obrigações e poucos ou nenhuns direitos, como se não fosse ele, afinal, a razão de ser da instituição universitária.

Esse conjunto de omissões parecia significar que o titular da Educação não tinha confiança nos rapazes das

escolas superiores (o que mais tarde veio a confirmar-se em declarações suas) e se recusava a um diálogo aberto com eles. Efectivamente, as guedelhas que usam e suas barbas esquivas metem medo a muita gente; mas por baixo dessa tona peluda, que é marca da sua ostensiva maturidade, reluz a inocência e a pureza dos vinte anos. E essa pureza é que se não deve magoar de jeito nenhum.

Não é a primeira vez que o afirmo: os nossos rapazes querem ser tratados como homens, que realmente são. Desconhecer esta verdade profunda, maltratá-los, vigiando-os nas suas escolas por elementos estranhos, é ofendê-los na sua dignidade de homens e de trabalhadores, despertando neles reacções de violência, carregando de sombras o futuro seu e nosso. O mal-estar reinante nos meios universitários deve-se, em grande parte, a que as esferas oficiais deixaram de compreender a mocidade portuguesa, o seu inconformismo de sempre, a sua aspiração a um mundo melhor. O que se passa em Portugal é o que se observa no resto do mundo; e se a crise tem aqui maior estridência, é porque entre nós o maquinismo da repressão é mais forte e agressivo. Oh, como vai longe o tempo em que nós, os velhos mestres, tratávamos os estudantes como camaradas mais novos, conquistando assim a sua amizade e o seu respeito!

Também, no tocante à proliferação dos estabelecimentos do ensino superior, permita-me uma objecção: Onde vai V. Exa. buscar em sete anos o pessoal docente devidamente instruído e mentalizado para essas escolas? E digo *devidamente* instruído e mentalizado, sublinhando o advérbio, porque uma preparação de

professores não se faz a correr; e esse material humano tem de ser seleccionado não segundo a fidelidade a qualquer sistema político, seja ele qual for, mas segundo a competência e a idoneidade moral. Um mestre tem de ser simultaneamente mestre do conhecimento e mestre da vida. Responderá V. Exa. que os futuros professores serão convidados a trabalhar por contrato, e a sua escolha obedecerá unicamente a critérios objectivos e científicos. Acredito que seja essa a intenção do actual Ministro e aplaudo calorosamente a extinção da cadeira vitalícia, por que sempre me bati. Mas quem nos diz que V. Exa. estará no seu cargo mais sete anos como garantia dos seus bons propósitos, que aliás contradizem radicalmente a política do regime em matéria de recrutamentos e conservação do professorado? Pois não sou eu, a par de muitos outros melhores do que eu, um exemplo dessa política torva e obcecada?

Senhor Ministro, não deixa de ser uma cruel ironia que V. Exa. se tenha dirigido a um professor que foi demitido há cerca de 40 anos, para ventilar problemas do ensino universitário. Pois não teria sido mais justo que esses professores fossem primeiro reintegrados na plenitude dos seus direitos e depois, só depois, convidados a dialogar com o Ministro da Educação? Eis aí as razões por que não podia ter assistido a uma reunião dessas; mas não me leve a mal que lhe exponha aqui por alto e com ânimo isento, o que a V. Exa. diria, se lá tivesse estado.

Sou de V. Exa. muito atento

Manuel Rodrigues Lapa

SARMENTO PIMENTEL

responde ao

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Respondendo a um ofício do Ministério da Guerra português, Sarmiento Pimentel, há longos anos radicado — não por sua vontade... — no Brasil, enviou em 1965 a seguinte carta ao chefe da Repartição Geral da Direcção dos Serviços de Pessoal daquele Ministério.

Prezado Senhor:

Fui chamado ao Consulado Geral de Portugal em São Paulo — Brasil — para me mostrarem uma comunicação da Repartição Geral do Ministério da Guerra na qual eram pedidas várias informações e também duas fotografias para minha identificação.

Com esta idade de 77 anos, e nos tempos que vão correndo, havia de supor-se que os elementos agora procurados são para essa Repartição poder fornecer-me guia de marcha para o outro mundo. Mas como pelos meus cálculos, sempre optimistas, ainda me proponho durar pelo menos mais uma vintena, disse no Consulado que desde há muito (meio século talvez) estou identificado no Ministério da Guerra e que, se os arquivos não foram destruídos, lá devo aparecer como capitão reformado da Arma de Cavalaria. Assim sendo, não tenho que me identificar novamente.

Demais, sem répias e basófiás a que não sou atreito, suponho não estar no número de tantos e tão bons dos meus camaradas que a ingratidão, oficial atirou para as cavernas do esquecimento, pois a Ordem da Torre-e-Espada com palma e aquela medalha de prata de Valor Militar, obtidas na guerra, me puseram ao abrigo de semelhante contingência,

embora haja um manifesto e insidioso propósito a esse respeito da parte dos actuais detentores do Governo.

Todavia é bem possível que a "P.I.D.E." tenha em projecto uma nova operação Delgado e não queira que algum pobre diabo venha a pagar as favas pelo pobre de mim, e, movida por tão humanitário sentimento, recorre ao Ministério da Guerra para evitar lamentável confusão no cumprimento das ordens superiores.

Este é o lado mais feioso e também o mais natural de eu encarar as diligências para minha nova identificação.

Porém não é só por esse lado suspeito que, sem ofensa para ninguém, meu escasso entendimento há-de ler aquele papel que o Sr. major Sousa Brites enviou ao Consulado de Portugal em São Paulo.

Pode muito bem acontecer que exista da parte do Estado Novo uma curiosidade de carácter que, forçando a mão, diríamos sociológico ou anedótico para inofensiva histórico em quadradinhos destinada aos meninos da "Mocidade Portuguesa", cuja é o registo biográfico dum velho servidor do Estado teimoso no fingir de vivo em toda a grande noite escura duma existência política que o próprio ditador já deu por finda e sem préstimo. Então aí o compilador de velharias inúteis poderá recorrer às seguintes fontes públicas: jornais diários do Porto e de Lisboa do ano de 1919 a partir de Fevereiro; "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", volume XXVII; "Campanha do Sul de Angola" — Relatório do general Pereira de Eça — pgs. 67, 461, 62, 63, 69, 551 — Imprensa Nacional, 1921;

"História do Portugal". Edição comemorativa do oitavo Centenário de Portugal — Direcção de Damião Peres; "História de Portugal" — por António Sérgio de Sousa — Edição Labor. Também nas horas vagas eu sou mesteiral de letra de forma e de tal arte anda esparsa mais de seis lustros, nas revistas "Seara Nova" de Portugal, "Anenhemi" do Brasil, uma prosinha de cotio que, dizem, não é desajeitada de todo, fora aquele livro "Memórias do Capitão", fartamente apreendido pelos esbirros da censura em Portugal, e que aqui no Brasil algumas Universidades recomendam aos seus alunos da cadeira de Literatura Portuguesa como livro de texto, chegando ao desaforo ou exagero, alguns dos senhores Mestres, de o considerarem clássico da nossa língua/// É bem verdade que nestas terras novas e pouco lidas nos cânones da civilização cristã de que o Portugal de hoje se constituiu estreme defensor é fácil a algum intelectual menos precatado comer gato por lebre.

Há ainda, para honra do signatário destas regras já longas e arrevesadas como sermão de Vieira, um especioso lado político que não deixa de ter interesse biográfico:

— Trinta e oito anos de exílio no Brasil com umas férias de seis meses no ano da graça de 1950 e por graça da "O.N.U.", que impôs ao ditador essa mēzinha caseira curadora de mil saudades, logo suspensa por ordem do dono de nós todos. Já me esquecia de referir, e era injustiça flagrante, que, ali pelo anos de 1940, o chamado Estado Novo resolveu distinguir, pelos valiosos serviços prestados a Portugal, alguns patrícios, residentes no Brasil,

com uma condecoração duma dessas Ordens que também servem para enganar os lorpas daquele patrioteirismo de carregar pela boca.

A mim coube-me o título honorífico do *Comendador*, embora os jornais da linha ditatorial me houvessem brindado em prosa e verso com todos os louvores do vocabulário fascista cuja escala começa em traidor à Pátria e acaba numas tantas arrobas do ouro de Moscou que o "S.N.I." pesa na balança da sua austeridade proibida e é aferida rigorosamente

pela censura.

Vou terminar esta conversinha de recreação galhofeira muito do agrado da gente da minha idade, esquecida dos regulamentos e noções da hierarquia, mas que não envolve, de jeito nenhum, abuso de confiança ou menos consideração por quem de direito. E tanto assim é que se ao Sr. major alguma curiosidade lhe merecer da minha lenga-lenga com arremedos de autobiografia pataqueira, não tenho dúvida nenhuma em lhe mandar o tal livro de "Memórias" aqui

referido, para poder melhor aquilatar das tolas presunções do

seu camarada

João Sarmento Pimentel

P.S. Pode fazer o uso que quiser desta carta, pois me reservo o mesmo direito e vou torná-la pública 15 dias após a data de hoje em que mando cópia ao Consulado de Portugal.

São Paulo, Dia dos Mortos de 1965.

UM INÉDITO DE AQUILINO RIBEIRO

Um aspecto considerável da actividade literária reside nas circunstâncias do meio em que é exercida. Ser livre é condição indispensável para que o escritor se realize, isto é solte as velas todas da sua personalidade. Que importa que, sentido da sina social, atento à voz do sangue, enraizado no solo, desempoeirado de preconceitos e miasmas políticos e religiosos, permeável às auras que sopram, a possua em sumo grau, se lhe é defesa a sua livre expansão? Não basta que a rebeça seja um estradivarius de marca, é necessário que se manifeste estradivarius. Identicamente, não basta que o indivíduo tenha a rica e exuberante psique dum verdadeiro escritor: é necessário que possa dar voz, incoerciva e plena voz a essa psique. Tal desideratum é do foro exclusivo da liberdade, tida e havida em sua acepção irrestrita, estranha a ameaças e tutelas, lápis de revedor, dedo no ar, alçada estética ou jurídica em suma.

Se qualquer limitação é nefasta ao escritor, porque pode tolher precisamente a vis do seu temperamento ou ofuscar a facta que mais condiz ao seu carácter, de modo geral a censura é como a geada que nos agros queima, estiola, se não sufoca, a planta delicada em seu germen. Ainda quando esta é tão vivaz que resiste ao espesinhamento, ficará sempre diminuída.

É evidente que de todas as censuras

a oficial preleva a qualquer outra em resultados funestos. O inconformista é a sua vítima mais imediata. Por via de regra, arte significa inconformidade, uma vez que o ser original, seu primeiro requisito, consiste em revelar-se o escritor diferente, rebelde, um entre todos. Numa sociedade inquinada por impressionantes taras de estupidez, presunçosa de seus absurdos e agarrada a direitos inconcebíveis à face da razão, conformista só podem sê-lo a besta quadrada que traz a barriga cheia e o senhor que empunha a vara. Se acaso o escritor — esse cuja sensibilidade tem de comportar-se como a antena em relação às penas do quadrante — praticou alguma vez o absolutismo contra o seu próximo, pois que não se fala de besta que só gera a besta, ter-se-á demitido com vergonha do que foi. Tolstoi é o espelho.

A censura tem o pior dos cadastros. Impor compromissos sob a sua alçada à inteligência é mais nefando, remetendo-nos à escala criminal, do que o suborno cometido pela alcofa ou a effracção de santuário, perpetrada por um bandoleiro. Todo e quaisquer embaraços opostos à palavra falada ou escrita constituem crime contra a civilização. Seu aparato jurídico, por muito especioso que se mostre, é hediondo como a guilhotina. Admitida pelas nações superiores em emergências excepcionais como a guerra, não só é lesiva da dignidade humana, como o seu exercício

pressupõe um poder prepotente, que defende a vileza com vileza, ou uma regra social tão baixa que chapinha sua lama contra a orgânica do próprio Estado.

No domínio da criação individual torna-se ocioso citar-lhe os efeitos deletérios. Acaso pode conceber-se qualquer operação do entendimento, inflexa em seus predicados de independência e sinceridade, quando paira sobre o pensador a mão armada do *anathema sit*? Dizia-me Jean Tharaud, a vez que estive em Lisboa, hóspede do Secretariado:

— *Oh, oui, je comprends, le pire encore ce n'est pas ce qu'on tranche, c'est ce qu'on a cru prudent ne pas écrire.*

Está mais que provado que sem liberdade todos os dons do espírito são riquezas perdidas. E se o não são de todo, ficam cativas, neutralizadas quanto a faculdade estética, e em vez de produzir os soberanos belo e bem de Sócrates, não dão lugar a mais do que a sons vulgares de marimba. Podem ser menos que parciais os juízos emitidos debaixo de férua e menos que tímido e reticente o discurso que vá de encontro às verdades estabelecidas?

A ordem, quando produto ético, vem assinalada do cunho másculo da liberdade. Produto da opressão é essa outra que submete à obediência confeccionada em regras tortuosas e leis despóticas o que é desigual,

AUTORES PORTUGUESES

OS PUTOS
2.ª edição)

Altino M. Tojal Esc.: 50\$00

AUTORES PORTUGUESES

À BEIRA DA ESTRADA

Ángela Sarmento Esc.: 50\$00

DOCUMENTOS

DISCURSOS DE FIDEL CASTRO

Esc.: 40\$00

BIBLIOTECA POPULAR

PRINCÍPIOS ELEMENTARES
DA FILOSOFIA

George Politzer

CADERNOS DE HOJE

SOCIOLOGIA E IDEOLOGIA

Michel Dion Esc.: 80\$00

CACTO

ÀS CAVALITAS DO TEMPO

Eduardo Olimpio

DOCUMENTOS

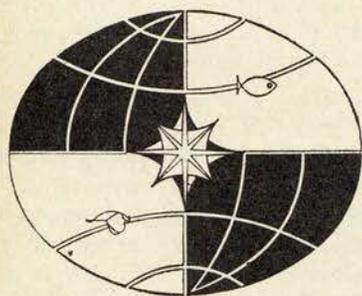
A CONCEPÇÃO
DAS «SUPERPOTÊNCIAS»

Vários Autores

PRELO EDITORA, s.a.r.l.

RUA DA MISERICORDIA, 67 - 2.ª - TELEF. 370691

I Congresso Nacional



**Degradação do Ambiente Português
Combate à Poluição**

4-8 JUNHO 1974-PORTO-Portugal

ORGANIZAÇÃO DA
ORDEM DOS ENGENHEIROS
SECÇÃO REGIONAL DO PORTO
Telefone 22876

Colabore no sucesso do Congresso
inscrevendo-se ou enviando
comunicações

desumano e disparatado. Ainda quando a liberdade leva à anarquia semelhante estado não é mais que transitório. As grandes crises da consciência universal passam por estes eclipses de penumbra e confusão. Mas quando decanta a poeira levantada, a atmosfera social adquiriu uma serena e nunca vista lucidez. Esses alvares são fecundos em impossibilidades e como tal andam sujeitos à natural vicissitude: criarás na dor e angústia.

A ordem em tanto que sedimentação política traduz o marasmo e velhice dos povos. Turbulência e insatisfação indicam uma alma colectiva sã e robusta. Quietismo é sinal de decadência acelerada, se não de morte próxima.

Numa das faces do sarcófago de Voltaire lê-se esta frase sapiencial: *Il agrandit l'esprit humain et lui aprit qu'il devait être libre.* Do mesmo modo, no *Manual republicano do homem e do cidadão*, de que é autor Carlos Renouvier, vem formulado este princípio: *Aquele que não tem o direito de falar é um escravo.* Ora de escravos não reza a história literária, como não foi com semelhante massa que se formaram as epopeias dos povos. Terêncio foi escravo, é certo, mas quando escrevia tirava a coleira. Esopo também foi escravo; Pedro foi liberto; ambos honram, porém, a classe dos homens que têm ufania em ser livres pelo conceito de independência e pela dignidade que se despreendem de suas obras. Se, como salta aos olhos do entendimento, o escravo é um mau cidadão da república, que quilate pode ser o do escritor escravizado?

Da liberdade fizeram os déspotas, bem sabemos, uma espécie de Jano. Já Veillot dizia com pomposo cinismo: *Reclamo-vos a liberdade em nome dos vossos princípios, recuso-vo-la em nome dos meus.* Da tendência a que longanidade a que sempre propenderam os homens que professavam o culto da democracia — porque tal culto, mais que adesão intelectual, está no âmago do indivíduo, é-lhe, digamos, visceral — dessa tendência, mais que da confusão lógica estabelecida, souberam aproveitar-se os inimigos do progresso humano. Como dizia o seu homem-lige, serviram-se da liberdade que se lhes facultou para atentarem contra a liberdade. Bem sabemos que, segundo Sorel, há na violência um factor de criação e é desse factor que

se prevalecem os teóricos do totalitarismo para fundamentar a sua doutrina. Foi alçapremando-se em tal premissa que se abalançaram às suas monstruosas construções ao passo que atacavam a democracia pela espalda. Mas conhecidos os seus processos, porque não hão-de para o futuro usar os verdadeiros democratas do revolutivo que se deprende ao aforismo hipocrático: a mordedura do cão cura-se com o pêlo do mesmo cão? Desde que o corpo social se revista de armadura idónea, já a cúspide reaccionária não consegue atingir a liberdade.

Sob qualquer aspecto que se considere a literatura: uma demografia que discorde ou fantasia, e neste caso é o espelho das raças, dos povos, das cidades no que têm de mais recatado e infixo — dizia Emerson que as instituições são as sombras estiradas dos homens, as literaturas a expressão formal das nacionalidades; que seja, e a definição é de Taine, a confissão íntima das disposições dum grupo determinado, como que o seu auto-retrato; uma trasladação do social para o romance, integralmente, e vamos dar à realidade viva do naturalismo, alçando-se o livro a fresco social ou água-forte duma família; ou que, finalmente, despida dos farricocos de ocasião — só poderá exercer a sua missão pela liberdade. Suprimida, conculcada ou até restrita esta, falta o sol ao jardim de Academos, e não esperem que vingue floração de escola ou graça sequer de escritor. Os séculos que Portugal viveu debaixo do regime da censura traduzem-se por essa pobre e árida savana que deita até o romantismo, onde não se vê passar senão a alimária fradesca ou aristocrática riscando em duas canas verdes, com a montonia dos pretos do batuque, estrofas heróicas e loas celestiais. O mesmo se pode dizer, de modo geral, dos anos que vamos atravessando, não obstante António Ferro, arúspice do estado novo, assar de quando em quando nas aras públicas para refartório dos neófitos das letras o anho gordo. Em verdade nada mais morno, mais vácuo, perlado apenas do molinheiro da água benta, ou ressumando os ares húmidos, mefíticos duma inconsolável e grisalha lagoa-morta, toda ou quase toda essa literatura oficial.

AQUILINO RIBEIRO

O problema da reforma do ensino é, como se sabe, dos mais importantes impostos a qualquer sociedade — ainda que a sua integral resolução seja impossível fora do quadro duma sociedade socialista. As novas condições de uma vida democrática e liberta do fascismo, a pouco e pouco implantadas entre nós na sequência do 25 de Abril, permitem-nos, entretanto, e desde já, o amplo debate da questão — a que a *Seara Nova* procurará dar o maior relevo — no sentido da adopção de medidas progressivas neste sector. O artigo do Prof. Orlando Ribeiro é um primeiro passo nesse caminho.

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

por Orlando Ribeiro

O primeiro problema que se põe no nosso propósito é circunscrever e exemplificar o âmbito de conhecimentos que podem abranger-se na rubrica Ciências Humanas, destinada a substituir a designação de Faculdade de Letras, absoleta e insuficiente. Por um lado, em princípio, todas as ciências são humanas, pois procedem da actividade criadora do espírito por meio de um dos seus instrumentos — o conhecimento racional. Neste sentido tão humanas são a Matemática como a História, a Mineralogia como a Linguística, a Biologia como a Sociologia. Nos dois grandes agrupamentos — Ciências do Mundo e Ciências do Homem — existem disciplinas “fundamentais”, no sentido de nucleares e mais amplas, que talvez sejam, respectivamente, a Física e a História. Por outro lado, há um conjunto de disciplinas “científicas” aplicadas ao estudo do homem como ser biológico, mas que se não distinguem, no espírito e nos métodos, dos respectivos domínios do conhecimento de que fazem parte. A Antropologia física é um ramo da Zoologia, embora individualize no homem particularidades não comuns ao seu grupo zoológico (a actividade coordenada da mão e do cérebro), a Paleontologia humana, que depara com algo de novo na evolução dos seres vivos, utiliza métodos que são os de toda a Geologia. Num sentido mais amplo, a Medicina é em larga parte como um ramo da Biologia aplicada, embora depare com aspectos, tanta vez dissociáveis, do somático e do psíquico. A própria Psicologia procura na observação e na experiência do animal desenvolvimentos e comparações frutuozas. Aplicando-se ao estudo do homem, nenhuma destas disciplinas se desprende da grande fronde das Ciências Naturais, não podendo portanto ignorar-lhes o espírito e os métodos.

Por Ciências Humanas só podem entender-se as que derivam do que é próprio e específico do homem: a vida em sociedades susceptíveis de transformação e de diferenciação e a actividade criadora do espírito, debaixo de todas as formas da inteligência e da sensibilidade. Portanto Ciências Sociais e Ciências do Espírito, sem que esta dicotomia seja rígida, porquanto a criação individual emerge sempre da ambiência social e esta pode ser influenciada pelas “figuras de proa” que, ao mesmo tempo, reflectem e conduzem os ventos da história. Modernamente há tendência para substituir a designação da Ciências do Espírito

por Ciências da Cultura, entendendo-se nesta tanto a herança social como o seu enriquecimento e deterioração, tanto a ambiência colectiva como a capacidade criadora individual. Simples ajustamentos de terminologia em que não parece necessário determo-nos.

Uma volumosa publicação da UNESCO sobre as Tendências principais na investigação nas Ciências Sociais e Humanas veio criar uma estranha dicotomia ou uma redundância inútil e estabelecer confusão no que parece poder clarificar-se sem esforço. Ciências Humanas é termo mais genérico, abrangendo como termos menores as Ciências Sociais e as Ciências do Espírito ou da Cultura. Na forte travacção de todo o conhecimento, tudo está correlacionado de maneira mais ou menos directa. É evidente que, incidindo embora a óptica sobre aspectos preferenciais, como podem ser a estrutura do parentesco ou a natureza da criação musical, o social e o cultural estão sempre inteiramente ligados.

Assim compreendidas as Ciências Humanas, podem imaginar-se escolas que abranjam a totalidade do seu estudo? É evidente que não. Há ramos que se autonomizaram porque, além do seu conteúdo especulativo, visam fins práticos ou mesmo normativos. O Direito, um dos mais antigos grupos do conhecimento a ser codificado e ensinado em escolas especializadas, tem por fim o “ordenamento jurídico” sem o qual é impossível a organização de sociedades superiores ou civilizadas. A Economia procura tanto a compreensão dos mecanismos como a forma mais adequada de fazer beneficiar da riqueza camadas cada vez mais vastas da sociedade. Possuindo um padrão de valor — a moeda —, avaliando a produção, a circulação e o consumo de bens, apoia-se largamente no cálculo. O cálculo penetra hoje, cada vez mais largamente, sectores da Sociologia, da Psicologia, até da própria História. Estas, a Etnologia, a Geografia, as Ciências da Educação, são solicitadas a esclarecer ou a intervir em sectores cada vez mais “abertos” do conhecimento e da aplicação. Porque a distinção entre ciência fundamental ou procura do conhecimento e ciência aplicada, carece de sentido na vida das sociedades actuais, onde a “compreensão humana” é a base de um largo sector de actividade e de intervenção. Seja-me permitido um exemplo

pessoal. Uma obra de geografia em que procurei mostrar as duras limitações que o ambiente e a tradição criam à vida da gente humilde mediterrânea, concebida dentro do espírito de apenas servir o conhecimento, foi traduzida para italiano e adoptada na escola de oficiais de polícia de Roma — talvez porque lhes pode ensinar alguma coisa e obrigar a reflectir sobre a acção de cada dia.

A invenção dos computadores, a criação de modelos de vários tipos, a aplicação da Estatística tanto ao frequente como ao aleatório (a Estocástica), abriram novos caminhos por que muitos se deixaram deslumbrar e aceitaram sem crítica. Esta situação não é nova, pois se repete em todas as grandes épocas criadoras da Ciência moderna, entendida do Renascimento para cá. O mundo das relações abstractas, que é o da Matemática e o da Lógica, não se embarça com o acervo de factos colhidos na observação e na experiência, progride rapidamente pela própria especulação e nem sempre permite às ciências do concreto a "formulação" (não parece necessário o neologismo "formalização") dos seus conceitos. Basta lembrar como as especulações matemáticas de Descartes e de Leibnitz se adiantaram às ciências de observação e de experiência daquela época e como o primeiro filósofo estranhava que delas se não tirasse afinal maior proveito prático no terreno estritamente científico. O que poderoso espíritos conseguiram criar encontra-se hoje ampliado para dimensões insuspeitadas pelo cálculo automático, que nenhum cérebro humano já é capaz de abranger. Daí uma impressão de ruptura, que um pouco de conhecimento e de reflexão mostra não ser nova, porque é afinal uma manifestação cíclica na história do desenvolvimento científico.

A Informática alarga os seus recursos e como que solicita, em vários campos, a utilização deles. Os computadores, que começaram por ser máquinas prestigiosas pela sua raridade, são já quase um instrumento de trabalho corriqueiro. Nas Ciências Humanas como noutros ramos do conhecimento parece portanto indispensável assegurar aos estudiosos que o desejam o mínimo de formação matemática que lhes permita formular os seus problemas em termos de serem entendidos pelos programadores, que os traduzirão na linguagem adequada aos computadores. Simplesmente, a exactidão alcança-se pelo pensamento, não é o cálculo que a cria, porque apenas permite verificá-la. As Ciências Humanas, como todas as ciências, são cada vez mais exigentes em "rigor"; esse rigor pode alcançar-se pela análise crítica de um texto, por uma tradução cuidada, pelo emprego de severas regras de hermenêutica ou interpretação. Portanto, a organização do ensino de base deve consagrar larga parte a disciplinas intelectuais devidamente comprovadas e às aparatosas novidades que derivam do recurso ao cálculo automático, incluindo a manipulação de uma informação cada vez mais vasta; nem devem ser excluídas da ferramenta da aprendizagem das Ciências Humanas, nem constituir matéria obrigatória para todos. A admirável florescência científica dos nossos dias tem de permitir a coexistência de configurações intelectuais diversas; por outras palavras, a escola deve poder ministrar um ensino plástico, onde cada um possa encontrar a orientação que mais se amolda ao pendor da sua inteligência. *Esprit de géométrie e esprit de finesse*, como disse Pascal, admitindo ainda que há *esprits faux*, que nem são finos nem geométricos, e não cabem, ou não deviam caber, no mundo da criação científica.

Entendidas assim as coisas, uma escola de Ciências Humanas pode abranger as disciplinas linguísticas e literárias aplicadas ao estudo das línguas e culturas ou civilizações antigas e modernas, a História como "ciência dos homens no tempo", nas várias manifestações da sua actividade e no tratamento diverso dos seus testemunhos, a reflexão filosófica, a Psicologia, as Ciências Sociais e as Ciências da Educação, estas sem dúvida largamente impregnadas tanto da vida do espírito como da vida social; quanto à Geografia, independentemente da sua posição "administrativa", tem de conservar íntimas ligações com as Ciências da Terra e do tempo, e de estabelecê-las com a

Economia; a Psicologia, ou, mais latamente, as Ciências do comportamento humano, devem fazer larga parte ao estudo do substrato biológico donde esse comportamento emerge.

O âmbito é vasto e podem encarar-se, para além da organização de institutos especializados dotados da maior autonomia possível (incluindo a gerência dos bens materiais indispensáveis ao ensino e à investigação), vários cortes sempre em larga parte arbitrários e difíceis de estabelecer. Como separar a História das disciplinas linguísticas e literárias, visto que é o fundamento da sua orientação diacrónica, e das civilizações que elas exprimem? Como cortá-la completamente de metade da Geografia que ela ajuda a compreender e interpretar? A orientação sincrónica daquelas disciplinas parece inseparável da Psicologia, da Etnologia e até da própria Geografia, todas condicionantes de aspectos e mecanismos actuais.

O que não é desejável é manter as chamadas Faculdades de Letras compartimentadas em secções, cada uma pensando e agindo a seu modo e sem a menor coordenação entre elas. Isto não é um órgão, mas um amontoado. O estudo do Homem é, como tudo, uno e vários, parecendo aconselhável não dificultar correlações nem criar entraves ao convívio intelectual nos vários ramos em que ele se divide. Assim sendo, não deve deixar de existir um órgão coordenador no estudo das Ciências Humanas, paralelo ao que geralmente se tem mantido para as ciências exactas e físico-naturais (que, evidentemente, deve ser especificado no título das escolas onde essas matérias se ministram). Não de todas as Ciências Humanas, necessariamente, mas daquelas para que cada escola tenha recursos que assegurem efectivamente a investigação e o ensino, isto é, pesquisadores qualificados por uma obra de reconhecido mérito com capacidade de comunicação que lhes permita ministrar um ensino crítico, orientador e formativo: "investigadores que ensinam", fórmula concisa e exacta que venho repetindo na ilusão talvez que um dia acabará por se impor o conceito que ela exprime. Coisa muito diferente dos longos róis de cadeiras para que se designam docentes improvisados, às vezes talentosos mas quase sempre imaturos.

Desejava, para terminar, ministrar um exemplo de coordenação que cada um poderá comparar com a sua ausência actual... dentro das paredes da mesma escola.

O século XVI é uma época fulcral da nossa existência colectiva. Os seus aspectos fundamentais talvez sejam a diáspora pelas terras e mares do mundo tropical, a penetração do Humanismo na cultura e do Classicismo na arte, a consolidação do absolutismo real e a introdução na América do complexo do milho, que vai fazer viver dois terços da população portuguesa, precisamente a que alimentará, quase até aos nossos dias, os seus mais elevados contingentes migratórios. Quem, dentro de uma perspectiva da evolução cultural do país, deu a este último facto o devido realce? Três estilos artísticos utilizaram largamente o efeito decorativo da espiga de milho — o maya, o azteca e o manuelino. Entre os primeiros houve contactos de contiguidade ou ambos se inspiraram na planta dominante na maior extensão da América cultivada. O milho chegou-nos por via da Espanha para logo provocar a mais importante revolução nos nossos campos, talvez desde os alvares da agricultura neolítica. O símbolo artístico tanto pode exprimir a curiosidade do que é novo como a importância que o milho rapidamente tomou na vida rural portuguesa. Coisas materiais, aparentemente coezinhas, que são a base de civilizações e o espírito íntegro nas suas criações mais elevadas. Deixo esta reflexão aos historiadores da cultura como qualquer coisa de desentranhável de um contexto histórico onde se podem encontrar nexos entre coisas e conceitos, entre ideias e formas humildes da vida material.

Com este aceno comparativo ponho termo às reflexões que me sugeriram o ensino integrado e orgânico das Ciências Humanas — pois uma escola não é, afinal, outra coisa. Sem este espírito, não passa de uma instalação material e de um ajuntamento heteroclito de pessoas.

Vale de Lobos, 1 de Maio de 1974.

PREPAREMOS OS NOSSOS FILHOS PARA UMA SOCIEDADE NOVA

por Natividade Correia

Passado o deslumbramento destas primeiras semanas em que as palavras livres e as ideias desalçegadas se atropelavam dentro de nós para saírem confusas e desordenadas, chegou a hora de serenamente nos entregarmos às tarefas fundamentais que a cada um deve competir.

O dia 25 de Abril, de facto, para além das boas perspectivas que nos deu de suavizar o nosso trabalho, permitindo que ele se tornasse mais alegre e humano, acumulou-se de responsabilidades na medida em que acrescentou às nossas obrigações profissionais a necessidade imperiosa de contribuir para a liquidação total dos vestígios que ainda restam do fascismo.

Mas se não podemos esquecer que a polícia repressiva ainda não foi de todo destruída, que o problema colonial ainda não foi resolvido e que as estruturas capitalistas, sustentáculo do regime de Salazar-Caetano, ainda se encontram de pé, a verdade é que nenhum destes graves problemas poderá ter solução sem uma ampla democratização da vida nacional. Todos nós, homens e mulheres, nos sentimos obrigados a trabalhar na consolidação da vitória alcançada pelo Movimento das Forças Armadas, procurando dentro da nossa esfera de acção — seja ela a fábrica, a escola, o escritório ou a família — difundir os princípios da democracia, combatendo a alienação, a acomodação a ideias reacionárias e o individualismo que leva à indiferença pelos anseios e reivindicações do povo. De pouco valeriam os bem elaborados decretos se encontrassem pela frente a apatia e o imobilismo da população.

É necessário estarmos atentos às nossas próprias palavras e atitudes. Não basta proclamar que se é democrata e que se apoia a Junta de Salvação Nacional e o Governo Provisório. Há que mostrá-lo no nosso quotidiano, em tudo o que fazemos e dizemos, não transigindo nunca com o passado fascista nem revelando qualquer espécie de tolerância com a reacção. É preciso construir uma sociedade nova e, para isso, há que formar um homem novo, optimista, verdadeiro, justo e progressivo.

Isto torna-se especialmente importante quando se trata da educação dos nossos filhos. Se até agora muitas das nossas atitudes eram ambíguas e pouco claras, influenciadas pelo receio da repressão fascista, chegou a altura de usarmos a liberdade de sermos verdadeiros para com as nossas crianças, de podermos responder sem subterfúgios às suas perguntas, de lhes apresentarmos os autênticos heróis que lhes deverão servir de modelos.

Reneguemos a hipocrisia da falsa moralidade que caracterizava a educação fascista, substituindo a bondade pela defesa dos direitos fundamentais do homem e a caridade pelo reconhecimento da justiça das reivindicações do povo.

Acabemos com a aceitação do sucesso social e económico como fim último da pedagogia, fazendo dos nossos filhos obreiros de uma nova sociedade onde a exploração e a opressão não tenham mais lugar e mostrando-lhes, com o nosso exemplo, que só o trabalho e a solidariedade humana dão força e dignidade ao homem.

Preparemos os nossos filhos para saberem distinguir as guerras justas das injustas, destruindo neles os falsos patriotismos, os ódios raciais e os preconceitos de classe, e cultivando no seu espírito o amor pela paz e pela humanidade.

Sabamos, com espírito esclarecido, estar presentes nesta hora de vitória, sim, mas também de grandes responsabilidades para todos nós. Sejamos dignos do movimento vitorioso de 25 de Abril, preparado pelos longos anos de sacrifício e de luta do povo português.

Preparar os nossos filhos para uma sociedade nova é formar os seus espíritos, é mentalizá-los para uma certa maneira de viver em que os valores antigos e os falsos princípios do sistema fascista-capitalista sejam substituídos por ideias revolucionárias e progressivas que estejam de acordo com a democracia recém-conquistada e com o conceito que temos de homem emancipado, livre e esclarecido, que desejamos constitua o Portugal de hoje.

Uma das grandes preocupações que pais e educadores devem ter é a de lutar contra a alienação que, mercê do comportamento da família, vítima de propaganda capitalista na imprensa, cinema, rádio e televisão, se desenvolve pouco a pouco na criança, afastando-a cada vez mais da apreciação justa do poder do homem e do trabalho e inculcando-lhe um enaltecimento exagerado pelas mercadorias, pelos produtos de uma indústria que visa somente o aumento dos seus lucros.

Concretamente, esta alienação dá-se quando se criam necessidades imaginárias e inúteis, quando se cultivam gostos frívolos e vãos, quando se exaltam apetites e prazeres embrutecedores e anti-sociais. A compra de brinquedos muito aperfeiçoados e em número exagerado, a preocupação pelo vestuário muito variado, a admiração excessiva por certos objectos estranhos às necessidades fundamentais da colectividade, desenvolvem nas crianças o amor pela "coisa-objecto" e a indiferença pelo sujeito que as produz. Há que ensinar-lhes a dar maior importância ao engenho e à força produtiva do que ao próprio produto e a saberem defender-se do domínio do capitalismo que na nossa sociedade, ainda sob o seu jugo, avilta o trabalho, afasta os indivíduos das massas operárias e dificulta o equilíbrio económico.

Orientar a criança para o amor pelas coisas inúteis é desumanizá-la e empobrecê-la intelectual e socialmente. Os objectos e o dinheiro devem servir o homem e não empurrá-lo para o isolamento, para o egoísmo e para a indiferença pelos problemas da humanidade. A criança deve ser preparada para controlar o mundo e não para ser um juguete das forças económicas que na nossa sociedade ainda dominam. E será com o nosso exemplo, com o cuidado e a atenção que pusermos no nosso dia-a-dia, que as crianças se irão preparando para a sociedade nova que todos os portugueses ambicionam.

ENTREVISTA COM O GENERAL ALVARADO

por Miguel Urbano Rodrigues

Velasco Alvarado é um homem simples. Os que esperam descobrir nele a sinuosidade de um Kissinger, o rebuscamento formal de um Caldera, ou a elegância castrense de um Lanusse, sofrem uma decepção. Homem do povo, poderia dizer-se que carrega orgulhosamente a origem na espontaneidade do tom e do gesto, na franqueza da crítica, na malícia "criolla". Mas o seu sorriso de bonomia cria por vezes no visitante a ilusão de uma inexistente paz interior. No Ano VI da Revolução Peruana, o presidente J. V. A. está empenhado numa batalha contra o tempo. Tem pressa. Pressente-se nele um vago temor de que a História não lhe

proporcione o tempo suficiente para levar adiante tudo o que deseja ainda fazer pelo seu país. A doença de 1973 foi um aviso.

Falando longamente com ele numa pequena sala do Palácio, em Lima, senti a estranha impressão de me encontrar perante alguém que, desconhecendo o futuro, pensa e age para além do presente, em função de um Peru que para os outros é ainda esperança e sonho. Não disse uma palavra a respeito de Allende. Mas forçou-me irresistivelmente ao paralelo, apesar de tudo o que os separa. O seu compromisso com o projecto de país, a sua firmeza, o seu patriotismo latino-americano, a sua solidão

interior traduzem as opções definitivas de um estadista que não receia enfrentar os grandes desafios da História. A atmosfera de cordialidade não dissipou em mim uma certa angústia. Daí talvez um distanciamento visível, um desprezo transparente pelas pequenas ambições, pelos homens pequenos, uma entrega total ao compromisso histórico.

Um socialista que se descobre, mas ainda não se confessa? É possível. Mas sem dúvida um homem de Estado que não recuará no seu propósito de radicalizar a revolução, levando-a tão longe quanto possível, rumo às fronteiras inatingíveis da utopia.

M. U. R. — O governo das Forças Armadas enfrentou recentemente uma série de desafios em Arequipa, Puno, Cuzco e Ayacucho. É verdade que SINAMOS e parte das massas trabalhadoras se mobilizaram em defesa da Revolução. Mas a actual ofensiva da oposição não estará exigindo como réplica — pergunto — a existência de vínculos orgânicos mais elaborados entre a Revolução e os seus militantes?

V. A. — No complexo desenvolvimento de qualquer processo revolucionário é normal que surjam dificuldades e problemas de intensidade variável. Muitas vezes trata-se de situações criadas ou estimuladas por grupos contra-revolucionários. As situações a que a sua pergunta alude são um exemplo do que estou assinalando. Em face delas é

conveniente ponderar bem o significado dos factos, sem minimizar a sua importância, mas sem cair no erro, frequente, de lhes atribuir maior significação do que verdadeiramente têm. Na realidade, a Revolução Peruana afirma-se cada dia mais e ganha o apoio crescente dos sectores populares que vão sendo gradativamente atingidos pela sua acção positiva. Esse apoio popular cada vez maior — e que aumentará à medida que se estruturarem novas e melhores organizações sociais — e o sólido apoio unitário que as Forças Armadas prestam à Revolução oferecem às grandes transformações em curso uma base de sustentação muito superior à possível eficácia das acções contra-revolucionárias que, no melhor dos casos, partem de

pequenos grupos com interesses económicos e políticos.

Isso não significa que desconhecamos a importância da criação, como diz na sua pergunta, de "vínculos orgânicos mais elaborados entre a revolução e os seus militantes". Conseguiremos isso paulatinamente, à medida que o exijam as necessidades reais do processo, sem demoras negativas, mas também sem pressas igualmente infecundas.

M. U. R. — Interpretando os seus conceitos sobre o pluralismo ideológico e a diferença entre o apoio ao processo e a militância revolucionária, certos observadores crêem que não está longe o momento em que a criação de um partido da Revolução, ou, pelo menos, de um

movimento com a estrutura de partido de massas, será um imperativo decorrente da própria dinâmica dos factos. A ser criado, tal partido ou movimento poderia converter-se em pólo de atracção de militantes de todos os partidos de esquerda que afirmam apoiar a Revolução?

V. A. — A pergunta justifica que reitere e esclareça certos argumentos e as claras definições que eu mesmo incluí na Mensagem à Nação de 28 de Julho de 1973. Assinalei, então, o que entendemos por "pluralismo ideológico": o reconhecimento do direito que assiste aos cidadãos deste país de se organizarem politicamente de maneiras discordantes da nossa Revolução. E, portanto, o reconhecimento da legitimidade de existência no Peru de várias organizações políticas, chamem-se ou não partidos, que apoiem ou ataquem o processo revolucionário.

Isso não significa que dentro da Revolução se produzam diferentes posições ideológicas ou políticas. Representamos uma posição coerente e singular tanto na teoria como na prática. E essa posição é diferente da dos partidos e grupos políticos que operam livremente no Peru, atacando ou apoiando a nossa Revolução, qualquer que seja o grau ou o rumo do ataque ou da defesa. A Revolução Peruana é, portanto, totalmente independente de todas as demais posições políticas, com as quais, inevitavelmente, tem uma relação competitiva, embora nem sempre de choque.

Depreende-se do que disse antes que é necessário diferenciar com muita clareza aqueles que militam na nossa Revolução daqueles que a apoiam ou dizem apoiar. Os primeiros assumem como suas as posições ideológicas e políticas da nossa Revolução e consideram-se, portanto, ideológica e politicamente, à parte dos que seguem um rumo diferente. Os segundos, partindo de fundamentos teóricos distintos e orientando também a sua acção para outras metas, consideram que, por várias razões, tácticas ou de outra índole, lhes convém exprimir um determinado grau de adesão ao processo. Não se infere daí, a meu ver, que para a Revolução Peruana seja inevitável formar um partido ou "um movimento com estrutura de partido". Não estamos diante de um "imperativo". A essência de uma tomada de posição participacionista é incompatível com o significado real de um partido como instituição. Porque um partido político é um instrumento de manipulação e concentração de poder e não um mecanismo apto para transferir esse poder. E como a nossa Revolução aspira a incentivar o processo de transferência do poder político e económico para as organizações sociais de base — alicerces de uma nova concepção do Estado e fundamento da democracia social de participação plena que vamos construir no Peru — a sua aspiração essencial contradiz

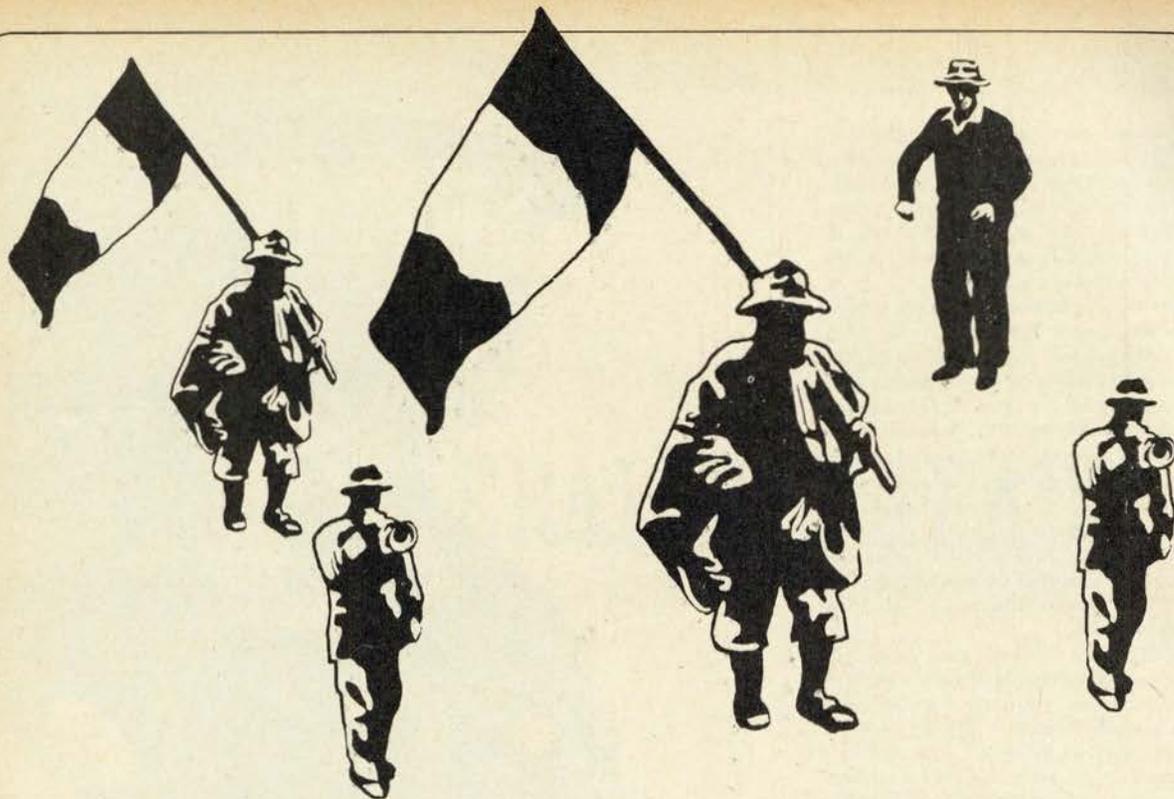
medularmente o sentido e a finalidade de um partido político cujo propósito é, por definição, monopolizar o poder exercê-lo através da sua burocracia dirigente, "em nome do povo".

A organização de um partido, além disso, reforçaria as tendências autoritárias e burocráticas próprias da sociedade tradicional, acostumada a verticalismos dogmáticos que nós queremos transformar. Não preciso acrescentar que tudo isso seria contrário ao espírito e à essência do humanismo libertador e do participacionismo militante que constitui muito do fundamento da Revolução Peruana. Por outro lado, um partido político conduz inevitavelmente ao fraccionamento e à divisão dos sectores populares aos quais, na sua totalidade, se dirige a nossa Revolução. Ela orienta,

efectivamente, o seu trabalho permanente no sentido da plena satisfação de todas as aspirações dos sectores maioritários e tradicionalmente explorados do Peru. Um fenómeno social de tão ampla cobertura não pode, assim, exprimir-se adequadamente numa organização política que rompe e separa a indispensável unidade do nosso povo, que está lutando por uma libertação integral que exige coesão e não ruptura.

Finalmente, se a longínqua meta a que aspiramos é completar a transferência de todas as dimensões de poder às organizações autónomas de base que os peruanos criarem para fundamentar uma democracia social de participação plena — como poderíamos atingir tão ambicioso e ainda longínquo propósito mediante a estrutura de poder de um partido que, inevitavelmente, seria orientado em benefício de um pequeno





La movilización social debe ser generada y conducida por los propios hombres y mujeres de nuestro pueblo.

número de dirigentes? Na minha opinião, a própria finalidade da nossa revolução é, obviamente, incompatível com semelhante possibilidade.

Tudo isso não significa que sejamos contrários à ideia de que o apoio popular à Revolução se organize politicamente. Contudo, como nem toda organização política é um partido, pode-se encontrar a maneira de estruturar uma organização política de carácter não partidário. Estou empregando a expressão "organização política" para me referir tanto a uma estrutura organizativa, na acepção mais restritiva do conceito, como a uma constelação de instituições políticas surgidas desde a base e que no seu conjunto constituem uma nova forma e uma nova realidade do Estado. Do primeiro caso há exemplos históricos. E o segundo não requer a intermediação de um partido, como eixo e centro do poder. Aqui, em grande parte, o

problema é inseparável da convicção muito generalizada de que a única organização política é o partido. Isso é um grande equívoco. De outro lado, todas as necessidades políticas de uma revolução como a nossa podem ser satisfeitas sem necessidade de um partido. É possível, portanto, idear formas organizativas, capazes de manter e garantir o carácter participacionista, isto é, verdadeiramente democrático do nosso movimento, carácter sem o qual esta revolução perderia a sua mais profunda significação histórica.

Temos, pois, que criar, que encontrar um novo caminho para resolver esse problema capital. Que isso seja utópico, que nunca tenha ocorrido nem no Peru nem alhures? É verdade. Mas isso nada prova. Tão pouco antes se assistira a um caso comparável: as forças armadas de um país do Terceiro Mundo, unidas, realizarem pacificamente uma grande transformação social,

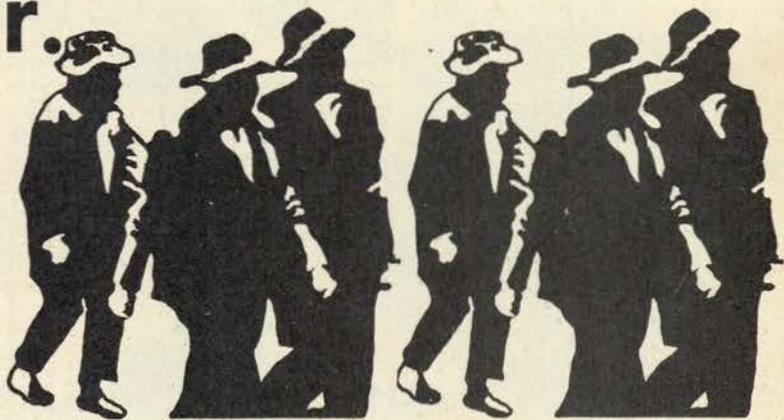
económica e política. E, no entanto, é isso que está ocorrendo no Peru há cinco anos.

Fica claro que, para aqueles que já militaram em qualquer um dos partidos políticos peruanos ou pertencam a eles na actualidade, militar na nossa revolução significará necessariamente a renúncia à militância mantida até agora em troca de uma nova postura ideológica e de um novo comportamento político. Se assim não fosse, a militância na nossa revolução converter-se-ia num amontoado de militâncias díspares e diferentes, o que, sem dúvida, constituiria uma verdadeira aberração teórica e prática. Por outras palavras, a militância na nossa revolução não pode ser a soma de militâncias diferentes da nossa; deverá ser, necessariamente, uma militância diferenciável, autónoma, singular, própria.

M. U. R. — Tanto o senhor como destacados membros da equipa



No hay movilización social sin organización popular.



revolucionária afirmaram que embora a Revolução Peruana recuse o comunismo, como solução, o anticomunismo é uma postura reaccionária. Poderia precisar o significado dessa tomada de posição?

V. A. — Ela deve-se ao facto de a posição política definida como anticomunista ter servido de bandeira e justificativa para as atitudes mais abertamente reaccionárias. Não se trata, pois, de uma posição reflectida e adulta que recuse o comunismo a partir de uma posição de vanguarda e de luta pela justiça social. Ocorre o oposto. O anticomunismo, assim, parece-nos infecundo e negativo.

Somente pessoas muito mal intencionadas ou pouco inteligentes poderiam concluir que o que aqui sustento é uma posição favorável ao comunismo. Não precisamos de ser comunistas para ser revolucionários. E há mais de 5 anos que o vimos demonstrando. Mas há uma diferença

muito grande: nós não recusamos o comunismo para defender o passado e a injustiça. Recusamos o comunismo de uma perspectiva politicamente válida, porque acreditamos que a alternativa da Revolução Peruana frente à ordem tradicional é mais profunda e vitalmente revolucionária do que a oferecida pelo comunismo. Os comunistas não nos assustam. Competimos com eles sem os perseguir. Sabemos que eles e nós representamos alternativas e caminhos diferentes. Acreditamos que a verdade defendida pela Revolução Peruana é superior ao dogmatismo comunista. Mas nada disso nos leva a confundir-nos no mesmo campo de acção política com aqueles que cresceram amparados pelo anticomunismo, fazendo a sua fortuna política e económica com uma atitude que muitas vezes não se sente nem se compreende em todas as suas implicações teóricas e práticas.

M. U. R. — Certos órgãos da imprensa internacional insistem em paralelos entre o Peru e o Chile, aventurando-se a profetizar o malogro da Revolução Peruana, em consequência dos eventuais resultados de uma situação de caos económico decorrente de uma ofensiva conjugada da direita, da ultra-esquerda e do imperialismo. Que pensa a respeito dessa análise?

V. A. — É possível que os nossos adversários pensem montar, ou estejam montando já, uma "ofensiva conjugada" para tentar criar "uma situação de caos económico" no Peru. Mas daí a obterem êxito vai uma grande distância. Naturalmente, não podemos impedir que existam adivinhos que se dediquem a "profetizar o malogro da Revolução Peruana". A verdade é que a isso se dedicaram alguns durante os últimos cinco anos e até hoje a realidade objectiva

está-lhes demonstrando o seu erro. Enquanto eles, em vão, se transformam em émulo de Cassandra, nós continuamos trabalhando, as reformas aprofundam-se, as Forças Armadas afirmam a sua unidade, e o nosso povo prossegue organizando-se autonomamente para participar de maneira real e livre na construção de um novo Peru com liberdade e justiça social.

M. U. R. — Observei agora, mais um vez, em Lima, que a Revolução não transforma com a mesma rapidez as grandes cidades e o campo. Ao visitante, Lima continua oferecendo a imagem de uma cidade na qual predominam uma mentalidade e um estilo de vida próprios do mundo capitalista. As cidades ainda não foram beneficiadas pela Revolução. Não será portanto perigosa essa dicotomia entre as mudanças profundas do mundo rural e a lentidão das transformações no mundo urbano?

V. A. — A Revolução não pode chegar simultaneamente a todo lado. Além do mais, teria que começar pelos sectores mais intensamente explorados da sociedade tradicional, isto é, pelos sectores camponeses. Daí a Reforma Agrária, que está mudando radicalmente o panorama social e económico do agro peruano. Isso não significa que a Revolução tenha esquecido as cidades, embora não tenha sido empreendida nelas uma acção de envergadura comparável à da Reforma Agrária. Contudo, a reforma das empresas industriais e a próxima criação do sector de propriedade social produzirão o seu efeito

principal nos centros urbanos do país. Mas, apesar disso, há realmente muita coisa por fazer nas cidades. E nós faremos tudo isso de acordo com os planos da Revolução. Veja bem, se o ritmo diferencial das mudanças no mundo rural e nas cidades se acentuasse ou se mantivesse inalterado durante muito tempo, então sim, tomaria forma um risco perigoso para o futuro da Revolução Peruana. Temos consciência disso e por essa razão saberemos actuar de acordo com o fenómeno.

M. U. R. — Segundo as previsões do governo, 1975 ficará a assinalar o início de uma futura era de abundância. De acordo com afirmações oficiais, o Peru poderá obter no fim da década 4 biliões de dólares com as suas exportações, graças ao aumento da produção de cobre e petróleo e aos progressos da reforma agrária. São realistas essas previsões, que, cumpridas, transformariam o Peru numa das nações de mais elevada renda "per capita" da América Latina?

V. A. — As estimativas a que a pergunta se refere são, a meu ver, correctas. O Peru tem, efectivamente, um futuro económico promissor. A sua produção diversificada e a política revolucionária de explorar os nossos recursos naturais sob controle do Peru e dos seus trabalhadores garantem o desenvolvimento autêntico e acelerado da nossa economia. Mas não se trata apenas do aumento das exportações, sob controle nacional, nos sectores da mineração e do petróleo. Trata-se também do crescimento

da produção industrial e da expansão das fronteiras agrícolas mediante grandes trabalhos de regadio já iniciados pelo governo revolucionário no Norte e no Sul do país. Paralelamente às profundas transformações revolucionárias de carácter social, o Governo das Forças Armadas está constantemente fortalecendo as bases da nossa economia no campo genérico da produção mineira, industrial, pesqueira e agrícola. Tratamos de entrosar de maneira coerente as iniciativas de mudança social com as medidas de fortalecimento do aparelho económico do país. Podemos, assim, olhar o futuro com optimismo.

M. U. R. — O Peru defendeu em Caracas uma reformulação do Comité Inter-Americano de Defesa. Em que consiste no essencial a tese peruana sobre o novo papel dos exércitos latino-americanos?

V. A. — Nada mais longe de nós do que a pretensão de dar lições a outros países. As Forças Armadas do Peru tomaram há cinco anos o caminho que lhes foi indicado pelo dever de patriotismo. Os resultados, até agora, são óptimos. Gradualmente estão desaparecendo as grandes injustiças do passado, gradualmente o nosso povo liberta-se, organiza-se, participa do uso de uma riqueza que antes lhe fora negado. O desenvolvimento integral da nação está-se cumprindo de maneira acelerada. As grandes mudanças da Revolução desenvolvem-se de maneira pacífica. O Peru está a sair da sua condição secular de país subdesenvolvido, é cada dia mais forte e sente-se cada vez mais seguro do seu próprio destino como país soberano e verdadeiramente livre. Estamos a colocar as bases sobre as quais será construída uma sociedade nova. E estamos a fazer tudo isso com o nosso próprio esforço, sem aceitar tutelas e sem copiar modelos estrangeiros. Se tudo isso tiver algum valor para os povos irmãos da América Latina sentir-nos-emos profundamente reconfortados como membros que somos da grande família de povos latino-americanos.

M. U. R. — Que pensa o Peru fazer para concretizar o ideal de uma América nova que seja, segundo as palavras do ministro De la Flor Valle, um continente sem paternalismos, livre de toda a dependência e no qual a solidariedade e a igualdade de cada homem constituam os pilares das relações entre os países americanos?

V. A. — Na medida das nossas possibilidades sempre travámos uma luta infatigável pelo fortalecimento da autodeterminação e da soberania dos países da América Latina. Há cinco anos que a posição peruana tem sido a esse respeito muito clara em todos os organismos internacionais, seja nas Nações Unidas ou dentro do sistema inter-americano. Naturalmente, a nossa capacidade de acção nesse campo deve necessariamente reconhecer a existência de limitações. Por si só, o Peru não pode fazer muita coisa. Mas, honestamente, não pode haver dúvidas sobre a nossa posição em torno desses problemas.

Leia

o NOTÍCIAS

DA AMADORA



CONTRA EL PATERNALISMO

Gostaria de acentuar que à medida que o Peru fortaleça e aprofunde o caminho autônomo da sua revolução nacionalista estará contribuindo para a concretização do ideal de uma América nova, realmente livre de qualquer tutela estrangeira.

M. U. R. — Tive a oportunidade de assistir, na Cooperativa Cerro Blanco Unanue, ao Encontro Nacional de Voluntários Universitários, ocasião em que 680 estudantes de todo o Peru se reuniram para dar organicidade às tarefas do trabalho voluntário da juventude. Que significação tem para a Revolução esse tipo de iniciativas?

V. A. — A experiência a que se refere é uma das primeiras que se realiza no âmbito estudantil. A juventude tem um papel muito importante a cumprir na nossa revolução. Queremos estudantes capazes, preparados para contribuir para o desenvolvimento das

transformações sociais e econômicas do nosso povo. Jovens comprometidos com uma dupla tarefa inadiável: a de se sentirem verdadeiramente solidários com o destino dos humildes e a de se prepararem para imprimir a essa solidariedade um conteúdo construtivo verdadeiramente eficaz. Não queremos, portanto, nem que os estudantes se limitem a estudar sem se importarem com o que se passa com o povo, nem que deixem de estudar na convicção pueril de que a revolução se faz com gritos. Penso que, pouco a pouco, os universitários peruanos começam a aperceber-se da absoluta inseparabilidade dessas duas dimensões do seu compromisso com o Peru: a de sentirem a sua responsabilidade directa e pessoal pela causa libertadora do nosso povo, e a de se prepararem para poderem assumir essa responsabilidade com eficiência.

M. U. R. — Como foi recebida pelo povo

peruano a nacionalização da Cerro do Pasco?

V. A. — A nacionalização das minas de que a Cerro do Pasco teve o usufruto durante décadas foi sempre uma das grandes aspirações do Peru. A concretização desse desejo é, por isso, uma das principais conquistas da nossa Revolução. Ela situa-se na linha política adoptada pela Revolução desde o início. E tende a completar o quadro das grandes transformações sócio-econômicas que o Peru exige. O país assim o entendeu claramente. Por isso a grande maioria dos peruanos deu o seu apoio a essa transcendental medida revolucionária. Temos a prova indelével nos pronunciamentos de inúmeras instituições e na realização espontânea de diversas manifestações políticas em Lima e nas cidades da região mineira do centro do país.

ÁFRICA:

COLONIALISMO E SOCIALISMO

por Edgar Valles

Aproveitando o período "eleitoral", escrevemos em Outubro um artigo sobre a vida na República Democrática da Guiné. Talvez por ingenuidade, julgámos que a censura o deixaria livre... mas não. Os novos acontecimentos tornam possível a publicação (completamente refundida) desse trabalho. Numa primeira parte, abordaremos questões gerais referentes ao processo revolucionário africano; a seguir, apresentamos uma panorâmica da R. D. da Guiné, e para finalizar, algumas considerações sobre a via não-capitalista.

I — A REVOLUÇÃO AFRICANA

Como resultado das heróicas lutas dos povos africanos, em todo o continente, e também do processo de desagregação do sistema colonial do imperialismo, que foi iniciado pela grande revolução socialista de Outubro de 1917, os povos de África alcançaram a independência e a liberdade; no fim da segunda Guerra Mundial, a Etiópia e a Libéria eram os únicos Estados independentes. Em 1962, a panorâmica alterou-se radicalmente. Apenas Angola, Guiné e Moçambique e outros pequenos territórios permaneciam sob o domínio colonial directo das potências europeias, e na República da África do Sul, Namíbia e Rodésia minorias brancas continuavam a dominar.

Sem ignorarmos que, para nós, portugueses, a luta pelo fim da guerra colonial e negociações imediatas com os movimentos de libertação (na base do direito dos povos à autodeterminação e independência) é uma questão essencial, queremos aqui focar problemas dos países africanos

ditos subdesenvolvidos que já atingiram a independência política, analisando em seguida a experiência revolucionária da R. D. da Guiné.

Base essencial para o avanço futuro, a vitória que representou a conquista da independência política não significou a resolução dos problemas. A independência política formal, ainda que sendo uma etapa essencial, não assegurou, por si só, a genuína independência dos povos africanos e a sua igualdade no concerto das nações do mundo. Muitas das ex-colónias permaneceram dominadas pelos Estados Unidos e outras potências imperialistas que controlam a actuação de governos fantoches, como o de Mobutu.

A propaganda colonialista sempre se serviu dessa situação, procurando divulgar a ideia de que "de nada vale aos povos africanos serem independentes, pois os novos governos seriam constituídos por ditadores insaciáveis".

Assim, o neocolonialismo que se verifica em grande parte dos novos países seria a única saída para os povos

africanos. Descoberta bem agradável, porque os imperialistas são caricatamente os responsáveis históricos pelo atraso e exploração a que estão submetidos os novos países.

A etapa actual do movimento de libertação nacional visa a conquista da independência económica dos novos países independentes, que conduzirá a uma verdadeira independência política. Só através de uma transformação social, de um rápido desenvolvimento económico e social poderão os países chegar a esse estágio.

Por isso, surgem como objectivos essenciais a supressão do atraso económico, a criação de uma economia nacional independente (que pressupõe uma indústria nacional pesada) e a elevação do nível de vida do povo. Na resolução desses problemas depara-se aos povos africanos a opção decisiva entre o capitalismo e o socialismo.

A via de "desenvolvimento" capitalista, com que o imperialismo esmagou os novos Estados (através das mais variadas e subtis formas), não

permite aos povos dos países libertados solucionarem os problemas que se lhes deparam. A sua verdadeira resolução está na via não-capitalista, que conduz ao socialismo.

Foi a análise genial de Lénine, que viu numa nova perspectiva o papel e o carácter do movimento de libertação nacional sob o imperialismo, que tornou possível apreciar correctamente a luta revolucionária dos povos coloniais oprimidos, enquadrando essa luta na ampla frente anti-imperialista. Lénine provou-nos que, à medida que o capitalismo se transformou no imperialismo, as forças motrizes da revolução proletária e as forças em luta contra a opressão colonial e nacional se encontram necessariamente no mesmo lado do processo revolucionário. A formação da U. R. S. S. permitiu que essa aliança se revestisse de um novo conteúdo; a experiência da Mongólia demonstra que é possível a países que se encontram numa fase pré-capitalista alcançarem o socialismo sem passar pela fase capitalista.

Porém, é necessário um período histórico, por vezes mesmo longo, para realizar as transformações democráticas, anti-imperialistas e antifeudais e para o amadurecimento das condições materiais, políticas e culturais, que constituem a base objectiva da revolução socialista. Lénine, ao referir-se à necessidade de instituições democrático-populares nos países atrasados prestou atenção à necessidade de formas democráticas de Estado, com a participação nelas de camponeses e outras camadas não-proletárias como condição crucial para a realização da possibilidade de evitar o capitalismo, alcançando o socialismo através de um estágio de transição. Esse estágio é designado pelos marxistas como "via não-capitalista"(1).

Na Conferência Teórica Internacional "Nova Fase dos Movimentos de Libertação Nacional", realizada em Outubro de 1972 na cidade de Praga, sob os auspícios da *Nova Revista Internacional*, em que participaram representantes de muitos

partidos comunistas e de movimentos de libertação nacional da Ásia e África (incluindo os das colónias portuguesas), estes problemas foram exaustivamente discutidos. Apesar da diversidade de experiências, foi possível apontar as tarefas essenciais nessa etapa:

1. **Consolidação da independência política;**
2. **Realização da reforma agrária (radical) e eliminação dos vestígios do feudalismo;**
3. **Eliminação do domínio económico imperialista;**
4. **Obtenção de melhorias substanciais nos níveis de vida de todos os povos;**
5. **Democratização da vida social;**
6. **Criação de uma indústria nacional;**
7. **Prosecução de uma política externa pacífica, em estreita aliança com o campo socialista, força determinante no processo revolucionário mundial.**

Actualmente, há ainda poucos países de África que se desenvolvam numa via não-capitalista. Porém, constituem a vanguarda do "Terceiro Mundo", na luta contra o imperialismo e o neocolonialismo, pelo progresso e liberdade. Entre eles, a República Democrática da Guiné ocupa lugar de destaque.

II — A EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA DA GUINÉ

INDEPENDÊNCIA

Num referendo organizado pelo governo do general de Gaulle, em Setembro de 1958, a Guiné foi a única colónia francesa que votou pela independência total, com a exclusão da proposta Comunidade Francesa. Foi um voto que afectou profundamente o desenvolvimento ulterior dos territórios de língua francesa na África. Apelando ao povo que votasse "não", os líderes guineenses afirmaram ser preferível "a independência na pobreza do que a riqueza na escravidão".

Em 2 de Outubro de 1958, a Guiné obteve formalmente a independência. Os franceses reagiram ao voto da Guiné de tal modo que retiraram todo o seu pessoal, levando do país tudo o que puderam; as pensões concedidas aos veteranos da Guiné que tinham combatido na segunda Guerra Mundial deixaram de ser pagas; o material clínico e didáctico foi retirado dos hospitais e das escolas; até os telefones e os fechos das portas não escaparam a rapina, pois, segundo informação de Sekou Touré na Assembleia da O. N. U., os franceses não se esqueceram de levar consigo esses objectos...

ECONOMIA

POR HABITANTE (1963-1965) — em dólares
África Ocidental

GANÁ	230
COSTA	
DO MAR-	
FIM	220
LIBÉRIA	210
SENEGAL	210
SERRA	
LEOA	150
MAURITÂNIA	130
TOGO	100
GÂMBIA	90
DAOMÉ	80
GUINÉ	80
NÍGER	80
NIGÉRIA	80
MALI	60
ALTO VOLTA	50

1. João Mendes ("La Revolution en Afrique") *prefere designá-la por via anticapitalista*

Por este quadro se vê claramente que a Guiné é um dos países mais pobres da África Ocidental, região das menos desenvolvidas do mundo. Mas a este dado estatístico deve serguir-se o estudo da linha de evolução do país, e da sua tendência histórica. Na verdade, a Guiné longe de ser um território "naturalmente pobre", é mesmo um dos países potencialmente mais ricos da África de língua francesa.

Com 246 000 km² e uma população de cerca de 4 milhões de habitantes, tem como principais produtos agrícolas arroz, óleo de palma, bananas, café e milho. A principal riqueza encontra-se no subsolo: ferro, cobre, bauxite, diamantes, cobalto, níquelcromo, minérios radioactivos, etc. Exceptuando o Catanga, não se encontra na África uma área tão rica em minerais como o maciço do Futa Jalon. Recentemente, descobriu-se que o monte Nimba contém um dos maiores e mais ricos depósitos de ferro do mundo. Os depósitos já conhecidos encerram 25 milhões de toneladas de ferro.

O país é também rico em fontes de energia hidro-eléctrica.

Ainda que pequeno, vemos pois que nele existem condições favoráveis de industrialização. Contudo, 80 por cento da população vive da agricultura.

POLÍTICA ECONÓMICA

"Actuamos na Serra Leoa de modo diferente; mas nunca tivemos convosco tantos problemas como Sekou Touré tem com os Franceses. Pensamos que Sekou Touré actua incorrectamente no plano económico — está a levar as coisas demasiado longe, a nacionalizar tudo. Por outro lado, fez coisas que nenhum de nós conseguiu até agora fazer — dar ao povo uma identificação real e orgulho nacional, uma consciência nacional e empenhamento imprescindíveis para o êxito" (Siaka Stevens, primeiro-ministro da Serra Leoa, em entrevista concedida ao Guardian, 7-12-1970).

De facto, nenhum governo da África Ocidental teve com a Inglaterra tantos problemas como a Guiné com os Franceses. Mas isso não se deve a uma pretensa "benevolência" dos britânicos; resulta sim do facto de nenhum dirigente (nem mesmo

britânicos do mesmo modo que Sekou Touré atingiu os investimentos franceses. E não há que ter dúvidas. A "identificação real e orgulho nacional" (no seu verdadeiro sentido) só surgem no combate pela independência nacional, em todas as esferas.

PLANIFICAÇÃO

As mais das vezes a orientação para a via socialista começa na passagem à planificação estatal, que se caracteriza pela utilização centralizada dos meios de produção e dos recursos do país.

Logo após a independência, foi elaborado o Plano Trienal (1960-1963), que tinha como principal objectivo a transformação de uma economia baseada na dependência colonial num desenvolvimento independente e planificado.

O plano previa a construção de escolas e hospitais e de uma infra-estrutura administrativa. Estabeleceram-se algumas indústrias ligeiras e concedia-se prioridade ao apoio ao campesinato. O Estado tomou conta dos sectores-chaves da economia, procurando-se criar infra-estruturas administrativas.

PLANO DE SETE ANOS

A fase seguinte foi preenchida por um plano de sete anos (Junho de 1964 a Junho de 1971). Visava dar um arranque à industrialização, construindo a infra-estrutura necessária — portos, caminhos-de-ferro, barragens, fábricas —, sem dúvida a fase mais crucial e importante do desenvolvimento económico.

De acordo com o plano, foram nacionalizadas as empresas comerciais, instituiu-se o monopólio estatal do comércio externo, criou-se um banco estatal, uma moeda nacional, uma companhia de seguros nacional, nacionalizaram-se empresas de transporte e foram criadas instituições financeiras, administrativas e industriais.

Mas o mais importante é saber a quem pertencem as novas minas e as crescentes indústrias. É esta questão principal, que nos revela a coerência de uma política de desenvolvimento não-capitalista.

Das 17 novas fábricas instaladas em Conakry, 15 pertencem ao Estado. Além destas, foram instalados, fora de

Conakry, um complexo têxtil, uma fábrica de tabaco e fósforos, uma de bicicletas e várias outras.

Claro que a R. D. da Guiné não é o único país africano onde se criaram indústrias. Mas enquanto na Nigéria, por exemplo, estão quase completamente alienadas do país, na Guiné pertencem de facto à economia nacional, integradas num objectivo mais geral.

NOVO PLANO QUINQUENAL

O novo plano quinquenal (1973-78) dedica especial atenção à necessidade de desenvolver a produção agrícola, a fim de afastar a necessidade de importar géneros alimentícios. Foi elaborado da forma mais democrática e popular: cada aldeia traçou, para o quinquénio, uma estimativa para a região, compreendendo todos os objectivos condicionando o progresso económico, social e cultural.

As opções fundamentais são, antes de mais, aumentar a produção de géneros alimentícios, desenvolver as indústrias, transformar no próprio território as matérias-primas e desenvolver as actividades agrícolas fornecedoras de produtos de exportação: ananás, banana, café...

Persistem ainda muitas dificuldades, o povo não vive em abundância. O sector público ainda tem pouca força. Mas mesmo nessas difíceis condições, o povo guineense dedica-se incansavelmente à grandiosa tarefa de reconstrução económica, de modo a alcançar completamente a verdadeira independência nacional.

FORÇAS SOCIAIS

O fraco grau de desenvolvimento das classes fundamentais (no m.p.c.), determinado pelo atraso das relações de produção neste país, não tornou possível o aparecimento de uma burguesia nacional capaz de desempenhar papel dirigente. Podemos dizer que não existiu, na Guiné, uma burguesia industrial. Quanto ao operariado, era também praticamente inexistente.

Nessas condições, coube um importante papel às massas camponesas, que, constituindo a grande maioria da população (cerca de 80 por cento), não eram portadoras de relações capitalistas nem da ideologia burguesa. Também outras camadas não



Amilcar Cabral e Sekou Touré

proletárias — como os intelectuais, jovens oficiais, empregados — participaram activamente no processo de transformação político-social.

Com a industrialização, cresce a classe operária — a única capaz de levar até ao fim o processo em curso —, desempenhando assim um papel cada vez mais importante.

Na altura da conquista da independência, existiam na Guiné numerosos partidos. Todavia, o Partido Democrático da Guiné tinha o apoio da maioria da população: contava 56 deputados em 60 na Assembleia Nacional.

Podem-se distinguir duas fases na vida do P.D.G., conforme Diané (secretário-geral do Partido) afirmou à delegação da **Nova Revista Internacional** (número de Março de

1974). A primeira vai da fundação do partido à conquista da independência. A direcção adoptara como ideologia o marxismo-leninismo, se bem que o não declarasse formalmente. Sem perderem a perspectiva de que o socialismo era a meta final, os dirigentes achavam que era necessário, antes de mais, conquistar a independência política, mobilizando as massas no combate anticolonialista. A segunda fase localiza-se após a conquista da independência. Edificou-se o partido na base do centralismo democrático, e a luta ideológica passou a ser dirigida não apenas contra o imperialismo mas também contra o feudalismo e o tribalismo, o pequeno capital comercial que explorava o povo e o combate aos desejos pequeno-burgueses de enriquecer à

custa dos outros. Traçou-se, então, como objectivo instaurar a mais larga democracia no campo político, económico e cultural, liquidando qualquer ligação entre os inimigos internos e externos.

O VIII Congresso do partido, realizado em 1967, marca a passagem de uma fase de desenvolvimento democrático nacional para uma via de orientação socialista. Com o decorrer do tempo, via-se que a política aplicada pelo partido na resolução dos problemas internos não era bem recebida por toda a gente. Ao inimigo externo juntava-se o interno...

O imperialismo esforçou-se por travar o processo revolucionário neste país. Perdendo as posições que detinham na economia e conscientes do papel de vanguarda desempenhado

pela Guiné no contexto africano e mundial, concretizado na escrupulosa aplicação do ponto V do Programa do P.D.G.: "Firme apoio à revolução mundial anti-imperialista", a reacção recorreu às mais variadas manobras agressivas. Comentando hipocritamente os atentados falhados a Sekou Touré, escrevia Morais Cabral ("Comentário Internacional", D.N. 5-9-73):

"Aí está, por exemplo, o sr. Sekou Touré, que esse, vive em permanente clima de alucinação, autêntica personagem shakespeariana, pois que só vê à sua volta assassinos, e dia sim dia não proclama, através da emissora de Conakry, que vai ser morto amanhã ou que escapou de ser imolado ontem. Não sabemos mesmo se tem a urna sob a secretária, pois que, sentindo-a com os pés, encontra decerto substância e alento para as suas periódicas proclamações necrológicas."

Os numerosos atentados culminaram com a invasão de 22-11-71, em que mercenários a soldo do imperialismo e directamente treinados pelos colonialistas portugueses (como foi provado no relatório da comissão de inquérito da O.N.U.), invadiram Conakry, sendo prontamente rechazados pelas milícias populares.

Entrevistando Sekou Touré, Jacques Vignes perguntou (Afríque-Asie, 9-7-73):

"P.: Não considera que essa agressão de 22 de Novembro permitiu à revolução guineense dar um salto em frente?"

R.: Sim, é incontestável. O povo ganhou uma maior consciência, nesse dia, da existência do perigo que estávamos e ainda estamos a enfrentar. Agora, mais do que nunca, o povo está armado, como viu. O povo assegura e organiza a sua própria defesa. Quantos países conhece onde o povo esteja verdadeiramente armado e onde os responsáveis políticos passeiam, sem escolta, no meio da multidão?"

Vemos assim que, diferentemente de N'Krumah, que confiava mais (o que se veio a revelar fatal) no seu prestígio pessoal do que na actividade política de um forte partido enraizado nas massas, através da participação popular, Sekou Touré e o P.D.G. têm sabido dar a devida resposta às manobras dos imperialistas, que "tentarão sempre atacar a revolução, corromper os quadros e intimidar o

povo através da utilização da força bruta, a fim de alcançar os seus criminosos planos" (Sekou Touré, entrevista à Afríque-Asie, 4-3-74).

III - CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIA NÃO CAPITALISTA

Na República da Guiné Bissau e nas áreas libertadas de Moçambique e Angola existem formas não-capitalistas de orientação social e organização económica.

Aquela República está, juntamente com a R.D. da Guiné, R.P. do Congo, Somália e Tanzânia, entre os países que adoptaram a via não-capitalista de desenvolvimento. Daí revestirem-se de particular importância problemas como a relação entre as tarefas democráticas nacionais e o socialismo, críticas ao conceito de via não-capitalista, forças motrizes, perspectivas gerais...

Os esquerdistas tendem a negar a viabilidade da via não-capitalista, acentuando a instabilidade política e o anticomunismo dos oficiais e intelectuais no poder em muitos regimes de carácter democrático e revolucionário. Por outro lado, desprezam estes processos, afirmando que a classe operária deles se encontra afastada. Outros ataques provêm daqueles que identificam o desenvolvimento não-capitalista com o socialismo, argumentando ingenuamente que se o desenvolvimento é não-capitalista tem de ser socialista.

É um facto que a ideia da via não-capitalista, embora não seja nova (se bem que o termo seja relativamente recente), é propícia a más interpretações de diversos matizes, pois o fenómeno que reflecte é extremamente complexo; por outro lado, nenhum país em África chegou já a uma fase de construção do socialismo. O relativamente fraco desenvolvimento teórico destas questões é fruto também da ausência, em muitas regiões de África, de partidos marxistas-leninistas, e da distorção das ideias marxistas em África. A revista "African Communist", órgão teórico do Partido Comunista da África do Sul, tem tido lugar de relevo no esclarecimento destas questões.

Analisando as críticas à via não-capitalista, há que dizer, em primeiro lugar, que as realizações das

tarefas democráticas (como a reforma agrária e a democratização da vida pública) são distintas das medidas socialistas (ainda que delas se aproximem, são qualitativamente diferentes). E não são na essência socialistas porque ainda não existe, nesses países, o fundamento económico do socialismo.

Os fundadores do socialismo científico sempre combateram as ideias utópicas. Para eles, socialismo não era a pobreza colectiva. Lénine também nos ensinou que "a única base económica indispensável ao socialismo é a indústria à escala glocal" (**Obras Completas**, volume 32, página 492, edição inglesa). Além disso, a hegemonia da classe operária na revolução socialista é fundamental, e vemos que em África (exceptuando alguns países mais industrializados como a África do Sul) ainda não existe essa possibilidade, pois a classe operária é muito diminuta, sendo a pequena-burguesia uma força dirigente na vida económica e social. Em relação à Guiné, país que observámos a título exemplificativo, Diané diz-nos: "Nós não podemos atingir o socialismo tão depressa como desejaríamos. Ainda não dispomos da base material e técnica necessária" (N.R.I., Abril 1974).

Pretender lançar, de imediato, medidas de construção do socialismo, sem previamente solucionar os problemas gerais democráticos, não passa de uma ilusão. Alguns partidos africanos no poder defendem também a ideia romântica de que as aldeias atrasadas tendem naturalmente para o socialismo, ignorando a força do feudalismo. As concepções do "socialismo africano", "socialismo árabe", etc., representam tudo menos o socialismo científico. Com o atraso económico existente e a insignificante organização da classe operária, como classe autónoma dispendo de um programa próprio (situação que se verifica, repetimos, na maioria dos países), não se poderá falar em transformações socialistas directas.

Por outro lado, os presentes regimes de países como a Tanzânia ou o Congo nunca poderiam chegar ao socialismo científico caso não se efectuassem transformações e os partidos no poder não se aproximassem cada vez mais das ideias marxistas, ou a classe operária não se fortalecesse como classe independente. Negar a via

COMO CHEGARÁ A ÁFRICA AO SOCIALISMO?

não-capitalista seria condenar as forças revolucionárias dos países africanos a esperarem que a classe operária se desenvolvesse como uma força social e política, seria aceitar o desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo, e seria também subestimar o papel revolucionário das massas semi e não proletárias na revolução democrática nacional.

O crescente reconhecimento da luta de classes como uma realidade inofismável, a necessidade de dar uma verdadeira solução aos problemas mais candentes do povo, levou dirigentes como N'Krumah e Nasser (este nos últimos anos da sua vida) a uma grande evolução política. Um bom número de dirigentes africanos fizeram a sua aprendizagem política nas antigas metrópoles, como aconteceu com Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral, que foram activos militantes do movimento democrático português. Conforme as palavras de homenagem de Yusuf Dadoo (presidente do P. C. da África do Sul), "foi o conhecimento da teoria científica da revolução, do marxismo-leninismo, no qual foi encaminhado devido aos seus contactos com o Partido Comunista Português durante a sua vida de estudante em Lisboa, que fez com que adquirisse, conforme as palavras da declaração do C. C. do P. C. A. S., "uma profunda compreensão do processo da revolução africana juntamente com uma completa devoção à luta".

A via não-capitalista é uma via de luta de classes, contra as manobras imperialistas e a reacção interna. A forma de estado apropriada à via não-capitalista é o estado de democracia nacional, semelhante às democracias populares da Europa Oriental do pós-guerra, é um estado revolucionário de transição para o socialismo e a ditadura do proletariado.

Devido a certas circunstâncias

(fraco desenvolvimento das classes fundamentais do m. p. c., predominância política e numérica de camadas médias, pequeno-burguesas), o estado de democracia nacional apresenta certas características específicas. A relativa autonomia do poder estatal em relação às classes sociais (em que nenhum é suficientemente desenvolvida para dominar em exclusivo as outras) torna o poder político mais instável do que o comum; assim, o poder estatal é mais facilmente ganho pelos democratas revolucionários e mais facilmente recuperado pela burguesia compradora. Nessas condições, é importante armar politicamente o povo, única forma de evitar os golpes de estado da reacção, tão frequentes em África.

Saliente-se também que as sociedades empenhadas na via não-capitalista caracterizam-se, em especial, pela coexistência de várias formações sócio-económicas e diferentes níveis de desenvolvimento dentro dessas formações históricas. Por exemplo, na Guiné, não obstante o grande avanço registado, existem ainda sociedades estrangeiras, se bem que mistas.

Muito gostaríamos de mais de dizer sobre o assunto. A impossibilidade de alargar este artigo leva-nos a referir apenas mais dois aspectos.

Em primeiro lugar, a importância do campo socialista. É a sua existência que, alterando a correlação de forças, permite ao movimento de libertação nacional a luta vitoriosa contra o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo. A ajuda aos povos em luta pela libertação, concretizada nos mais variados sectores, é claramente reconhecida pelos dirigentes progressistas africanos. Amílcar Cabral, expressando esse sentir, foi calorosamente aplaudido quando, na Conferência de Dar-es-Salam em 1965, afirmou:

"Aproveitando esta oportunidade queremos expressar em nome do nosso povo um reconhecimento fraternal ao povo soviético, ao P. C. U. S., ao seu Comité Central, pela permanente ajuda que nos tem prestado na nossa luta contra os colonialistas portugueses, contra a guerra e o genocídio, pela independência, paz e progresso social na nossa pátria africana."

Um dos principais objectivos dos imperialistas consiste em tentar isolar uns dos outros os diversos destacamentos anti-imperialistas; a posição do movimento de libertação nacional na ampla frente de luta anti-imperialista é o segundo aspecto, directamente relacionado com o primeiro, que queremos focar. A unidade das três grandes forças revolucionárias da nossa época: o campo socialista, a classe operária dos países capitalistas e os movimentos de libertação nacional baseiam-se na coincidência objectiva de interesses na luta anti-imperialista. Qualquer tentativa de dividir essas forças revolucionárias — provenha ela dos círculos imperialistas mais agressivos ou dos maoístas — está inevitavelmente votada ao fracasso. Exemplo comprovativo é-nos dado pelos resultados de algumas importantes votações da O. N. U., em que os Estados Unidos, a África do Sul, Israel, China e Albânia se viram "orgulhosamente sós".

Essa unidade é a melhor garantia para o reforço dos movimentos de libertação nacional; unidade que urge fortalecer, desenvolvendo a solidariedade dos povos em luta, baseada no internacionalismo proletário e virada para acções concretas, de acordo com o apelo lançado pela Conferência dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscovo (1969):

"Povos dos países socialistas, operários e forças democráticas dos países capitalistas, povos libertados ou ainda oprimidos, uni-vos na luta comum contra o imperialismo, pela paz, libertação nacional, progresso social, democracia e socialismo."

2. Artigo intitulado "Amílcar Cabral, outstanding leader of African Liberation movement" publicado no African Communist, Abril de 1973.

A SITUAÇÃO NO BRASIL

por Miguel Arraes

A substituição do general Garastazu Medici pelo general Ernesto Geisel, em 15 de Março último, ocorreu com aparente tranquilidade. Todas as regras que regem internamente o grupo militar no poder desde 1964 foram metodicamente seguidas, no intuito de demonstrar que as forças de sustentação da ditadura estão coesas, que os chefes militares estão unidos, que o regime terá plena continuidade.

No entanto, a subida de Geisel, aparentemente tranquila, não se deu sem resistência. Não teve os lances políticos da substituição de Castelo Branco, a saída dos tanques da Vila Militar, que permitiu o compromisso para a escolha de Costa e Silva; nem a dramaticidade da queda deste último, agredido por seus ministros,

substituído por uma junta militar que entregou o poder a Medici através de um acordo entre generais.

A última sucessão, passando-se em recintos fechados e secretos, esconde mais os factos do que as anteriores. Não se têm, assim, todos os elementos necessários a uma descrição promenorizada dos lances que a antecederam. É possível, entretanto, avaliar os acontecimentos a partir de dados conhecidos e na medida em que, afastado o povo de todas as decisões e existindo um Congresso de fachada, sem qualquer poder de deliberação, a substituição de um general por outro passa a depender apenas da disputa entre alguns chefes militares e entre os grandes interesses económicos.

AS FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas mostram-se e fazem questão de se mostrarem, sempre que podem, como um bloco monolítico, que efectivamente são sob alguns aspectos. Aceitam o direccionamento geral do regime, doutrinadas que são contra o comunismo e contra toda espécie de "subversão". Estão presas a normas hierárquicas elaboradas para assegurar a sua unidade como corpo militar, as quais condicionam o pensamento e as acções dos seus membros.

No entanto, dividem-se face a várias questões. As tendências que se formam dentro do bloco aparentemente monolítico podem ser identificadas pelas suas origens, pelas ligações que estabeleceram e que permanecem dentro das situações novas que se foram criando.

Desapareceram os generais formados na velha escola francesa e os que nela se inspiraram, fundadores da República e sucessores. Seus últimos representantes apoiaram o golpe por motivos diferentes do grupo que tomou o poder. Eles defendiam um regime aberto de tipo tradicional, pois seu conceito de "ordem" nada tinha a ver com o dos ditadores que se sucederam a partir de 1964.

A tendência que se reclamava de um nacionalismo popular, anti-imperialista, foi perseguida e afastada das Forças Armadas. Seus membros, considerados aliados ou promotores da subversão, foram demitidos, reformados ou condenados juntamente com os civis pertencentes às correntes derrotadas pela intervenção militar.

Restam, entretanto, grosso modo, três tendências que participam do poder e que se

defrontam, ao mesmo tempo, nos dez anos de ditadura. Essa divisão ocorre em torno de questões que tocam por vezes o conteúdo e por vezes a forma do regime.

Uma tende a defender os "interesses nacionais", sem assumir posições anti-imperialistas, mas, ao contrário, aceitando a "interdependência" como uma fatalidade e identificando-se, por isso, com as demais. Não defende, assim, o conjunto dos "interesses nacionais", limitando-se a tomar posição face a questões específicas submetidas ao seu parecer ou decisão. É o caso, por exemplo, do general Taunay Drummond Coelho Reis, director do Programa Nacional de Telecomunicações. Diante da insistência americana em vender um satélite ao Brasil, ele entende que um tal sistema de comunicações "nos deixaria dependentes de amigos e à mercê de

possíveis inimigos”, alinhando razões práticas que sustentam esta posição (“Opinião” – 31-11-73).

Essa tendência não se estrutura numa corrente ideológica e política, ganhando formas orgânicas que a separem das demais. Mescla-se a elas por lhe faltar uma visão de conjunto dos problemas do país, a “interdependência”, os “dois blocos”, a “luta contra a subversão”. Sendo casuística, suas preocupações estreitam-se e a “defesa dos interesses nacionais” limita-se a uma posição contra o satélite, a favor das duzentas milhas marítimas, etc., factos positivos, sem dúvida, mas insuficientes para redireccionar o desenvolvimento no sentido da independência do país.

Outra tendência, a que predominava no governo de Medici, assenta suas origens ideológicas no fascismo europeu. Isso se infere menos ou tanto da intensa repressão desenvolvida no último período do governo, como dos elementos que o compunham. Um deles, Filinto Muller, líder do senado e presidente do partido oficial até sua morte no ano passado, era sabidamente ligado aos nazistas e a tal ponto que entregou a Hitler a mulher de Prestes para que morresse num campo de concentração na Alemanha. Segue-se uma longa lista de membros ou simpatizantes do Partido Integralista, em que se inclui Raimundo Padilha, governador do Estado do Rio, condenado durante a segunda guerra mundial por haver colaborado com os nazistas.

Esses remanescentes do fascismo aceitam a política americana mas divergem quanto aos métodos a serem empregados na sua execução, partidários que são do uso exclusivo da força como instrumento de governo. Além disso, suas antigas ligações os levaram a uma maior aproximação com grupos políticos (e, portanto, económicos) de outros países que não os Estados Unidos.

A terceira tendência segue estritamente a política americana no conteúdo e na forma. Busca “institucionalizar” o regime sem perda de “segurança”, isto é, exercer a repressão dentro de aparência “legais” e “democráticas”. Como Metternich, Kissinger entende que o poder não se legitima pela coerção mas deve-se fundar no “consenso geral”. Em Portugal, o general Spínola fala agora do “consenso nacional”, mas o ideólogo da corrente americana no Brasil, o general Golbery do Couto e Silva, já escrevera a mesma coisa, nos anos 50: “Não se acredite pois que o sacrifício da liberdade possa conduzir sempre a um aumento de segurança. Além de certos limites, a liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital de segurança. Os escravos não são bons combatentes – eis a lição que as tiranias aprenderam no curso dos séculos”.

Ao emprego indiscriminado dos métodos fascistas, essa tendência opõe a sua

utilização medida e calculada. O processo que Geisel move agora contra o deputado Francisco Pinto, que atacou o chefe da junta chilena, general Pinochet, é um exemplo dessa preocupação. Poderia ter-lhe cassado o mandato, preferindo, porém, um procedimento que, surte o mesmo efeito. Dentro de alguns meses, aquele representante da oposição estará afastado, impedido de se candidatar pelo processo que lhe move a ditadura. Geisel não vai gastar um tiro de canhão quando um de revólver basta para liquidar o inimigo, sem um ruído que acabaria por prejudicar a “imagem” do regime.

OS GRANDES INTERESSES ECONÓMICOS

Essas tendências nas Forças Armadas ligam-se, directa ou indirectamente, a interesses em choque, internos e externos. À diversidade dos primeiros, junta-se a divisão dos segundos. Cruzam-se no país, associados ou em competição, americanos, alemães, japoneses e outros de menor porte. A internacionalização da economia, promovida desde o golpe de 1964, transformou o Brasil num palco em que se reflectem as disputas entre os vários centros do poder mundial. Embora os Estados Unidos exerçam um imperialismo económico, político, militar e cultural, os demais dispõem de bases económicas respeitáveis, cuja tendência seria a de ganhar um peso excessivo, ameaçando o equilíbrio indispensável à conservação da hegemonia americana.

De facto, o Brasil não interessa apenas aos Estados Unidos, que permitem a incursão de outros países naquilo que não é fundamental para os seus interesses. Partem do princípio de que suas empresas têm capacidade para enfrentar europeus e japoneses, quando a eles não estão associados em posição hegemónica.

Nesse jogo de interesses, porém, há sectores em que seus concorrentes não podem penetrar. No seu livro “A Transamazônica – prós e contras”, Osny Duarte Pereira comenta a concessão das jazidas de ferro da Serra dos Carajás, na Amazônia, avaliadas em 25 bilhões de dólares, à companhia americana US Steel, dizendo que ela foi feita apesar de existirem financiamentos japoneses e alemães, grandes compradores do minério, que permitiriam sua exploração pela companhia estatal brasileira, Vale do Rio Doce.

Embora respeitando a hegemonia americana, o governo Medici vinha possibilitando uma maior penetração das multinacionais de todos os quadrantes e não apenas das norte-americanas. Em Fevereiro de 1973, a imprensa noticiava, por exemplo, a visita de representantes do grupo japonês Mitsubishi (“a maior missão de um único

grupo enviada ao exterior...”) já solidamente implantado no Brasil e disposto a inverter mais 1,2 bilhões de dólares em cinco anos. O jornal “Opinião” lembrava, na ocasião, significativas declarações do ministro da Fazenda Delfim Neto, “grande divulgador do milagre industrial nipónico”, para quem “as economias do Brasil e do Japão se completam. Temos mais recursos naturais, ao passo que os japoneses possuem técnica, organização industrial, mão-de-obra especializada e capitais. Daí a importância da união cada vez maior das duas nações.”

Baseando sua acção em recursos importados, Delfim Neto forçava no sentido de conseguir investimentos de todas as procedências, ignorando, ao que parece, as implicações de sua orientação nas altas esferas de decisão, externas e internas. Não é por acaso que teve seu nome vetado para o governo de São Paulo, pelo general Ernesto Geisel.

A súbita desgraça de Delfim, depois de ter sido ministro sete anos, é explicada, por alguns, como o resultado de desentendimento com o general Orlando Geisel, ministro de Medici e irmão do actual presidente; por outros, através das divergências entre os militares e os empresários, estes desejando começar a substituir aqueles nas funções de mando.

O “desvio” fundamental de Delfim reside, porém, no seu “internacionalismo”, ou seja, na sua tendência a igualar os Estados Unidos aos outros. As circunstâncias justificavam a sua posição, que encontrava, ademais, receptividade nas antigas ligações do grupo que cercava Medici.

Interessados no “milagre brasileiro”, os Estados Unidos não podiam frear a vinda de capitais de outros países, sobretudo quando não podiam arcar isoladamente com as necessidades do “modelo” implantado no Brasil. Enfraquecidos com a crise resultante da guerra do Vietname, deviam tolerar um avanço dos demais países como uma imposição dos acontecimentos mas cuidando de guardar o essencial, no que não encontravam obstáculos intransponíveis.

O “DESvio DE DIREITA” DE MEDICI

Os factos vieram mostrar, porém, com o correr do tempo, que o “desvio internacionalista” de Delfim era parte de um “desvio de direita” mais geral e não apenas das necessidades circunstanciais da economia brasileira. Estas, estimulando de forma crescente a implantação de interesses não americanos, ameaçavam talvez levar seu volume a ultrapassar os limites permitidos pelo equilíbrio de influências.

Seria difícil medir essa correlação de forças e descobrir o “desvio” de Delfim a

partir das facilidades que concedeu a investimentos de multinacionais de procedência americana. O "desvio de direita" de Medici, no qual se insere o do seu ministro da Fazenda, pode ser melhor apreciado nas relações do Brasil com Portugal.

Antes de 1964, o Brasil começava a adotar posições anticolonistas. A ditadura mudou essa orientação, passando a dar apoio aberto a Portugal. De um modo geral, todos sustentam a dominação portuguesa na África, não sendo o mesmo, porém, o sentido que emprestam às relações luso-brasileiras, nem à solução do problema colonial.

No período de Medici, foram assinados vários acordos, inclusive o que equipara portugueses e brasileiros, dando-lhes direitos iguais nos dois países. Segundo tais arranjos, tropas brasileiras poderiam ser consideradas "nacionais" se enviadas aos territórios africanos ocupados por Portugal. Dadas as suas origens ideológicas, Medici ligava-se aos ultras em Portugal e aceitava a sua visão do conflito, a utilização exclusiva dos meios militares e da preservação da "comunidade de língua portuguesa", entendida como "luso-afro-brasileira". A ligação com a África passa, assim, por Portugal.

Não era essa a visão de Castelo Branco, nem é agora a de Geisel, que seguem as ideias geopolíticas de Golbery, assentes na estratégia americana para o Atlântico Sul, segundo as quais o Brasil deve constituir o centro de influência na América Latina e na África.

Para Castelo Branco, o Brasil deve exercer plena hegemonia no seio da "comunidade", que seria afro-lusa e não luso-afro-brasileira. No seu discurso de 31.7.64, pronunciado por ocasião da formatura de novos diplomatas, ele defende claramente essa posição: "Nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente."

Essa posição foi retomada por Geisel, quando fala em dar "relevo especial ao nosso relacionamento com as nações da circunvizinhança de aquém e de além mar" (discurso de 19.3.73) e ao determinar que o Brasil se abstenha nas votações da O. N. U., modificando a posição anterior de apoio incondicional. Em editorial de 25.3.74, a revista "Visão", ao anunciar essa mudança, observa que os esforços brasileiros no

sentido de promover uma "descolonização gradual" fracassaram diante da "obstinação de Lisboa" que insiste no "conceito estrito de comunidade luso-brasileira".

E o editorial adverte: "É preciso, porém, que a mudança no comportamento brasileiro não proteja uma falsa imagem de desinteresse pelo destino das comunidades lusitanas na África. Na verdade, o Brasil não pode lavar as mãos, como Pilatos. Brasília terá de dizer a Lisboa que o destino dessas comunidades não é assunto apenas português. E esse ponto precisa ficar bem claro."

Como se isso não bastasse, o editorial adianta ainda que "o Brasil necessita de uma política para essas comunidades, independentemente da vontade de Lisboa. Pois, seguramente, estamos em condições de participar do processo de desenvolvimento econômico de Angola e Moçambique, competindo com os países europeus, os Estados Unidos e o Japão."

A visita do chanceler Rui Patrício, por ocasião da posse de Geisel, foi registada como um fracasso pelos jornais brasileiros. Enquanto isso, davam ênfase às ideias de Spínola, cujo livro foi publicado no Brasil.

A mudança da política brasileira não foi determinada evidentemente pelas divergências entre o general que deixou o poder e o que lhe sucedeu. Tal substituição já foi possível em razão do enfraquecimento de Medici, provocado pelo seu "desvio de direita". Sua tentativa de conservar o poder fracassou, como revelam episódios pouco divulgados havidos no curso da disputa pela sucessão. A escolha de Geisel acabou sendo fruto de um compromisso entre as diversas tendências militares, mas assegurou a predominância da facção pró-americana.

A CIA E OS ULTRAS NA SUCESSÃO

Nas discussões sobre a sucessão de Medici, dois acontecimentos chamam a atenção para o interesse dos americanos e dos ultras portugueses na solução do problema da escolha de um novo general para o governo do Brasil. A imprensa os registou em tons misteriosos, tanto em razão da censura como da natureza inacessível dos conciliábulos havidos entre os interessados.

Em Dezembro de 1972, seis meses antes do anúncio da escolha de Geisel, o general Walters, vice-diretor da CIA, fez uma visita ao Brasil. Oficial de ligação entre as tropas brasileiras e americanas durante a segunda guerra mundial, adido militar no Rio durante muitos anos, um dos artífices do golpe de 1964, amigo pessoal de uma infinidade de militares brasileiros, Walters

fez divulgar que vinha tratar de uma visita do presidente Nixon ao Brasil. Cuidava, porém, da sucessão, tomando contacto com o maior número possível de "eleitores", os generais comandantes de tropa.

A revista *Veja* (27.12.72), ao noticiar a visita de Walters, ressalta a sua importância, afirmando que, "nos últimos oito anos, nenhuma decisão política de grande interesse foi tomada pelo governo americano, a respeito de suas relações com o Brasil, sem que o general Walters fosse ouvido, mesmo informalmente". Como diretor da CIA, ele vinha certamente ouvir amigos e agentes, além de dar-lhes a orientação necessária num assunto fundamental, o problema da substituição de Medici.

O outro acontecimento é a viagem de Medici a Portugal, onde teria ido buscar apoio para a prorrogação do seu mandato. Tendo sustentado a política portuguesa na África, contava levar de volta uma declaração do governo português, em que lhe fosse reconhecida a condição de árbitro do conflito na Guiné, em Angola e em Moçambique. Teria, assim, condições para pleitear a sua permanência no poder. Erigido o Brasil em pacificador na África, através de sua pessoa, Medici poderia justificar a quebra da rotina da transmissão quadrienal da presidência, pois uma tal missão ultrapassa o âmbito dos compromissos entre generais.

A nota conjunta firmada por Medici e Américo Tomás, presidente de Portugal, é inteiramente vazia. O "Estado de São Paulo" comenta a visita nos seguintes termos: "À medida que se vai aproximando do fim a breve estada do Sr. Presidente da República em Portugal, cada vez mais difícil se torna a interpretação do noticiário que lhe diz respeito... A visita não tinha outro motivo que não fosse a renovada confraternização entre os dois povos. O que entendíamos como um grato dever, contudo, passa afinal a constituir uma incógnita. Antes mesmo do embarque do sr. general Medici para Lisboa, já surgiam notícias que, se por um lado caracterizavam a visita como eminentemente social, pelo outro sugeriam a interpolação de implicações políticas e económicas na sociabilidade do encontro..."

Como demonstram os recentes acontecimentos em Portugal, Caetano não tinha condições para satisfazer Medici, estando ele próprio carecido de quem lhe ajudasse a conservar o poder. Regressando de mãos vazias, Medici não dispunha de força suficiente para assegurar a sua permanência. Sua política não estava totalmente dentro dos moldes requeridos pelos americanos. A expansão na África

O GOVERNO BRASILEIRO E A "OBSTINAÇÃO DE LISBOA"

fracassara em razão das suas ligações com os ultras portugueses, que provocavam sabidas reacções nas nações africanas. No plano interno, isolara-se dos meios civis e da tendência "nacionalista" de quem arrebatou o poder na crise resultante da morte de Costa e Silva, quando preferiu Albuquerque Lima.

A tendência "nacionalista" não dispõe de uma estratégia clara de acção, nem de postos de alto comando que lhe permitissem disputar o poder. Passa a engrossar, em consequência, as fileiras de Geisel contra um governo que destoava de suas posições.

Tudo isto leva Medici a desistir das medidas destinadas a prorrogar os prazos estipulados para a discussão do problema da sua substituição. Dias depois do seu regresso de Portugal, o "Estado de São Paulo" constata "a evidência de que o sistema rechaçou a maliciosa oferta de manobras protelatórias e decidiu curvar-se às regras estabelecidas, aceitando o prazo fatal das desincompatibilizações a 15 de Julho". A candidatura de Geisel é anunciada em 16.6.73, num acordo geral que se substancia na divisão dos altos comandos militares entre seu grupo e o de Medici que, apesar de tudo, dispunha de alguma força.

Assim, a escolha de Geisel não decorreu apenas dos instrumentos militares controlados pelo seu irmão Orlando; ministro de Medici. A sucessão reflectiu, num falso clima de tranquilidade, o entrechoque de forças económicas, políticas e militares que se encontravam atrás da mesa de negociações.

A RECTIFICAÇÃO DO "DESVIO DE DIREITA"

Os Estados Unidos eram os principais interessados na rectificação do "desvio de direita" ocorrido no governo de Medici. A revista *Visão*, sabidamente ligada aos

americanos, defende há mais de dois anos essa orientação, apesar da censura.

Neçessário, por um lado, para liquidar o movimento de contestação que se avolumava no governo de Costa e Silva, culminando com o rapto do embaixador americano, aquele "desvio" tornava-se cada vez mais negativo. Internamente, aumentava o impasse político do regime. No plano externo, ameaçava o equilíbrio entre as diversas influências que se exercem sobre o país.

Havia, então, que recolocar no poder a tendência que o assumiu depois do golpe, sob o comando de Castelo Branco. Ela sempre guardou estrita coerência com as directivas americanas e, dentro dela, Geisel, no plano da acção, e Golbery, nas formulações ideológicas e na interpretação do papel do Brasil na estratégia do Atlântico Sul.

ERNESTO GEISEL

É difícil comprovar a "coerência" de Geisel através de palavras que tenha proferido no passado, enquanto seus pronunciamentos recentes, proferidos em harmonia com aquelas directivas, poderiam ser tomados como condicionados pelas circunstâncias em que assume o governo. O novo ditador sempre primou pela discreção. Todos os testemunhos indicam que essa é a marca principal de sua personalidade. O "Estado de São Paulo" (19.6.73) diz que "o general Geisel é quase um enigma, pelo seu temperamento mais do que discreto, fechado..."

Sua história, entretanto, revela aquela "coerência", ligada à investida dos Estados Unidos para assegurar seu domínio sobre o Brasil, intensificada depois da segunda guerra mundial. A formação dessa corrente pró-americana remonta a algumas dezenas

de anos, consolidando-se na medida em que sobem na hierarquia os componentes do seu núcleo inicial.

Em 1930, como tenente, Geisel participou da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. As revoltas ocorridas a partir de 1922, comandadas por jovens oficiais, contra a oligarquia que dominava o país, exprimiam as aspirações das camadas médias das cidades. Tinham um conteúdo mais moralizador do que político. Reclamavam eleições livres e honestas, com a eliminação das fraudes que se repetiam desde o início da primeira República (1889-1930), nos pleitos para a escolha dos governantes, em todos os níveis.

A tais revoltas não era estranha a disputa entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Aquela controlava totalmente as finanças do país, desde a decretação de sua autonomia (1822). As relações com os americanos, principais compradores de café, desenvolveram-se a partir do fim do século passado, ganhando impulso a partir da primeira guerra mundial.

Não se pode estabelecer ligação directa entre aqueles factos (a disputa internacional e as revoltas internas), embora seja sabido que os americanos caíram a revolução de 1930. No confronto entre a Inglaterra e os Estados Unidos, estes apareciam como um exemplo a ser seguido aos olhos de uma boa parcela dos jovens oficiais que participavam dos movimentos armados e do levante final comandado por Vargas.

Com a tomada do poder, em 1930, os objectivos políticos assumem características mais precisas e os tenentes dividem-se em diversas tendências, unidas, contudo, no combate à oligarquia: uma que acompanha a política de Vargas; outra que se situa à esquerda, tocada por preocupações de carácter popular, cujo representante mais conseqüente é Luís Carlos Prestes, que se tornou secretário do Partido Comunista

Brasileiro; com a ascensão do fascismo, uma outra se foi estruturando sob a inspiração dos diferentes ditadores surgidos na Europa; uma outra, que se intitulou posteriormente de "democrática", cujo modelo continuou a ser os Estados Unidos, estruturou-se mais solidamente em contraposição à ditadura instaurada por Vargas, em 1937.

Geisel pertencia a essa última tendência, que colaborou com Vargas na luta contra a oligarquia e contra a esquerda, dele se afastando posteriormente. Em 1932, Geisel combateu a revolta comandada pela oligarquia paulista e, em 1935, o levante da Aliança Nacional Libertadora e do Partido Comunista.

A partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, o seu grupo vai-se constituindo, pouco a pouco, em centro de oposição ao novo regime. Mas ela só toma conteúdo e torna-se declarada no decorrer da segunda guerra mundial, uma vez que a opinião nacional, e, em consequência, as Forças Armadas, divide-se em função da guerra na Europa.

O acordo firmado por Vargas com os Estados Unidos, em troca da implantação da siderúrgica estatal de Volta Redonda, modifica a situação interna. A remessa de tropas para a Europa, ao lado dos exércitos aliados, fortalece e consolida a corrente pró-americana dentro das Forças Armadas.

A partir de 1937, Geisel cuida de sua carreira militar e ganha nome dentro do exército, juntamente com seu irmão Orlando. A revista *Veja* (número especial - Junho, 73), assim descreve suas actividades neste período: "Graças à sua reserva, esculpiu um curriculum exclusivamente militar. Do grupo de artilharia passou para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, onde novamente conseguiu o primeiro lugar da turma. Em 1942, como o exército precisasse formar quadros para a guerra, alcançou seu irmão Orlando, que saíra duas turmas antes da sua na Academia Militar, no curso de estado-maior. Lá, os dois irmãos Geisel tiveram que disputar o único primeiro lugar, que ficou com Orlando. Ernesto foi o segundo colocado. Em seguida foi para o quartel general da guarnição de Porto Alegre, de onde saiu em 1944, contrariado por não ter viajado com a Força Expedicionária Brasileira, para um curso de aperfeiçoamento no exército americano em Forth Leavenworth, no Kansas."

Voltando dos Estados Unidos, participa do golpe de Estado que derrubou Vargas, em Novembro de 1945, na qualidade de chefe do estado maior das tropas que cercaram o palácio presidencial, sob o comando do general Alcino Souto. A acção havia sido precedida de um discurso do embaixador americano, proferido algum

tempo antes, numa clara interferência na vida interna do país.

No governo do marechal Dutra, Geisel foi membro do Conselho de Segurança Nacional (1946) e posteriormente adido militar no Uruguai. Segundo acrescenta *Veja* (número especial), "aos poucos, nos diversos cursos, Ernesto Geisel foi aproximando-se de colegas que viriam a formar um núcleo ainda pouco pesquisado e mal definido - nos anos 50 seria confundido com a Cruzada Democrática, uma organização semi-política".

É hoje evidente que a Cruzada Democrática era apenas a parte ostensiva, o "movimento de massa" de uma corrente bem estruturada, dirigida por um grupo fechado que lhe traçava o direccionamento. Um dos membros declarados da Cruzada Democrática afirmou a *Veja*, a respeito da participação de Geisel: "Ele sempre foi preservado. Em primeiro lugar, era inabordable em questões alheias às funções militares. Além disso, era um oficial respeitado pela tropa. E, nesses casos, se ele se envolve em política, perde o respeito. Por isso, durante muitos anos nós soubemos que poderíamos contar com Geisel. O importante era impedir que o prejudicasse."

Desse grupo saíram os fundadores da Escola Superior de Guerra, de que Geisel participou desde os primeiros dias, juntamente com o principal auxiliar do seu governo, Golbery do Couto e Silva. Nesse organismo oficial, foram aprofundados os conhecimentos e elaborados os planos que norteiam a acção do grupo actualmente no poder.

Em termos de acção, Geisel continuou a participar da corrente antinacional e antipopular em todas as oportunidades. Em 1954, no golpe que levou Getúlio Vargas ao suicídio, foi subchefe do gabinete militar de Café Filho. Em 1957, serviu como chefe do serviço de informações do estado-maior do exército.

Foi promovido de coronel a general de brigada por Jânio Quadros, em 1961. Com a renúncia do então presidente, assumiu posição contra a posse de Goulart, sendo designado chefe do gabinete militar de Ranieri Mazili, que ocupou interinamente a presidência durante a crise. Geisel tornou-se a principal figura nas negociações que acabaram instaurando um regime parlamentarista, no qual Goulart perdia todos os poderes como presidente, sendo esta a condição para a sua entrada no país.

No decorrer da crise político militar que precedeu a posse de Goulart, Geisel considerava inviável um golpe militar, pois a opinião pública exigia a posse do vice-presidente, enquanto as Forças

Armadas estavam divididas. Impõe, assim, sua posição aos ministros militares, numa solução de compromisso. Posteriormente, em 1962, como comandante de uma unidade militar e contra seus hábitos de discreção, pronunciou-se contra a realização do plebiscito que deveria decidir da abolição do regime parlamentar, com a restituição de todos os poderes a Goulart.

Em 1964, participou do golpe, sendo nomeado chefe da casa militar de Castelo Branco. Neste posto, influenciou em várias decisões importantes, como a intervenção no Estado de Goiás e o afastamento do seu governador, Mauro Borges, que se opunha ao endurecimento do regime.

No governo de Costa e Silva, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar. Segundo "Opinião" (Junho-73), que publica uma relação dos seus votos, "sua actuação foi mais uma vez discreta, bem ajustada à consciência dos rumos do movimento de 1964. O seu voto não se contava comumente entre aqueles que de forma constante concediam habeas-corpus solicitados por presos civis submetidos a inquéritos policiais militares."

Designado para a presidência da Petrobrás (1969), por Medici, mudou o espírito que presidiu à criação do monopólio estatal do petróleo, destinado a procurar assegurar o auto-abastecimento do país, em contraposição à acção das companhias americanas que sempre se opuseram à exploração do petróleo brasileiro, considerado "reserva estratégica". Na década de 1930, a tese defendida pelos "técnicos" daquelas companhias e do governo americano era a de que não havia petróleo no Brasil. Descoberto o primeiro poço, em 1938, procuraram mostrar que a produção era insuficiente e que o país não tinha condições para realizar a exploração. Aumentando a produção com a criação do monopólio estatal, no governo de Vargas, trataram de "cercar a Petrobrás, seja sabotando a sua acção, seja apoderando-se de sectores rentáveis, obra completada na administração de Geisel.

Lembra "Voz Operária" (Março-74) que, além da entrega às companhias estrangeiras do sector petroquímico, "durante a administração de Geisel, o número de perfurações caiu verticalmente, permanecendo sem uso cerca de 50 por cento das sondas. A orientação consistia em inverter cada vez menos em pesquisas e cada vez mais em outras actividades. No discurso de passagem do cargo de presidente da empresa, o general falou claro. Disse que, para ele, a lei que instituiu o monopólio estatal do petróleo era uma simples instrumento e entre as metas da Petrobrás não estava incluída a auto-suficiência na produção petrolífera nacional."

APOIO DE GEISEL À ESTRATÉGIA AMERICANA

GOLBERY DO COUTO E SILVA

No seu primeiro discurso como presidente (*Jornal do Brasil*, 20-3-74) Geisel acentua o facto de que enfeixará nas mãos o poder de decisão, ao contrário de Medici, que dava aos ministros uma autonomia relativamente ampla. No entanto, como é bem sabido e como assinala "Opinião" (11.3.74), "ninguém põe em dúvida o facto de que, entre os auxiliares imediatos do presidente, a figura de destaque do próximo governo será a do general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil a princípio e talvez posteriormente titular de um ministério de coordenação ou de uma secretaria geral da Presidência a serem possivelmente criadas".

Quando foi para a reserva, o general Golbery passou a ocupar o cargo de director de Dow Chemical, grande empresa americana, conhecida fabricante de napalm. Licenciou-se desse cargo no momento em que Geisel foi indicado candidato, sendo agora a segunda pessoa do regime.

Durante o governo de Castelo Branco, o general Golbery organizou e dirigiu o Serviço Nacional de Informações (SNI) que coordena todo o trabalho de repressão, em alto nível. Dele dependiam, portanto, as cassações de direitos políticos e a acção geral do aparelho policial-militar. Num dos seus livros, publicado em 1954, havia recomendado a criação desse organismo: "Quanto às hipóteses de guerra interna, não parece seja muito difícil prever-lhe os prazos críticos correspondentes, caso se disponha de um bem aparelhado e eficiente serviço nacional de informações."

A ligação entre Geisel e Golbery é antiga e das mais próximas. O marechal Juarez Távora, que dirigiu a Escola Superior de Guerra, assim se refere à actividade de ambos naquela época: "Quando eu chegava

de manhã à Escola e me contavam que se tinha trabalhado até tarde, eu já sabia. Eram o Golbery e o Ernesto de um lado e o Rodrigo Octávio de outro que discutiam até duas, três da manhã. Uma discussão sadia, evidentemente" (*Veja* - Junho-73). Por sua vez, "Visão" (29.10.73) acentua que a "presença do general Golbery do Couto e Silva como principal assessor do general Ernesto Geisel restabelece uma parceria que foi básica para a administração Castelo Branco, quando o primeiro chefiou o Serviço Nacional de Informações e o outro a Casa Militar".

Nos anos 50, Golbery escreveu alguns livros, entre os quais se destaca a "Geopolítica do Brasil", reeditada em 1967. Em nota introdutória a esta última edição, o autor acentua que o livro não necessitava de actualização, pois "tem a pretensão inerente a todo o pensamento geopolítico que se preze de resistir, em seu núcleo central de ideias, às variações conjunturais mesmo em épocas de um dinamismo excepcional como a quadra que atravessamos".

O jornal "Opinião" (11.3.74) reproduz esse "núcleo central de ideias": "O antagonismo dominante entre os Estados Unidos e a URSS, polarizando todo o conflito, de profundas raízes ideológicas, entre a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente, e no qual se joga pelo domínio ou pela libertação do mundo, arregimenta todo o planeta sob o seu domínio avassalante a que não podem, não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterantes e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente oscilante."

E mais: "O ideal da "renúncia à guerra como instrumento da política" proclamado ingenuamente no pacto Biand-Kellog, ainda em meio ao interregno eufórico que apenas separou as duas maiores guerras que já convulsionaram o mundo, viu-se

inteiramente ultrapassado pela realidade indiscutível dos factos. A Liga das Nações nascera já moribunda, triste aborto de um grande idealismo utópico, e a ONU e seu estranho sistema de paternalismo político, por mais que se lhe reconheçam os méritos e as realizações no sector da cultura e da assistência técnica, serviu apenas para criar, à luz meridiana, um palco incruento onde se degladiam tenazmente nações inimigas e irreconciliáveis e onde ressoam as tensões violentas que dissociam o mundo dos nossos dias."

Dessas constatações de carácter geral, Golbery passa a definir o papel a ser desempenhado, por cada nação, nas diferentes áreas, nessa "guerra total que envolve o planeta e que se desenrola no espaço interno das nações ocidentais, onde a ideologia comunista actua como ponta de lança". Para ele, não basta dispor "de um poder nuclear de intimidação, resposta violenta e, por isso mesmo, exageradamente rígida, nem sempre aplicável no caso de ameaças limitadas". Repete, desse modo, as teses americanas de criação de "respostas flexíveis" e de "guerras limitadas", para sair do impasse do confronto atómico.

Os instrumentos indicados seriam "forças armadas ao pé da obra organizadas preferencialmente com elementos locais devidamente equipados e assistidos, reforçados, se necessário, por destacamentos dotados de armamento mais moderno e potente. Construir um primeiro escalão de reserva geral, brigada de choque altamente móvel e superiormente equipada, capaz de atender no mais curto prazo, aqui e acolá, como bombeiros internacionais de uma nova estirpe, aos focos de perturbação atizados pelos comunistas ou às ameaças de ataque tanto da Rússia como da China no vasto perímetro do mundo livre."

No que toca particularmente ao Brasil, o general Golbery estabelece círculos de solidariedade a serem reforçados dentro do

conjunto geral do bloco ocidental: o mundo luso-brasileiro, o mundo latino, o mundo católico e o mundo subdesenvolvido. No que toca ao primeiro, mais próximo e mais importante, especifica que o Brasil tem, em relação aos territórios africanos sob ocupação portuguesa, "responsabilidade que devemos estar prontos a reconhecer e a assumir a qualquer momento, como nossa também".

Essas ideias foram repetidas por Castelo Branco em discursos pronunciados logo depois do golpe, quando definia a política de integração com os Estados Unidos. Para ele, a "independência é um valor terminal. Instrumentalmente, é necessário reconhecer um certo grau de interdependência, sem contudo ser levado ao ponto de cercar contactos comerciais e financeiros com países de diferentes sistemas políticos e económicos." Prega, assim, abertamente, a subordinação aos Estados Unidos.

A respeito das relações com Portugal, Castelo Branco, repetindo Golbery, diz que "... nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afectivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradativa de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal nem o perigo de um desengajamento prematuro do Ocidente."

Agora, Geisel retoma a mesma linha de pensamento, pois a "comunidade das nações de língua portuguesa", sob a liderança do Brasil, faz parte dos "objectivos permanentes" da estratégia americana para o Atlântico Sul.

O GOVERNO GEISEL

O ministério está composto de figuras secundárias. Não comporta sequer personalidades que se tivessem afirmado por uma posição qualquer, mesmo que reaccionária ou fascista. São simples agentes de ligação entre o ditador e os sectores para que foram designados.

O principal posto político, o Ministério da Justiça, foi confiado ao sr. Armando Falcão, que já o ocupou no governo de Juscelino Kubischek. Acusado de fazer contrabando valendo-se de facilidades de que dispunha no Ceará, foi nomeado para um cartório da Guanabara, que lhe assegura elevada renda.

Com a renúncia de Jânio Quadros, lançou-se em violenta campanha contra Goulart, funcionando como elemento de ligação entre os agentes do golpe de 1964. Ministro de Juscelino (PSD), era e continua

amigo de Carlos Lacerda (UDN), facto que deve ter contribuído para sua escolha, dada a intenção do governo de recuperar personalidades das correntes conservadoras marginalizadas da vida política nos últimos anos mas que se enriqueceram em negócios.

O ministro da Justiça de Geisel, embora contando com amigos no meio político, sempre foi uma figura secundária e sem sustentação no seu próprio Estado. Segundo o *Estado de São Paulo* (22.2.74). "em 1966, voltou a disputar o governo do Ceará mas estava politicamente esvasiado em seu Estado e perdeu longe. Amargurado, Armando Falcão resolveu transferir-se com "armas e bagagens" para o Rio, onde se manteve em actividade nos bastidores políticos."

O principal articulador da política interna do governo é uma personalidade duvidosa, mero cumpridor de ordens. Ao comentar a sua escolha, o *Estado de São Paulo* (20.2.74) diz que "Falcão tanto estaria pronto para levantar as barreiras opostas à circulação de informações como poderia mantê-las ou erguer outras, se esse fosse o desejo do governo".

Os ministros do Trabalho e da Educação, que, por força dos cargos, devem-se ligar a operários e estudantes, são simples continuadores das administrações que se sucederam nessas pastas. Se o ministro da Justiça começa por processar um deputado, pode-se avaliar o que pode acontecer a simples estudantes e operários.

Além dos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, foram entregues a militares o de Transportes e o das Comunicações. Para o mais importante, o Ministério do Exército, foi designado o general Dale Coutinho, ex-comandante do II Exército, onde funciona a Operação Bandeirantes (OBAN) em que se processam as torturas de prisioneiros políticos.

Na pasta da Fazenda, o sr. Henrique Simonsen promete continuar a política do seu antecessor, "salvo reajustamentos à nova realidade". Em consequência, defende o favorecimento ao capital estrangeiro que invadiu o país nos últimos dez anos, mas privilegiará, ao que tudo indica, os grupos americanos.

É o que pode ser deduzido não só de sua orientação mas de outras escolhas feitas por Geisel. Além do general Golbery, director da Dow Chemical, outro sócio e director de um grande grupo americano, Paulo Egydio Martins, vem de ser escolhido para o governo do Estado de São Paulo, cortando as pretensões de Delfim Neto. Ex-ministro de Castelo Branco, Egydio Martins dirige a Companhia Brasileira de Alumínio (Alcominas), subsidiária da Alcoa no Brasil.

O ministro das Minas e Energia, Shigeaki

Ueki, de origem japonesa, é ligado ao futuro governador de São Paulo, de quem foi assessor quando ocupava o cargo de ministro da Indústria. Em seguida, serviu na OEA e na Petrobrás, nomeado por Geisel.

No ministério da Indústria e Comércio, está outro magnate paulista, Severo Fagundes Gomes, que foi também ministro de Castelo Branco. Coursou, como civil, a Escola Superior de Guerra, dirigindo actualmente várias empresas industriais e agrícolas.

Os ministros do Interior e da Agricultura têm orientação semelhante no que toca aos problemas do campo. Pretendem incentivar a grande propriedade, sendo ligados aos donos de terra e especialistas no planeamento de grandes projectos agrícolas.

A MISSÃO DE GEISEL

A ideologia, as ligações e acções passadas, a orientação agora definida por Geisel e a escolha de seus auxiliares convergem no sentido de mostrar que seu governo, de todos os que se sucederam desde 1964, é o mais ajustado aos planos americanos para o Brasil e para a sua "área de influência", o Atlântico Sul. Cabe-lhe dar prosseguimento a um plano, longamente elaborado, cujas linhas gerais são constantemente repisadas desde os anos 50 por diversos generais, entre os quais Golbery, Castelo Branco e agora Geisel.

Tomando o poder em 1964, esse grupo pró-americano encontrou obstáculos que Castelo Branco tentou demover, com sucesso apenas parcial. Ele conseguiu, entretanto, estabelecer mecanismos que assegurassem a manutenção dos "objectivos permanentes" daquele plano, a estratégia americana para o Brasil. Na disputa pelo governo, entretanto, esse grupo foi compelido a aceitar composições com outras tendências dentro do golpe.

Assim é que a indicação de Costa e Silva para a presidência foi feita contra os desejos dos pró-americanos, já que ela representava um recuo na política instaurada em 1964. Como indicam os acontecimentos de então e como testemunha a presença do senador e banqueiro Magalhães Pinto no Ministério do Exterior, Costa e Silva tentava expressar, em parte, interesses do empresariado nacional marginalizado por Castelo Branco. Tratava-se não de contestar a política nascida do golpe mas de conciliar com os americanos numa posição de maior força, intento ilusório e, por isso mesmo, frustrado. Costa e Silva teve que assinar o AI-5 e foi praticamente deposto.

Um dos instrumentos principais dessa substituição foi a corrente dita "nacionalista", então chefiada pelo general

O PREÇO SOCIAL DO MILAGRE ECONÔMICO

Albuquerque Lima. Movida por intenções supostamente moralizadoras e não por outra opção de desenvolvimento para o país, ela deu ênfase à necessidade de endurecimento do regime, no que sua posição coincidia com a dos "fascistas". Mas esta, sendo pró-capital estrangeiro, ligava-se neste ponto aos "democratas", ultrapassada nas suas tentativas de institucionalizar o regime. A unidade com os "fascistas" de Medici permitia-lhe conservar os "objectivos permanentes", evitando os riscos de uma evolução à peruana que poderia advir de uma aliança com Albuquerque Lima.

Como se vê — e justiça se lhe faça — a tendência pró-americana sempre soube distinguir o principal do secundário, o que não ocorreu com as demais, preocupadas com a forma do regime. Para ela, o fundamental não estava na disputa de postos no governo, sem dúvida necessários e desejáveis, mas na imposição dos "objectivos permanentes", definidos nos livros de geopolítica de Golbery.

Segundo suas teses, o Brasil deve aceitar a subordinação aos Estados Unidos por se tratar de uma "realidade" inelutável, como forma de buscar, aproveitando as relações de subordinação, a nossa "afirmação nacional". E esta seria obtida através da conquista de uma subegemonia "na circunvizinhança de aquém e de além mar", para usar as expressões de Geisel, com a "segurança internacional" fornecida pelos americanos.

Detendo agora o poder e o governo, a "tendência pró-americana" pensa dar consequência a tais projectos, tanto mais perigosos quando fruto de uma velha e arraigada convicção. Tendo desaparecido alguns obstáculos encontrados por Castelo Branco, a situação seria, a seu ver, favorável a uma tentativa de consolidação política do regime.

Desse modo, Geisel estaria em condições de retificar o "desvio de direita" do seu antecessor. Apesar disso, as contradições do

regime não lhe permitem definir, em termos de princípios, sua orientação para a política interna e externa. Declara-se, então, pragmático, querendo significar que, salvo a "doutrina revolucionária", sagrada e intocável, de que decorrem os "objectivos permanentes", sabidamente irreversíveis para ele, tudo o mais depende das circunstâncias.

NA POLÍTICA INTERNA

Como tem sido acentuado, o preço social do "milagre económico", é extremamente elevado. As camadas mais pobres da população e as regiões periféricas empobreceram a tal ponto que o próprio Medici se viu obrigado a declarar que a "economia vai bem mas o povo vai mal".

Isso vem provocando um descontentamento perigoso para o regime, que provocou reacções as mais diversas, nem sempre divulgadas. Os documentos dos bispos do Nordeste e do Centro-Oeste são manifestações expressivas dessa situação, embora não a exprimam na sua globalidade, relativos que são a situações regionais. Servem, porém, para avaliá-la, do mesmo modo que os estudos sobre a situação dos trabalhadores industriais, cujo salário decresceu continuamente no decorrer dos últimos dez anos.

A repressão, sob diferentes formas, tratou de impedir qualquer tipo de manifestação que pudesse exprimir o descontentamento popular, mesmo as formas mais moderadas de expressão. Até os políticos tradicionais que, premiados pelas pressões de suas áreas de influência, pudessem servir de veículo para a revelação de tais problemas, foram aconselhados ao silêncio. A imprensa mais conservadora do país passou a ser censurada de forma estrita.

Os protestos da Ordem dos Advogados contra a ausência de condições para a defesa de direitos os mais elementares, indicam que

as restrições chegaram a um limite perigoso, descambando para a tirania. Ora, como diz o general Golbery, "a liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital de segurança".

Nestas condições, a missão de Geisel é a de assegurar a segurança através de um consenso mais largo. No "Monde" (15.2.74), Charles Vanhecke assinala que, "em dez anos, o regime fechou-se cada vez mais sobre si mesmo. Mas, facto digno de nota, ele sempre manifestou o desejo de legitimidade. Cada futuro presidente soldado deve ser avaliado pelo partido governamental e, em seguida, "eleito" por um colégio restrito."

No caso de Geisel, os cuidados para alargar a "legitimidade" são manifestos. Assim, assinala o "Estado de São Paulo" (19.6.73): "Embora sua escolha tenha dependido do presidente Garrastazu Medici e dos principais líderes militares, o general Ernesto Geisel será o primeiro chefe do governo advindo do movimento revolucionário de 1964 a ser verdadeiramente eleito de acordo com as normas de carácter permanente da Constituição e não com base em dispositivos de emergência ou transitórios, como os que regularam a eleição de seus três antecessores."

Essa preocupação de "legitimidade" foi além. Estimulou um candidato de "oposição", de modo a engendrar maiores aparências democráticas. O mesmo jornal (16.8.73) informa que "ao manifestar ao Presidente da República a sua satisfação pela provável decisão do MDB de lançar um candidato próprio, o general Geisel acrescentou o comentário, já divulgado, de que desta maneira o MBD não poderia contestar o regime".

Na composição do governo aparece a mesma preocupação, a tentativa de encontrar o equilíbrio entre a política de "interdependência" e uma fachada

democrática. Segundo Visão (25.3.74), "estaria aí a preparação cautelosa da tendência de estabelecer uma base de sustentação civil que não se limite à desacreditada Arena. A ideia é buscar amparos mais efectivos, capazes de contribuir para o diálogo com que se pretende devolver a confiança aos sectores descontentes das elites civís."

Geisel procura, por conseguinte, as "elites" económicas, políticas, religiosas, intelectuais, na tentativa de quebrar o isolamento a que foi levado o regime. Deseja mesclar instrumentos políticos à utilização da força, usada com exclusividade pelo seu antecessor.

Esse redireccionamento político toca apenas aquela parcela das "elites" que busca uma justificativa para capitular, mascarando tal gesto através da consolidação de uma oposição que seja a outra face do regime e que ele, em vão, procura consolidar desde 1964. Representando sectores dominantes em decadência ou secundarizados, sem perspectivas económicas e políticas senão as que lhe oferece o próprio regime, membros dessa "elite" começam a pregar uma falsa sensatez. Entendem que o desejo de "consenso nacional", manifestado por Geisel, "representa um magnífico convite à pacificação nacional".

A manobra de isolamento dos sectores antiditatoriais mais consequentes passa a ser coberta, nessas condições, por um ataque sistemático aos "insensatos", aos que não reconhecem o carácter eterno da ditadura. Aquelas palavras transformam-se em actos no caso do deputado Francisco Pinto, processado por ter atacado Pinochet, presidente da junta chilena. A maioria da comissão executiva do MDB na Bahia negou-lhe um voto de solidariedade (Est. de S. Paulo, 5.4.74), além da passividade demonstrada, em sua defesa, por outros sectores do seu próprio partido.

O actual governo vale-se da capitulação de um pequeno grupo das "elites" para tentar apaziguar a Igreja e a intelectualidade. A manutenção dos seus "objectivos permanentes" limita, porém, as flexões que o regime tem condições de fazer a um simples jogo dentro de suas reduzidas áreas de sustentação.

NA POLÍTICA EXTERNA

Por força das circunstâncias, as flexões na política externa são talvez maiores do que na interna. Acompanham as mudanças ocorridas nos últimos tempos na política dos Estados Unidos, que consistiram notadamente na reaproximação com a China e na tentativa de utilizar, em seu proveito,

os recursos do mundo árabe, advindos do petróleo.

A ditadura brasileira segue agora o mesmo caminho. Na América Latina, tenta expandir-se por meio de outras ditaduras que golpes de Estado para que contribuiu vão implantando em outros países do continente. Uma sub-aliança vai sendo estabelecida entre grupos locais e associação de interesses americano-brasileira, sempre guiada por Washington. São as matrizes das multinacionais que decidem da abertura ou do fechamento de mercados para suas filiais no Brasil.

A essa investida no sentido de estabelecer uma dominação directa e duradoura, junta-se o relacionamento com outros mercados, como a China, com quem são processados entendimentos para a intensificação do intercâmbio comercial. Isso importa numa grande reviravolta dos militares no poder, pois, em 1964, no momento do golpe, uma missão comercial chinesa que se encontrava no Brasil foi presa e condenada a dez anos de prisão, tendo sido expulsa do país, depois de um ano de detenção, por um decreto especial.

Outra reviravolta é feita nas relações com os países árabes. A ditadura sempre manteve relações privilegiadas com Israel, inclusive no domínio militar. Oficiais brasileiros foram treinados pelos israelitas em táticas por eles empregadas contra os palestinos. Agora, sem mudar tais relações, os países árabes mereceram uma menção especial no discurso de Geisel, que invoca "os antigos e sólidos laços de amizade, pela extraordinária participação em nossa vida financeira, económica e cultural de representantes seus, tão bem integrados na sociedade brasileira".

É verdade que os árabes e seus descendentes no Brasil são dos que mais se identificaram com os brasileiros, confundindo-se com a nossa população. Salvo alguns mais afortunados, eram não só emigrantes pobres como provenientes de países pobres e sob dominação estrangeira, que não lhes podia dispensar sequer, no território brasileiro, a assistência que tiveram os que provinham de outras nações. Assim, os árabes nunca constituíram uma comunidade isolada, confundindo-se com a nossa população, inclusive nas camadas mais humildes.

Mas essas razões que os fazem merecer, como os portugueses emigrados e outros, um destaque especial na nossa formação, não são as que levam Geisel a invocar e destacar ligações de amizade estabelecidas no seio do nosso povo. Para elas contribui a dependência no abastecimento de petróleo e a necessidade de capitais.

O governo brasileiro segue a orientação

dos Estados Unidos, que visam atrair os recursos provenientes do petróleo e que sobram nalguns países árabes, deslocando-os da Europa e do Japão para investimentos no seu território ou em áreas sob sua influência mais directa, como o Brasil. Além dos resultados concretos das inversões, eles levam em conta a necessidade de conservar o equilíbrio indispensável à manutenção de sua hegemonia. Para tanto, precisam conter os ímpetos de expansão e de independência de europeus e japoneses que progrediram com a guerra do Vietname, enquanto os americanos entravam em crise.

Assim, a entrada de capitais árabes no Brasil não tem os mesmos inconvenientes que acarretam os provenientes de países desenvolvidos do campo americano de influência. Ao atraí-los, por uma necessidade ditada pelas circunstâncias, Delfim cometeu um "desvio de direita" na economia, a ser agora rectificado. Os capitais que Geisel busca preferencialmente ajudam, como os outros, a resolver a necessidade crescente de recursos externos do "modelo brasileiro", reduzindo a entrada de japoneses e europeus que se implantavam cada vez mais no Brasil.

Por serem essas as razões e não a amizade com os povos árabes, os laços com Portugal, sempre destacados em todas as oportunidades, não são mencionados. A equipa hoje no poder tem uma concepção de "comunidade de língua portuguesa" diversa da de Medici. Este, ligado aos ultras em Portugal, deu um constante apoio à sua política africana e viu bloqueada a desejada expansão na África. Tornou-se inviável a comunidade luso-brasileira, em que Portugal, conservando seus territórios africanos, seria um associado do Brasil.

Geisel restabelece o conceito de "comunidade" de Golbery e Castelo Branco (afro-luso-brasileira), na qual o Brasil deve ter uma influência económica predominante. Se bem que pressões já se fizessem no governo de Medici para uma mudança na política brasileira, só o actual governo a levou à prática, abstando-se de votar na ONU ao lado de Portugal.

Enquanto isso, Geisel ignora Portugal e fala apenas na circunvizinhança de além-mar, ao mesmo tempo em que a Imprensa louva as teses do general Spínola, cujas ligações com os brasileiros (e, portanto, com os americanos) são comentadas na imprensa internacional (Le Monde 2.5.74). Para estabelecer um neocolonialismo que permita a continuidade da dominação na Guiné, em Angola e em Moçambique, cuida-se de rectificar o "desvio de direita" do lado brasileiro mas também do lado português. Estabelece-se,

PERMANECERÁ GEISEL

TÃO FASCISTA COMO MEDICI?

então, uma perfeita união em torno das posições que os Estados Unidos adoptaram desde o fim da segunda guerra mundial e que visa liquidar, em seu benefício, os impérios coloniais de tipo clássico.

A diferença entre a aplicação prática desse princípio reside na situação interna dos dois países. No Brasil, a correcção do "desvio de direita" ainda se faz sem a presença do povo. Em Portugal, a súbita decompressão do movimento de massas pode inverter o curso dos acontecimentos, influenciando nos planos brasileiros para o Atlântico Sul.

O IMPASSE

As flexões que pretende fazer o governo Geisel, interna e externamente, tocam, por conseguinte, e apenas de leve, a forma e não o conteúdo da política de seus antecessores. Os impasses do regime, já acentuados nos últimos dez anos, permanecem e irão se agravar ainda mais, obrigando-o a reduzir ao mínimo as concessões que alguns esperam e que ele não se aventura sequer a prometer com clareza.

Sua missão encontra obstáculos internos, provenientes da marginalização da maioria da população. Atrair alguns políticos tradicionais para constituir uma oposição de fachada com a sua colaboração, em nada altera a situação do povo brasileiro.

O país está sob os efeitos da crise internacional, que não podem ser facilmente medidos. Alguns sintomas aparecem, como o défice de 1,17 bilhões de dólares na balança comercial, nos três primeiros meses de 1974 (Le Monde, 27.4.74).

A ditadura está, por conseguinte, à mercê de factores que não controla. Não tem condições para enfrentar a intensa concorrência internacional que começa e, para fazê-lo, tem que agravar os problemas internos. Para atender à população nalgumas de suas necessidades, é obrigada a conter exportações vitais para a sobrevivência do "modelo económico".

Essas dificuldades engendram necessariamente um recuo político, anulando a correcção do "desvio de direita" que Geisel pretende fazer, recolocando a força como única forma de sustentação do regime.

Mas os argumentos utilizados para justificar a repressão devem ser mudados. Com o tempo, já não servem os invocados inicialmente no combate ao governo de Goulart. Estando desmoralizado o "milagre económico" proclamado por Medici, a continuidade da repressão tem que ser justificada em novos termos. Já não se pergunta a quem serve esse tipo de desenvolvimento, pois é cada vez mais evidente que ele serve apenas a uma ínfima minoria.

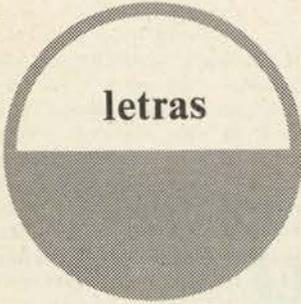
Essas contradições do regime levam ao "pragmatismo" de que se reclama Geisel, isto é, à incapacidade de definir uma política para o país. O regime segue simplesmente os rumos traçados por terceiros, tendo que se ajustar, em tudo, a factores que não controla. Sem princípios, não se consegue o desejado consenso aspirado pelo general ditador. A força, em consequência, terá que ser utilizada.

A despeito de todas as precauções tomadas para corrigir o "desvio de direita",

a missão de Geisel será, assim, dificilmente cumprida. Ou ele não faz a correcção, permanecendo tão fascista quanto Medici, ou tentará realizar mudanças, e estas, para solucionar os problemas do país, teriam que ser profundas, alterando, neste caso, os rumos do desenvolvimento, o que exige outros "objectivos permanentes" que não os seus.

N. R.

Este artigo de Miguel Arraes — governador de Estado no tempo de Goulart, activo participante nas Ligas Camponesas, escritor consagrado e, nos últimos anos, membro dinâmico da oposição ao regime no estrangeiro — foi escrito nas vésperas do 25 de Abril. Nem por isso perde o seu interesse, incluindo no que se refere às relações entre Portugal e o Brasil.



letras

LIVROS

SOBRE ÁLVARO GUERRA

Continuando uma evolução cujos primeiros sinais, já detectáveis em *Os Mastins*, se tornam particularmente evidentes em *Memória*, Álvaro Guerra dá-nos, com *O Capitão Nemo e Eu*, um texto hermético, de grande complexidade na estrutura formal e contedística. Não acreditamos que este romance procure estabelecer qualquer tipo de comunicação empática: é um texto que fala, no imediato, à inteligência e à razão, não à afectividade. "A longo prazo", uma relação afectiva pode dar-se quando, desmontada a composição da narrativa, detectado o seu assunto, tema e significado, o leitor chega a perceber a dimensão da tragédia do protagonista-narrador.

A narrativa de *O Capitão Nemo e Eu* surge com e de uma situação de amnésia: "Que perdi a memória — dizem. E dão logo um nome a esta imunidade que pretendem retirar-me", é o início do livro. A situação de perda de memória condiciona de início, ao narrador, a descrição do que o rodeia no agora. A expectativa imediata do leitor é, pois, a de um romance no presente do indicativo. Todavia, a correlação inicial "narrador amnésico — narrativa no presente" sofre logo solução de continuidade e o texto integra um primeiro segmento retrospectivo (a que se seguirão muitos outros, num jogo constante entre presente e passado), em evidente (mas não desprovido de significado) desacordo com a situação de esquecimento em que se coloca o narrador. Todo o *corpus* do romance cria-se na alternância **presente** (tempo da amnésia, necessidade de a narrativa se ater ao actual) **passado** (tempo da negação da amnésia, criação de condições para que exista o *récit* retrospectivo, complementar do *récit* do agora).

Se a amnésia é a situação de facto que inicia e provoca o acto narrativo; se ela mesma é negada pela forma que o texto

assume, é evidente que na área semântica da memória (na bipolaridade lembrança/esquecimento) deve residir, desde já, um dos núcleos significativos do romance. É entre lembrar e esquecer que se faz o drama (tragédia) do protagonista. Lembrar como, lembrar o quê, lembrar porquê e para quê. Esquecer como, esquecer o que, esquecer porquê e para quê. Em última instância, aquilo que o narrador denomina amnésia se define ao longo do texto como não amnésia: o esquecimento explicitado é provocação da lembrança, porque é ele que faz nascer um texto que tem retrospecto.

O próprio narrador, ao se referir à sua "doença" fornece indicações de que o seu estado amnésico é, pelo menos, estranho: "preocupa os doutores: escapa ao rigor dos diagnósticos e cria sintomas que os tratados não previram". O final do livro mostra a amnésia como artifício, situação ficcional da qual se cria (para o narrador e para o leitor) uma proposta nova: "Sentou-se à secretária. Começou um texto: 'Que perdi a memória — dizem. E dão logo um nome a esta imunidade que pretendem tirar-me. Dizem isto com precaução e manha como se quisessem disfarçar o despeito. Defendo-me.'"

"Não chegou ao fim da página. Substituiu o papel na máquina e escreveu: 'O Capitão Nemo e Eu'. (...) Entre parêntesis acrescentou: 'Crónica das horas aparentes.'" (p. 153).

A enunciação da amnésia como estado do narrador no instante em que ele inicia o texto e a imediata negação do mesmo estado, pela presença do discurso retrospectivo, conduz à indagação do significado a atribuir à perda de memória, a qual, por hipótese, será imagem de algum aspecto do conteúdo do texto. Note-se que a narrativa em tempo actual insiste no esquecimento da identidade do narrador ("Não há meio de decorar o meu nome, mas seria capaz de recitar uma tirada inteira do Hamlet", p. 19), ao passo que o segmento em tempo retrospectivo (narrando experiências de um eu que o leitor identifica imediatamente com o narrador do tempo actual) se abstém, também, de identificar quem conta. Apresenta apenas alguns elementos que, não obstante caracterizem o narrador sobretudo quanto às suas vivências, não o individualizam. A sua experiência, seja na guerra, seja em Paris, seja durante a infância, pode identificar-se com as experiências de quaisquer outros indivíduos que tenham vivido no mesmo tempo e no mesmo espaço históricos. Parece, pois, que a amnésia, incidindo sobre a identidade, cria um personagem-narrador que é a imagem de um grupo de indivíduos que partilham o mesmo tipo de sentimentos e a mesma visão do mundo. Se acrescentarmos a isto o facto de o segmento retrospectivo integrar o que se chamaria a "memória da cultura", memória de aprendizagem comum a um

grupo, não particular a uma pessoa, verificar-se-á que, de facto, a recusa da identificação do narrador indica a abrangência significativa, em termos sociais, do mesmo narrador.

A anomia é, assim, uma forma pela qual o texto deixa de ser confessional para se tornar social; talvez melhor, é a fórmula pela qual a confissão de um se faz em nome de muitos. Dentro desta mesma ordem de ideias, um outro factor deve ser levado em conta: o narrador esvazia de todo significado identificador certo tipo de vivências afectivas como o amor e o erotismo, transferindo a afectividade para aquilo que se apresenta como experiência comum a todos: a vivência cultural. (Escusado seria dizer que a afectividade com relação à vivência cultural toma forma de sentimento negativo.)

Não se identificar corresponde, para o narrador, à recusa de uma **autodenominação** (—definição) já existente, o que permitirá a procura de **autodefinição** nova. Assim como não aceita os valores culturais que o formaram, o narrador não aceita o nome que lhe foi dado. Aceitá-lo seria já pactuar. Negando, pelo esquecimento do nome, a globalidade do eu herdado (desestruturando o eu), o narrador entra no drama da procura de si mesmo, de uma nova dimensão da sua identidade (denominação-definição) que será possível em função do conhecimento "em nome" da realidade. Desta forma, a amnésia, ainda que negada pelo discurso retrospectivo, tem conteúdo ideológico determinante de todo o significado do texto: amnésia indica desejo (vontade) de eliminar todo o conhecimento adquirido e qualquer hipótese de conhecimento novo por analogia. Ambas as formas do conhecer seriam aplicações de padrão que se sente absurdo e cuja aceitação conduziria ao aniquilamento. É o problema do padrão a ser destruído que informa a presença do binómio amnésia/discurso retrospectivo, em que este último não é simples narração do passado, mas a análise e valoração de tudo o que está para trás, mesmo que tal valoração se faça em formulação onírica.

O Capitão Nemo e Eu é a crítica (pelo que será, de certa forma, a expressão) de uma dinâmica histórica cujo peso e absurdo o narrador sabe. Sabendo, mostra-se-nos como ser político, cónscio, por um lado, de seus deveres e obrigações, por outro de suas limitações. Chocando-se deveres e limitações, sendo diminuta a acção possível, aparece a dimensão trágica da personagem. Trágico circular (explicitado na própria estrutura do romance), portanto tragédia feita drama, onde se conta a permanência de um estado de coisas, mas também a presença de um estado de consciência. As limitações sabidas, que coarctam a acção, condicionam a tragédia e, a nível formal, a estrutura circular da narrativa. A lucidez presente, por outro lado, origina a mesma existência do texto.

AS MENINAS

por Lygia Fagundes Telles, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973.

O nome de Lygia Fagundes Telles, talvez pouco divulgado entre os leitores portugueses, já há anos se afirmou como dos mais significativos da ficção brasileira actual, através de romances como *Ciranda de Pedra* e *Verão no Aquário*, ou de contos como os reunidos em *O Cacto Vermelho* ou *O Jardim Selvagem*.

Romancista da interioridade, L. F. T. traça na sua obra o "retrato psicológico" da mulher burguesa, consciente de uma situação de total isolamento e em evidente busca da comunicação/realização impossíveis. Um fundo trágico marca estas mulheres, dilaceradas entre desejos e impossibilidades, nos quais se podem detectar os condicionalismos de uma classe. Perplexidade e medo, conducentes à desagregação irreversível, caracterizam tais personagens.

Até à recente publicação de *As Meninas*, não se pode dizer que a obra de L. F. T. se tenha ocupado efectivamente de problemas políticos, sociais ou ideológicos, muito embora tais preocupações aflorassem cá e lá ou se detectassem através de pontos marcantes do psiquismo das personagens. É, pois, com *As Meninas* que a Autora se volta para a actualidade brasileira procurando — e conseguindo — coadunar a análise psicológica com o retrato vivo e verdadeiro da juventude brasileira de hoje.

O romance passa-se num pensionato de freiras, onde as "meninas", de origem burguesa ou de pequena classe média vivem, sem ou com sacrifícios financeiros, afastadas das famílias, com o fito de realizarem, "na grande cidade", os estudos superiores. Sobre um grupo universitário heterogéneo (onde se encontra desde a rapariguinha rica, alienada mas "boa alma", até à guerrilheira urbana nos limites da clandestinidade, passando pela "garota" oportunista e semiprostituída) L. F. T. constrói o romance. Um retrato honesto e agudo, quase cruel, do que é ou pode ser para um jovem o problema da actuação e o drama da alienação que existe e que se quer superar; uma narrativa que problematiza a figura do activista (de certo tipo de activista) e a do "intelectual de gabinete" e propõe a meditação sobre as formas e as possibilidades de efectiva actuação política quando exercida por grupos de heterogénea proveniência económico-social, precariamente agrupados na denominação/situação de estudantes, mas na realidade profundamente separados nas suas motivações e finalidades. Um livro a ser lido por quem se interesse em conhecer os problemas de certos grupos juvenis no Brasil de hoje.

M. L. L.

REGISTO BIBLIOGRÁFICO

Bela coincidência o lançamento da primeira edição em Portugal, pela Inova, das *Memórias do Capitão* de João Sarmento Pimentel. Pela qualidade literária, pela vivacidade da expressão, pelo significado histórico do depoimento, a obra, que o autor promete continuar, conquistou posição de destaque na história literária da resistência ao fascismo. A circunstância de o cadete de 5 de Outubro, e sobretudo de o capitão que reinstaurou a República no Porto em 1919 e aí encabeçou a primeira tentativa revolucionária antifascista, regressar do mais longo exílio que a ditadura impôs, ao mesmo tempo que a sua principal obra literária chega ao conhecimento do povo português, constitui uma bela coincidência da literatura e da revolução, que tão intimamente se interpenetram na vida e na obra deste velho combatente que regressa ao Portugal libertado com a energia de um jovem militante.

De Itália chega-nos um volume sobre acontecimento importantes da longa resistência ao salazarismo: o assalto ao paquete "Santa Maria" em 21 de Janeiro de 1961. Intitula-se "I pirati della libertà" e foi editado por Fratelli Fabbri, de Milão, em tiragem inicial de 30 000 exemplares. O trabalho revela uma pesquisa rigorosa sobre um acontecimento ainda mal esclarecido entre nós. O seu autor é um distinto jornalista, Valero Ochette, que atentamente acompanha a vida política portuguesa, o que bem demonstra o "epílogo provisório" deste livro sobre o momento de luta armada contra o governo de Marcelo Caetano.

Caminho difícil — do salazarismo ao caetanismo (ed. Editora Lidador, do Rio de Janeiro) é, no domínio das publicações políticas, uma importante colectânea, que reúne os principais escritos de Mário Soares no exílio. Trata-se de uma pista segura para o conhecimento da evolução do pensamento político do destacado dirigente socialista.

Requiem ou antecipação de um livro futuro? O editor, Telos, interrogava-se, antes de 25 de Abril, sobre o sentido do seu lançamento — um volume colectivo sobre **Os direitos do homem em Portugal** assinalando o vigésimo-quinto aniversário da declaração universal. Anselmo Borges ocupa-se do direito à liberdade religiosa, Francisco Pinto Balsemão do direito à liberdade de opinião e expressão, A. Taborda do direito ao trabalho, Armando de Castro do direito a um nível de vida suficiente, Calvet de Magalhães do direito à educação. Na introdução, Francisco Sá Carneiro completa

o quadro referindo alguns aspectos do direitos à liberdade física. E tece algumas considerações genéricas sobre os direitos do homem em Portugal. Os acontecimentos vieram confirmar a segunda hipótese — antecipação de um livro futuro — e é esse livro que o povo começa agora a escrever.

Matéria afim é versada no caderno **Sobre o direito de reunião**, edição Seara Nova, em que se publica uma alegação forense e uma sentença judicial relativas a uma reunião proibida em Braga por ocasião do terceiro Congresso da Oposição Democrática, e em **Reunião ilegal ou acusação irreal?** de Raul de Castro, (ed. Inova), alegação de recurso num processo de noventa estudantes. De salientar ainda a comunicação de José Magalhães Godinho ao Congresso da União Internacional dos Advogados: **O asilo político e o direito de extradição** (ed. da Ordem dos Advogados).

Sobre problemas de trabalho, citam-se o **Guia prático do trabalhador português** de Francisco Marcelo Curto (ed. Afrodite) e **Os Trabalhadores e o Custo de Vida** de Eugénio Rosa (ed. Seara Nova). O livro de Marcelo Curto foi escrito com a intenção de pôr nas mãos dos trabalhadores um pequeno manual prático contendo o resumo e a ordenação dos principais diplomas legais que regulamentam as relações de trabalho. Trabalho simultaneamente informativo e crítico, sobre condições de trabalho, duração do trabalho, salários, sindicatos, convenções colectivas, despedimentos, acidentes de trabalho, higiene e segurança. A revolução de 25 de Abril vem naturalmente introduzir substancial modificação na utilidade da obra, que porém adquiriu um sentido novo porque permite estudar, à luz da sistematização da estrutura jurídica corporativa a destruir, a estratégia das reivindicações mais urgentes. O trabalho de Eugénio Rosa oferece um estudo sobre a natureza da inflação, como causa e consequência da crise actual do capitalismo monopolista de estado, e uma panorâmica de conjunto sobre a inflação em Portugal.

No domínio dos estudos sociais, merece ser posto em relevo o número 35-36 da revista **Análise Social: Sobre metodologia e epistemologia das ciências sociais**. Reúne uma série de trabalhos qualificados de Marinus Pires de Lima, Ana Luisa Janeiro, João Ferreira de Almeida e J. Madureira Pinto, Joaquim Aguiar e A. Sedas Nunes, também publicados em separata pelo Gabinete de Investigações Sociais.

Traduzida para português uma obra capital de Adam Schaff: **História e Verdade**, ed. Estampa. O pensador polaco passa em revista os grandes problemas da teoria da história: pressupostos gnocológicos do saber histórico, crítica do positivismo histórico, carácter de classe do conhecimento histórico, historicismo e relativismo, os factos históricos e a respectiva selecção, descrição-explicação-avaliação, a objectividade da verdade histórica.

espectáculos

CINEMA

POLÍTICA E CINEMA POLÍTICO

É preciso começar por aprender a pôr os problemas de uma forma diferente. De outro modo, no cinema como em qualquer outra luta social, não saberemos responder senão de uma forma antiquada a questões completamente novas.

Jean-Luc Godard

A acção vitoriosa do Movimento das Forças Armadas no passado dia 25 de Abril e a conseqüente queda do regime fascista que há 48, assegurava, pelas mais diversas formas de repressão, a dominação política, económica e ideológica da burguesia, provocou, dentro do espírito dos princípios enunciados no programa de actuação da Junta de Salvação Nacional, nomeadamente no que se refere à "liberdade de reunião e de associação" e à "liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma", imediatas e legítimas reacções por parte dos profissionais de cinema que, desde 28 de Abril, data de uma primeira reunião de cerca de três dezenas de pessoas ligadas ao sector cinematográfico, têm desenvolvido um amplo movimento de esclarecimento e debate, tendente à definição de posições tácticas ou actividades imediatas destinadas à construção e à dignificação de um cinema até agora tão brutalmente condicionado pelos mecanismos de censura próprios do fascismo.

É assim que se tem assistido a uma série de reuniões dos profissionais de cinema, nas quais têm sido debatidos

alguns dos problemas mais prementes do futuro cinema português, entre os quais se destaca, pela sua importância e urgência, a organização de um novo sindicato, capaz de congregar os trabalhadores cinematográficos na defesa dos seus justos direitos, segundo um esquema radicalmente distinto do do corporativismo. Neste sentido, os trabalhadores que, efectivamente, exercem a sua actividade durante as várias fases de produção de um filme (desde a realização à montagem, passando pelo pessoal de laboratórios de imagem e som), decidiram constituir um novo sindicato — o Sindicato dos Trabalhadores do Filme —, separando-se, desta maneira, dos trabalhadores dos sectores da distribuição e da exibição cinematográficas, aos quais se encontravam reunidos, no Sindicato dos Profissionais de Cinema, por força da legislação corporativista. A finalidade dessa legislação não era outra senão a de amalgamar num mesmo sindicato um conjunto de trabalhadores de interesses aparentemente concordantes, abusivamente justificados por um sector comum de trabalho: o cinema. Na verdade, a prática sindical durante o fascismo demonstrou cabalmente que os interesses e as aspirações daqueles que exercem a sua actividade profissional na produção dos filmes portugueses não coincidem necessariamente com os interesses e as aspirações daqueles outros que trabalham em empresas de distribuição ou exibição de filmes, empresas cuja exploração de mercados se encontra na sua quase totalidade dependente da importação de filmes provenientes das multinacionais do cinema, maioritariamente dominadas por investimentos de capitais norte-americanos.

Daí que, de momento pelo menos, os membros do sector da produção cinematográfica tenham decidido constituir independentemente o novo Sindicato dos Trabalhadores do Filme, tendo já decorrido uma série de reuniões com o objectivo de definir modos de organização e actuação dos trabalhadores do referido sindicato. Não cabe aqui, porém, um relato detalhado do que têm sido essas reuniões, uma vez que, tendo em conta a velocidade com que, de momento, os acontecimentos se processam e a antecedência com que este texto tem

de ser escrito em relação à data de saída da revista, qualquer empreendimento do género se arriscaria a não possuir o menor grau de actualidade informativa na altura do seu conhecimento pelos leitores eventuais. Acrescente-se apenas que decorrem os trabalhos de montagem de um filme colectivamente realizado pelos profissionais incluídos no novo sindicato e tendo por objecto os acontecimentos que decorreram de 25 de Abril a 1 de Maio.

A partir de 25 de Abril, o cinema em Portugal viu-se, assim, de algum modo, colocado num novo ponto de partida. Para já, entre as medidas imediatas anunciadas no programa de actuação da Junta de Salvação Nacional, as que mais directamente dizem respeito à actividade cinematográfica são a abolição da censura e o anúncio da publicação de uma nova lei do cinema pelo Governo Provisório.

A concretização destas medidas não deve, porém, fazer esquecer nem ser considerada independentemente das causas determinantes do Movimento de 25 de Abril, bem como os factores que esse Movimento veio alterar na vida política portuguesa, elementos absolutamente indispensáveis para a formulação e discussão dos problemas do cinema português, de agora em diante.

A propriedade dos meios de produção não se modificou, apenas foi ultrapassada uma contradição no seio da classe que os detém. No campo particular do cinema, tal facto implica, desde logo, a necessidade de ter em conta que o sector específico em que os filmes (enquanto trabalho sobre uma matéria significante e produção de um determinado sentido) se inscrevem — a prática ideológica — permanece rigorosamente inalterado. A ideologia dominante é ainda a da burguesia, as representações ideológicas dominantes na sociedade portuguesa continuam a ser as que pretendem justificar uma dominação que permanece. A relação de forças no seio da qual cada novo filme português irá surgir é, pois, a este nível, a mesma e será bom não esquecer que, como escreveu Jean-Paul Fargier, "a relação de forças que o filme, em geral, pode modificar, modifica, não é a das forças políticas (burguesia-proletariado) mas a das forças ideológicas (idealismo-materialismo)".

Entre as consequências mais imediatas da supressão da censura contam-se, por um lado, o aparecimento de filmes até agora interditos no nosso país (caso de um filme português, "O Mal-Amado", de Fernando Matos Silva, já aqui analisado — "Seara Nova" números 1541-2 — e de obras como "O Couraçado Potemkin", de Sergei Eisenstein e "Terra em Transe", de Glauber Rocha) e, por outro lado, a hipótese reconhecida de os cineastas portugueses realizarem filmes cuja exibição ou simples concretização estavam, anteriormente, praticamente comprometidas à partida pelos mecanismos repressivos do fascismo.

De cinema político se fala, de cinema político é justo falar. Torna-se, porém, necessário tentar esclarecer, desde já, qual o sector particular de filmes que a designação de "político" pode ou deve legitimamente abranger.

A vulgarização da afirmação segundo a qual "todo o filme é político" impede, por vezes, a clarificação das verdadeiras implicações de tal afirmação. Na verdade, se todo o filme é político é porque qualquer filme se inscreve numa prática de classe e assume, portanto, uma determinanda posição de classe.

A utilização da designação de "filme político" por parte da indústria cinematográfica capitalista tem, contudo, um sentido completamente distinto e destina-se unicamente a mascarar as relações de força que determinam a produção de tais filmes. Realmente, de um ponto de vista industrial, "filme político" é apenas aquele que descreve a actividade de figuras dos chamados meios políticos (membros de governos, elementos da alta finança, etc.). É evidente que a análise dessa classificação nos conduziria a considerações bastante significativas no que diz respeito aos mecanismos ideológicos (nomeadamente, o escamotear da luta de classes) dos filmes que a comportam. Mas, uma vez que não é esse o objectivo deste texto, parece-me oportuno apontar, por agora, o exemplo de um filme como "O Caso Mattei", de Francesco Rosi, cuja exibição em Portugal foi sintomaticamente autorizada pela censura fascista.

O que parece, desde já, essencial é não esquecer que a designação de

"filme político" encobre, quando ao serviço dos interesses dominantes, um certo número de representações ideológicas que informam o discurso cinematográfico burguês e que tendem a mascarar o objecto dos filmes em questão.

No futuro trabalho dos cineastas portugueses cruzam-se, portanto, uma série de factores que vão desde a origem de classe dos referidos cineastas até à permanência activa e restritiva desse núcleo de representações ideológicas dominantes.

Os problemas do filme político não se poderão enunciar a partir da possibilidade de escolha de novos

referentes, uma vez que os problemas do filme político não dependem unilateralmente de um conjunto de referentes específicos, mas têm a ver com a maneira como tal filme se define por um trabalho político, mais ou menos coerente, justo ou injusto. O filme político só encontrará o seu mais legítimo estatuto a partir do momento em que, longe de abordar novos temas segundo as formas dominantes, inscreva no seu material específico os traços inconfundíveis das contradições sociais, orientado por um ponto de vista de classe.

JOÃO LOPES

O 25 de Abril em disco

Na colecção «Diário da Revolução» que a Sasseti está a editar, sob a orientação de João Paulo Guerra, acaba de ser lançado um álbum duplo com a reportagem do dia 25 de Abril feita por ADELINO GOMES, PEDRO LARANJEIRA E PAULO COELHO.



**uma edição conjunta
SEARA NOVA-SASSETTI**

PREÇO — 199\$00

Preço especial para assinantes da Seara Nova — 170\$00



**GUARDE UMA RECORDAÇÃO VIVA
DAS HORAS EMPOLGANTES DO DIA 25**

Pedidos à **SEARA NOVA**

"Os vários núcleos de portugueses espalhados pelo mundo" era uma velha expressão da propaganda fascista, que vinha sempre à baila quando se pretendia significar a adesão dos emigrantes à ditadura. Também neste caso concreto, os dias posteriores ao 25 de Abril provaram a falsidade do argumento.

Para a nossa secção de correspondência seleccionamos algumas das dezenas de cartas que nos chegaram do exterior. Publicamos também, como apenas um testemunho dos muitos que nos chegaram de organizações congéneres, um documento enviado por Carlos Lopes, membro da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, país onde residem cerca de 100 mil compatriotas nossos.

APOIO E JÚBILIO

Quem subscreve estas breves linhas deseja formular publicamente, por intermédio da prestigiosa revista que V. ... dirige, o seu apoio e júbilo pelo derrubamento do regime fascista de Marcelo Caetano — continuação do de Oliveira Salazar.

Ex-prisioneiro da ditadura (Aljube, Peniche, Caxias, Angra — 1936, 37 e 1938), sinto o imperioso compromisso e dever de felicitar e apoiar a quem propiciou esta dijunção premissora — à Junta de Salvação Nacional.

Nesta emergência, o nosso anelo e preocupação de português, de patriota e antifascista (no exílio há mais de 35 anos), consiste em que o processo decorrido a partir do dia 25 de Abril e os pronunciamentos da Junta, chegados até nós por distintos meios de Comunicação, sejam irreversíveis: resolver o problema colonial através do diálogo, liberdade de expressão do pensamento, libertação de todos os presos políticos, Assembleia Constituinte, eleições livres a breve prazo. Postulados que pressupõem, obviamente, a faculdade de opção e actividade política dos diversos sectores de opinião e partidos existentes antes da implantação da ditadura ou de grupos criados "a posteriori".

É o que fervosamente aspiramos. Sem pluralidade de critérios não há nem haverá emancipação nacional nem progresso.

E, confiamos. Se a JUNTA DE SALVAÇÃO teve a valentia e os meios de deitar abaixo a ditadura sem sangue, te-los-á, outro sim, para levar a cabo os postulados enunciados e difundidos — aspiração de todo um povo: abertura pacífica e democrática para os problemas nacionais!

Viva Portugal!! Viva a Liberdade!

Um abraço fraterno aos velhos

companheiros de luta e presídio, extensivo aos de hoje.

Repito: Viva um Portugal Livre!

Joaquim Lopes Mendes (Montevideu, Uruguai)

EMIGRAÇÃO

Cumprimento-vos pela qualidade de leitura e o conteúdo regular dos nossos problemas.

Em nome de pessoas amigas, conhecidas, camaradas de trabalho e companheiros de hospitais S.

Ao escrever esta, penso em Portugal, nossa Pátria, nossa terra, nos destemidos filhos do povo, na alegria dos ex-presos políticos, nos nossos filhos, no amor não na discórdia, no futuro de Portugal previsto por homens livres e na partida tão desejada que as circunstâncias não permitem, pois somos as vítimas directas dos ex-governantes, ao serviço do Capital; estamos em sanatórios: efeitos dos trabalhos incondicionados e peníveis a que a maioria de todos nós está sujeita ao enfrentar uma exploração desenfreada, mas agonizante.

É através deste apelo, aos homens que prevêem o futuro de Portugal, à consciência dos "indivíduos responsáveis", que procuramos manifestar a nossa alegria, pensando nas possibilidades futuras de trabalhar sem que a exploração do homem pelo homem impere; bem fundo estamos saturados de comboios, malas, Austerlitz, Hendaya, Vilar Formoso, de franceses racistas e patrões que só pensam no lucro.

A nossa esperança é como a do agricultor que semeia nesta Primavera histórica! E germinado será o amor

que vem de ser semeado em Portugal, nossa Pátria.

Saudações Democráticas
F. Almeida (França)

ORGULHO

Com a emoção natural dos grandes momentos, quero exprimir a Seara os votos sinceros duma nova era.

Desnecessário lembrar que a nossa revista foi, durante meio século de castração intelectual, uma das raríssimas tribunas acessíveis às várias correntes democráticas e socialistas portuguesas. Pode orgulhar-se um periódico que na surpresa geral de 25 de Abril, não teve de abandonar opções anacrónicas e envergar à pressa a nova farpela liberal. Ou, como me dizia um colega francês da Sorbonne a respeito da Seara: "En voilà un qui n'aura pas à rendre compte de son passé".

Carlos da Fonseca Paris

APLAUSOS

É ainda com uma emoção e uma alegria profundas, que me impedirão talvez de encontrar as palavras certas para me dirigir ao Sr., que resolvi, cedendo a um impulso (salutar) que não pude conter, escrever-lhe e a toda essa formidável equipa, para solidarizar-me e juntar à vossa a minha alegria pelo ocorrido há 5 dias.

Ninguém mais do que vocês, talvez, que há tantos e tantos anos enfrentam os espantinhos fascistas e não se atemorizaram e continuaram sempre firmes na luta, dia após dia, ano após ano, década após década, merecem os meus aplausos e os aplausos de todos quantos amam Portugal e o povo (sobretudo) seja ele português, grego, chileno, ou africano. Povo é sempre povo, opressor é sempre opressor, e o amor que se tem ao povo é sempre um amor arrojado, sagrado, "consciente". Um amor que, nós sabemos, envolve luta, sofrimento, perseguições, resignação (às vezes) e morte. Mas que, um dia, acaba sempre por dar frutos, demore o tempo que demorar, porque a história continua em sua marcha, os homens a sua luta, e a Verdade, tanto tempo oculta, camuflada, aviltada, acaba por revelar-se.

Sinto-me exultar diante desse grande acontecimento, faço minha também a alegria de vocês todos e só lamento, do fundo da alma, todos aqueles que tombaram nestes 50 anos de sofrimento e humilhações e não puderam viver para sentir conosco o que hoje sentimos. A esses, conhecidas ou ignoradas vítimas, fica o nosso agradecimento e, o que é mais importante, fica a cabeça, finalmente erguida, do povo português, e o mais maravilhoso sorriso já visto em sua sofrida face e o brilho mais eufórico em seus olhos, reconhecidamente tristes.

Sei que a batalha final não está ganha. O que agora principia (assim espero) é um novo período de lutas, mas já se podem sentir os ventos da Liberdade, e em breve haveremos todos de participar de um Portugal livre, justo e feliz.

Lourdes D. Prina (S. Paulo)

JUNTA PATRIÓTICA DA VENEZUELA

Desde a manhã do dia 25 de Abril, e passados os primeiros momentos de explicável surpresa, a colónia portuguesa na Venezuela seguiu com extraordinário interesse a evolução dos acontecimentos políticos no nosso país. Os noticiários de rádio e televisão eram escutados com uma atenção fora do comum enquanto algumas edições de jornais se esgotavam ao serem literalmente arrancados das mãos dos ardinas pelos milhares de portugueses aqui imigrados.

Desde os primeiros momentos, estes têm sido dias de imenso entusiasmo e emoção entre todos os democratas portugueses, que temos sido calorosamente felicitados por venezuelanos e membros de várias colónias estrangeiras aqui residentes, particularmente pelos espanhóis, os quais agora vêm com renovadas esperanças o futuro do seu país.

Desde que se soube a notícia do derrubamento do regime antidemocrático de Marcelo Caetano e de Oliveira Salazar, imediatamente nós os democratas portugueses iniciámos uma campanha de solidariedade com a liberdade recém-conquistada pelo

nosso povo. A dita campanha foi iniciada (e tem sido mantida) pela Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, organização democrática unitária com mais de 15 anos de ininterrompida actividade, pois foi fundada em Fevereiro de 1959, e cujo objectivo tem sido sempre o de divulgar a luta do nosso povo pela democracia e procurar junto dos venezuelanos solidariedade para a mesma.

Para o dia 26 de Abril, a Junta Patriótica Portuguesa conjuntamente com a organização irmã Libertad para España, tinha organizado um jantar-comício para comemorar os 15 e 16 anos da formação dos respectivos movimentos. Desde logo que o acto se levou a cabo, mas a comemoração do aniversário transformou-se na celebração da queda dos fascistas Caetano e Tomás. A esta reunião, concorridíssima, deram a sua adesão representantes de diferentes organizações políticas e sindicais da Venezuela.

No prosseguimento das suas actividades de apoio ao derrubamento da ditadura, o J.P.P. emitiu um comunicado que foi difundido pelos jornais mais importantes da Venezuela. Enviou também um telegrama ao general António de Spínola e que também foi entregue na imprensa local. Foi publicado um Boletim e vários membros da Junta Patriótica Portuguesa têm sido entrevistados por estações de rádio, jornais e revistas de Venezuela, o que tem sido aproveitado

para manifestar o regozijo da maioria da colónia portuguesa pelo surgimento da democracia no nosso país.

Desde 1959 que a Junta P.P. desfila anualmente pelas ruas de Caracas em nome dos trabalhadores portugueses no dia Primeiro de Maio. Contudo, desta vez a representação esteve muito mais nutrida, numa prova de que também os emigrantes apoiam o derrubamento dos fascistas e o triunfo da liberdade.

A delegação portuguesa desfilou com várias bandeiras e cartazes que diziam: "Venezuela obrigado pela tua solidariedade"; "Basta de guerra Colonial"; "Os trabalhadores Portugueses saúdam os trabalhadores Venezuelanos"; "Viva Portugal Democrático"; "Grândola Vila Morena". O desfile dos emigrantes portugueses ia encabeçado pelas bandeiras de Venezuela e Portugal e um enorme cartaz de pano identificando a Junta Patriótica Portuguesa. Cento e vinte sindicatos levaram ao desfile cerca de 100 000 trabalhadores e a Junta Patriótica Portuguesa, ao passar frente ao Exmo. Senhor Presidente da República, Carlos Andrés Pérez, cantou o Hino Português, no que foi muito aplaudido. Sem vaidades nem exageros, posso afirmar-lhes que este ano a Junta foi a organização mais fotografada e filmada. Esquecia-me de dizer que os militantes da Junta e seus simpatizantes usaram boinas com as cores nacionais portuguesas, durante o desfile. ■



A POLÍTICA DEMAGÓGICA DO PODER COLONIAL DE "PROMOÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL"

(Continuação da pág. 8)

adequados para a luta. Daí a necessidade, para o movimento de libertação, de conceder uma importância primordial não só às características gerais da cultura da sociedade dominada, mas também às de cada categoria social. Embora tenha um carácter de massa, a cultura não é uniforme, não se desenvolve igualmente em todos os sectores, horizontais ou verticais, da sociedade.

A atitude e o comportamento de cada categoria ou de cada indivíduo face à luta e ao seu desenvolvimento são, certamente, ditados pelos seus interesses económicos, e também profundamente influenciados pela sua cultura. Pode-se mesmo afirmar que é a diferença dos níveis de cultura que explica os diferentes comportamentos dos indivíduos numa mesma categoria social face ao movimento de libertação.

É neste plano portanto que a cultura atinge todo o seu significado para cada indivíduo: compreensão e integração no meio social, identificação com os problemas fundamentais e as aspirações da sociedade, aceitação ou negação da possibilidade de uma transformação no sentido do progresso.

Qualquer que seja a sua forma, a luta exige a mobilização e a organização da maioria da população, a unidade política e moral das diversas categorias sociais, a liquidação progressiva dos vestígios da mentalidade tribal e feudal, a recusa das regras e dos tabus sociais e religiosos incompatíveis com o carácter racional e nacional do movimento de libertação, e opera ainda muitas outras modificações profundas na vida das populações.

Isto é tanto mais autêntico quanto a dinâmica da luta exige também a prática da democracia, da crítica e da autocritica, a participação crescente das populações na gestão da sua vida, a alfabetização, a criação de escolas e de serviços sanitários, a formação de quadros vindos dos meios camponeses e operários, e muitas outras realizações que implicam uma verdadeira marcha forçada da sociedade no caminho do progresso cultural. Demonstra-se assim que a luta de libertação não é apenas um facto cultural, é também um factor de cultura.

Entre os representantes do poder colonial e na opinião metropolitana, a luta de libertação criou primeiro um sentimento

geral de espanto, surpresa e incredibilidade. Uma vez superado este sentimento, que é fruto de preconceitos ou da deformação sistemática que caracteriza a informação colonialista, as reacções variam segundo os interesses e as opiniões políticas e o grau de cristalização de uma mentalidade colonialista ou racista das diferentes categorias sociais, isto é, dos indivíduos.

Os progressos da luta e os sacrifícios impostos pela necessidade de exercer uma repressão colonialista, policial ou militar, provocam na opinião metropolitana, uma cisão que se traduz por tomadas de posição diferentes, ou até divergentes, e pela emergência de novas contradições políticas e sociais.

A partir do momento em que a luta se imponha como um facto irreversível, e mesmo que os meios utilizados para a dominar sejam muito grandes, opera-se uma mudança qualitativa na opinião metropolitana, que, na sua maioria, aceita progressivamente a possibilidade, ou mesmo a fatalidade, da independência da colónia.

Uma tal mudança traduz o reconhecimento, consciente ou não, do facto de o povo colonizado em luta ter uma identidade a uma cultura próprias. E isto apesar do facto de uma minoria activa, agarrada aos seus interesses e aos seus preconceitos, continuar, durante todo o conflito, a recusar a equivalência das culturas que este direito implica. Equivalência que, numa etapa decisiva do conflito, é implicitamente reconhecida ou aceite, mesmo pelo poder colonial, quando, para desviar a luta dos seus objectivos, aplica uma política demagógica de "promoção económica e social", de "desenvolvimento cultural", recorrendo a novas formas de domínio.

Com efeito, se o neocolonialismo é acima de tudo a continuação do domínio económico imperialista sob uma forma desfarçada, é também o reconhecimento tácito, pelo poder colonial, do facto de o povo que ele domina e explora ter a sua própria identidade, a qual exige uma direcção política própria, para a satisfação de uma necessidade cultural.

De notar também que, aceitando a existência de uma identidade e de uma cultura do povo colonizado, e portanto do seu direito inalienável à autodeterminação e à independência, a opinião metropolitana (ou

pelo menos uma parte importante dessa opinião) reflecte um progresso significativo de ordem cultural, e liberta-se dum elemento negativo da sua cultura: o preconceito da supremacia da nação colonizadora sobre a nação colonizada. Este progresso pode ter consequências importantes, mesmo transcendentais, na evolução política do poderio imperialista ou colonial, como o provam alguns factos da história recente ou actual.

Algumas afinidades genético-somáticas e culturais entre vários grupos humanos dum ou de diversos continentes, assim como uma situação mais ou menos semelhantes em relação ao domínio colonial e racista, levaram-nos a formular teorias e a criar "movimentos" baseados na hipótese de culturas raciais ou continentais.

Sem pretender minimizar a importância que tais teorias ou "movimentos" tiveram ou têm enquanto tentativas, bem sucedidas ou não, de procura de uma identidade, e enquanto meio de contestação do domínio estrangeiro, podemos afirmar que uma análise objectiva da realidade cultural conduz a negar a existência de culturas raciais ou continentais.

Em primeiro lugar porque a cultura, tal como a história, é um fenómeno em expansão e intimamente ligado à realidade económica e social do ambiente, ao nível das forças produtivas e ao modo de produção da sociedade que a criou. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento da cultura prossegue de maneira desigual, ao nível dum continente, de uma "raça", mesmo de uma sociedade. Com efeito, as coordenadas da cultura, tal como as de qualquer fenómeno em desenvolvimento, variam no espaço e no tempo, sejam estes materiais (físicos) ou humanos (biológicos e sociológicos).

Éis porque a cultura — criação da sociedade e síntese dos equilíbrios e das soluções que ela provoca para resolver os conflitos que a caracterizam em cada fase da história — é uma realidade social independente da vontade dos homens, da cor da pele, da forma dos olhos, da

Para que a cultura desempenhe o papel a que tem direito no movimento de libertação, este tem que estabelecer com precaução os objectivos a atingir na via da reconquista do direito do povo que ele representa e dirige, a ter a sua própria história e a dispor livremente das suas forças produtivas com vista ao desenvolvimento ulterior de uma cultura mais rica, popular, nacional, científica e universal.

O que é importante para o movimento de libertação, não é provar a especificidade ou a não especificidade da cultura do povo, mas proceder à análise crítica dessa cultura em função das exigências da luta e do progresso e situá-la, sem complexo de superioridade ou de inferioridade, na civilização universal, como uma parcela do património comum da humanidade, com vista a uma integração harmoniosa no mundo actual. ■

AUMENTO DE PREÇO DA SEARA NOVA

DESDE HÁ MESES QUE DIVERSOS FACTORES — TAIS COMO O JUSTO AUMENTO DE ORDENADOS NO SEIO DA EMPRESA E O AUMENTO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO, NOMEADAMENTE O PREÇO DO PAPEL — NOS VINHAM A IMPOR A ADOÇÃO DE UMA MEDIDA, SEGURAMENTE DESAGRADÁVEL PARA OS NOSSOS ASSINANTES E LEITORES, MAS IMPRESCINDÍVEL PARA A CONTINUIDADE DA REVISTA: A SUBIDA DO PREÇO DA «SEARA NOVA».

FOI-NOS IMPOSSÍVEL, AGORA, ADIAR POR MAIS TEMPO A DECISÃO. ENTRETANTO, FEITO UM CUIDADOSO ESTUDO ECONÓMICO DA SITUAÇÃO, CONCLUÍMOS PELA POSSIBILIDADE DE ESSE AUMENTO SER MÍNIMO, FICANDO MUITO AQUÉM DO VERIFICADO NOS JORNAIS DIÁRIOS,

ASSIM, A PARTIR DE UM DE JULHO, O PREÇO DE CAPA PASSA A SER DE 12\$50; A ASSINATURA SEMESTRAL, DE 65\$00; E A ANUAL, DE 120\$00. ATÉ ÀQUELA DATA OS PREÇOS ACTUAIS MANTER-SE-ÃO, PELO QUE, ATÉ AO FIM DE JUNHO, OS NOVOS ASSINANTES PODERÃO DISSO TIRAR VANTAGEM.

EM CIRCUNSTÂNCIAS SEMELHANTES, É COSTUME PROMETEREM-SE MUNDOS E FUNDOS, MELHORIAS MIRABOLANTES. PELA NOSSA PARTE, LIMITAMO-NOS A GARANTIR QUE, NAS NOVAS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS DO PAÍS, APROVEITAREMOS TODAS AS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA REVISTA, REMODELANDO-A DE MODO QUE CORRESPONDA ÀS NECESSIDADES DA CONJUNTURA.

FEIRA DO LIVRO

VAI ABRIR A FEIRA DO LIVRO. COMO NOS ANOS ANTERIORES, A SEARA NOVA ESTARÁ PRESENTE, SENDO-NOS AGORA POSSÍVEL, NO ENTANTO, APRESENTAR OBRAS DESCONHECIDAS DA MAIORIA

DOS LEITORES, AINDA QUE ALGUMAS TENHAM JÁ SIDO PUBLICADAS HÁ ALGUNS ANOS. O DESCONTO EM RELAÇÃO AO PREÇO DE CAPA É DE 20 POR CENTO. E ATENÇÃO AOS LIVROS DO DIA!



JOÃO SARMENTO PIMENTEL

Foi uma grande alegria para todos nós o regresso a Portugal do capitão João Sarmento Pimentel, o mais velho dos "seareiros", após 47 anos de exílio no Brasil. Este homem de 86 anos, cuja vida faz parte da história da República Portuguesa, é um verdadeiro símbolo da resistência ao fascismo: grande cidadão, grande soldado, grande escritor, nunca cedeu às prepotências e manhas dos Abranhos que nos governaram nas últimas décadas.

Comovidamente, "Seara Nova" saúda esta figura exemplar de português, que foi um dos fundadores desta revista e pertenceu ao seu primeiro corpo directivo.

Aderindo desde muito novo ao ideal republicano, Sarmento Pimentel frequentava a Escola do Exército quando se deu a revolução de 5 de Outubro de 1910. E foi um dos cadetes da Rotunda. Na guerra de 14-18, combateu os alemães em África e em França. Juntamente com Francisco da Cunha Aragão foi um dos "héóis de Naulila". Duas vezes condecorado com a Torre e Espada.

Em 1919, estava convalescente de prolongada doença no Hospital Militar do Porto quando eclodiu a sublevação que proclamou a Monarquia do Norte. Alguns dias depois sai do hospital para retomar o comando das suas tropas e à sua frente ir prender a Junta monárquica, restaurando a

República no Porto.

Cerca de um ano após o 28 de Maio de 1926, numa altura em que já se tinha afastado do exército, participa na primeira revolta militar contra o regime que iria mergulhar o país em décadas de opressão e obscurantismo. Vencido, viu-se obrigado a emigrar. Mas, durante 47 anos de exílio, Sarmento Pimentel nunca deixou de combater. Através do "Portugal Democrático", de que era director, denunciava os crimes do fascismo e toda uma política megalómana conducente ao desastre nacional. Lucidamente, este velho herói das campanhas de África condenava a obcecada política colonial de Salazar e dos seus continuadores. Há muito que Sarmento Pimentel defendia uma solução política para os problemas do ultramar português e condenava a guerra.

É altura de relatar um episódio bem elucidativo da miopia política e mesquinhez de espírito dos governantes da ditadura. Em 1970, o comandante Sarmento de Beires fez uma sondagem junto de Marcelo Caetano para avaliar da possibilidade da vinda a Portugal do tenente Francisco Sarmento Pimentel, irmão do capitão, também há muitos anos exilado no Brasil. Eis a resposta que foi dada num cartão de visita:

"Com respeitosos cumprimentos
Marcello Caetano

tendo mandado informar pelos serviços competentes o caso do ten. Sarmento Pimentel, tem o desgosto de comunicar que está referenciado como solidário e constante colaborador do irmão, cujas atitudes, infelizmente, não visam o Governo de Portugal apenas (porque isso seria o menos), mas o bom nome do País e o seu esforço no Ultramar.

Haveria maneira do ten. Sarmento Pimentel publicamente se dissociar do grupo chefiado pelo irmão? "

Era assim que o ex-primeiro-ministro pretendia dar lições de patriotismo a Sarmento Pimentel!

Algum tempo depois, em carta que nos escreveu a propósito desta atitude de Marcelo Caetano, dizia o "velho seareiro": "Quanto à mentira descarada de que somos inimigos dos altos interesses de Portugal, ela será contestada logo que a PIDE e a censura deixem de garantir a impunidade ao caluniador e calamitoso inquilino do Palácio de S. Bento, e que, à semelhança do seu apocalíptico antecessor, só visa perpetuar-se no Governo".

Foi feita justiça, capitão Sarmento Pimentel! A calorosa recepção que este seu País lhe reservou foi a resposta a todas as calúnias do fascismo. E nós, seareiros, temos ainda o dever de lhe agradecermos o belo exemplo que sempre nos deu.